

Relatório e Contas 2016



Apresentado pelo Conselho de Administração
da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Assembleia Geral
23 de março de 2017



CRC de Angra do Heroísmo n.º 18 | NIPC 512 004 803

Capital Social: 18.148.061,56 Euro

Sede Social: Rua Direita n.º 118 | 9700-066 Angra do Heroísmo

Tel.: +351 295 401 300 | Fax: +351 295 403 131

www.cemah.pt

Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	3
Indicadores relevantes	7
Destaques.....	8
Enquadramento macroeconómico	9
Modelo de Governo	15
Modelo de Negócio	32
Análise financeira	39
Considerações finais	47
Proposta de aplicação de Resultados	49
Demonstrações Financeiras.....	51
Anexo às Demonstrações Financeiras	56
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	161
Certificação Legal de Contas.....	163

Esta página foi propositadamente deixada em branco.

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Excelentíssimos Membros da Assembleia Geral,

Este foi um ano de *prova(s)*. Apenas agora, já em 2017 e em retrospectiva, é possível proceder ao balanço do que o ano de 2016 veio representar para a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) e para o contexto e ecossistema que enquadram a mesma e a sua atividade. É certo que 2016 acarretou determinados desafios, porém são comumente os desafios que criam as circunstâncias ideais para a sua ultrapassagem.

Para a CEMAH e para o seu Conselho de Administração, o principal propósito passou pela demonstração de resiliência e de continuidade – e não de rutura, numa Instituição secular –, mas não sem incorporar características de reinvenção requeridas em tempos de *prova*, com vista à confirmação de um perfil de capacidade e competência assumidos em compromisso de investidura.

Do ponto de vista de contexto doméstico, 2016 foi também um ano de *prova*: Portugal, um país que continua a registar alguns desequilíbrios económicos – todas as instituições¹ recomendam que o país deve continuar o esforço da consolidação orçamental, com vista a garantir a sustentabilidade da dívida pública e da criação de condições para o aumento do crescimento –, cujos desafios requereram reinvenção, desta feita, em persecução de estabilidade; a demonstração de cumprimento de missão está, neste caso, no consenso de que as perspetivas económicas para 2017 para Portugal têm de rever-se em alta (*circa* 1,4%), nomeadamente pela consolidação da execução orçamental, pela estabilização dos níveis de dívida pública e privada e pelos ganhos de produtividade e competitividade advindos, em particular, das exportações, e que vieram, em conjunto, resultar no reconhecimento (exógeno) de resiliência e sustentabilidade. Essas instituições insistem, contudo, num maior progresso na resolução dos problemas no setor financeiro, nomeadamente no que diz respeito ao crédito malparado, que se fixou nos 12,6% no final do terceiro trimestre de 2016.

Do ponto de vista de contexto económico e dos mercados financeiros, globalmente, por sua vez, o ano assumiu-se também como de *prova*, contudo, apenas na sua conotação mais negativa, em virtude da total esquizofrenia dos acontecimentos de índole diversa (*i.e.* humanitários, políticos, económicos e dos mercados financeiros, e outros correlacionados) verificados um pouco por todo

¹ Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

este mundo globalizado, que trouxeram, por conseguinte, instabilidades, incertezas, medos e dúvidas com impactos muito para além do racionalmente expectável ou assimilável.

Voltando à visão idiossincrática, importa compreender que 2016 foi, em termos de ciclo de gestão, um exercício curto, isto em termos estritamente temporais, já que houve lugar a uma revisão profunda e ajustamento estruturante dos princípios, pressupostos e linhas estratégicas dos instrumentos de gestão relevantes, no seguimento da reconfiguração dos órgãos sociais, e no contexto tão complexo e volátil descrito. Concretizando, relativamente ao processo de planeamento estratégico, houve lugar a uma revisão profunda e ajustamento estruturante dos princípios, pressupostos e linhas estratégicas dos instrumentos de gestão relevantes, tendo-se verificado a revisão integral do Plano Estratégico para o triénio 2017-2019, do Programa de Ação para 2017 – que na prática traduz-se como um *subset* deste para o ano orçamentado – e do respetivo Orçamento, documentos que suportam a definição das linhas de orientação estratégica e a transposição das mesmas para diretrizes de operacionalização.

É, aliás, neste contexto de elevada complexidade e exigência que também se torna fundamental evidenciar os seguintes indicadores de performance:

- Depósitos no valor global de 353.886 milhares de Euro, o que representa um crescimento de 3,15% face a 2015;
- Crédito (bruto) no valor de 210.475 milhares de Euro, com uma variação negativa de 1,21% face ao exercício anterior;
- Rácio de transformação de 58,24%, que, apesar da tendência decrescente, deve colher uma leitura positiva, no sentido de que, mesmo no atual contexto de desconfiança generalizada sobre o setor financeiro bancário, a Instituição continua a merecer a confiança dos seus clientes habituais e de novos clientes, mantendo um modelo de negócio sem alavancagem (com financiamento exclusivo por essa via), e a insistir numa atividade de concessão de crédito sempre e cada vez mais criteriosa e conservadora;
- Produto Bancário com um crescimento de 8,61%, ascendendo aos 8.966 milhares de Euro, com contributo forte da margem financeira construída (*i.e.* crescimento de 23,73% face a 2015), apesar das dificuldades apresentadas ao nível da realização de ganhos na alienação de ativos financeiro em comparação com o exercício anterior (oferecendo, ainda assim, um contributo não negligenciável);

- Resultado líquido do exercício ascendente a 1.868.481 Euro, por comparação com um nível de resultados de 548.928 Euro² em 2015, o que vem evidenciar uma performance muito positiva da CEMAH, bem como demonstrar que as orientações e objetivos estratégicos implementados pelo seu órgão de administração têm levado a Instituição numa trajetória favorável e sustentada no sentido de persecução da sua missão.

Quanto a estrutura de capital, situava-se o rácio *Common Equity Tier 1*, a 31 de dezembro de 2016, nos 9,78%, cumprindo com o mínimo regulatório de 8,625% aplicável à data (e com o referencial de 9,250% aplicável a partir de 1 de janeiro), apresentando o mesmo, porém, uma ligeira deterioração na sua composição. É, no entanto, necessário compreender que esse efeito de deterioração é transitório e advém das circunstâncias de não incorporação dos resultados até que os mesmos sejam aprovados em Assembleia Geral, no âmbito do presente Relatório e Contas (e respetiva aplicação de resultados); portanto, há que reter que o referido rácio ascenderá, na prática, a 10,70%, cumprindo com maior conforto com o referencial mínimo aplicável.

Dados os rápidos e sucessivos desenvolvimentos no enquadramento legal e regulamentar, não deixa, ainda, de ser relevante proceder à sistematização dos mesmos, pelo menos para que melhor se assimilem todas as circunstâncias que constroem a estrutura de capital da Instituição:

- em setembro de 2015 é publicado pelo Banco de Portugal o Aviso n.º 1/2015, impondo um rácio de conservação de capital de 2,50% a todas as instituições de crédito, a partir de 1 de janeiro de 2016;
- em fevereiro de 2016, vem o Supervisor emanar a Carta-Circular n.º 1100-G/2016, reforçando a alteração do paradigma de conservação de capital para uma abordagem ainda mais conservadora por via da restrição de distribuição de resultados, já em fase de conclusão do processo de fecho de contas para todas as instituições de crédito;
- em maio do mesmo ano, e percebendo o panorama global de dificuldade do sistema bancário no cumprimento de tais diretrizes, dá-se o retrocesso da antecipação do rácio de conservação de capital, passando o Aviso n.º 6/2015 a impor disposições transitórias que se traduziram numa abordagem mais gradual – passando dos 2,50% (que se traduzia num CET I de 10,50%) para 0,625% em 2016 (logo, CET I de 8,625%) e 1,250% em 2017 (portanto, CET I de 9,250%), e assim sucessivamente até perfazer os 2,50% só a 1 de janeiro de 2019 –, ficando revogado, portanto, o Aviso n.º 1/2015;
- em janeiro de 2017, vem o Supervisor emanar nova Carta-Circular (Carta-Circular n.º 667-G/2017), reiterando os princípios da Carta-Circular emanada em fevereiro de 2016.

² Anterior à reexpressão das demonstrações financeiras por alterações nas políticas contabilísticas

Importa ainda aprofundar que estes desenvolvimentos na estrutura de capital, enquanto medidas de carácter sistémico ou de estabilidade financeira direccionados para a conservação de capital, foram aplicados a todas as instituições de crédito, o que se verificou, do mesmo modo, com a iniciativa encetada desde 2015 pelo Supervisor na permissão de distribuição de dividendos sujeita a aprovação prévia e verificação do cumprimento de requisitos atuais e prospetivos. Mais, não são sequer esses mutuamente exclusivos do Processo de Revisão e Avaliação do Supervisor (do inglês *Supervisory Review and Evaluation Process*, ou SREP) – com a primeira decisão a tomar lugar para Instituição em 2017 –, do qual poderão resultar objetivos de capitalização adicionais, específicos de cada instituição e baseados no risco, em função da avaliação anual efetuada pelo Supervisor, e que não são divulgados publicamente, pelo que o enquadramento global se mantém, efetivamente, bastante exigente.

Mais, importa salientar que, num contexto de sucessivos aumentos de capital em toda a Banca Portuguesa desde 2011 (em montantes globais extremamente expressivos, e nem mencionando as intervenções feitas em duas dessas instituições), pelas circunstâncias descritas, entre outras aplicáveis idiossincrática e/ou sistémica às instituições de crédito em causa – ora vejamos, por exemplo, a questão da cobertura de responsabilidades para com Fundos de Pensões, num contexto de mercado que não apenas impede o seu autofinanciamento como destrói o valor do próprio ativo, com impactos de tal ordem que se tornou numa preocupação do setor –, tem a Instituição tentado demonstrar a máxima resiliência e autossuficiência na medida das suas capacidades, precisamente, atenta à sua missão perante a acionista única, a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH).

Por fim, e em tom de conclusão, resta-me renovar o compromisso de dedicação deste Conselho de Administração e oferecer os mais sinceros agradecimentos a todos os *stakeholders* da CEMAH, em particular, aos seus Colaboradores, pela dedicação, aos seus Clientes, pela preferência que continuam a demonstrar por esta Instituição, e, indubitavelmente, à sua Instituição Titular – a SCMAH –, pela confiança depositada neste órgão, nos restantes órgãos sociais e estruturas que dão corpo a esta Instituição e em mim próprio.



António Maio

Indicadores relevantes

		2016-12-31	2015-12-31 NIC ³	2015-12-31 NCA ³
Dimensão	Ativo Líquido (milhares de Euro)	382.580	370.754	372.065
	Colaboradores Ativos	111	104	104
	Balcões	13	13	13
Atividade⁴	Crédito (Bruto) a clientes (milhares de Euro)	210.475	213.055	213.055
	Recursos de Clientes (milhares de Euro)	353.886	343.094	343.094
Capital⁵	Rácio de Fundos Próprios Totais	9,78%	10,38%	10,37%
	Tier I	9,78%	10,38%	10,19%
	CET I	9,78%	10,38%	10,19%
Qualidade do Crédito⁶	Crédito com incumprimento / Crédito Total	4,82%	3,75%	3,75%
	Crédito com incumprimento, Líquido / Crédito Total, Líquido	2,08%	0,48%	1,10%
	Crédito em Risco / Crédito Total	6,10%	6,97%	6,97%
	Crédito em Risco, Líquido / Crédito Total, Líquido	3,40%	3,81%	4,41%
Rendibilidade	Produto Bancário (milhares de Euro)	8.966	8.255	8.255
	Resultado Líquido (milhares de Euro)	1.868	1.376	549
	Resultados Antes de Impostos / Ativo Líquido	0,62%	0,43%	0,20%
	Resultados Antes de Impostos / Ativo Líquido Médio	0,63%	0,46%	0,23%
	Produto Bancário / Ativo Líquido	2,34%	2,23%	2,22%
	Produto Bancário / Ativo Líquido Médio	2,37%	2,34%	2,50%
	Resultados Antes de Impostos / Capitais Próprios	10,41%	6,90%	3,34%
	Resultados Antes de Impostos / Capitais Próprios Médios	10,31%	7,21%	2,89%
Eficiência	Cost-to-income ⁷	74,62%	76,70%	76,70%
	Custos com Pessoal / Produto Bancário	44,94%	43,41%	43,41%
Transformação e Liquidez	Rácio de Transformação ⁸	58,12%	60,45%	60,82%
	Liquidez a 12 Meses ⁹ (milhares de Euro)	126.451	170.490	170.490

³ Com a alteração resultante da revogação das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) e a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), a partir dessa data – 1 de janeiro de 2016 –, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram reexpressas para efeitos comparativos, tendo sido também elaboradas em conformidade com as NIC

⁴ Valores de balanço

⁵ De acordo com as regras do pacote regulamentar CRD IV/CRR, sem incorporação, à data, de resultados

⁶ De acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal, na versão vigente

⁷ Correspondente a (Custos de Funcionamento + Amortizações) / Produto Bancário

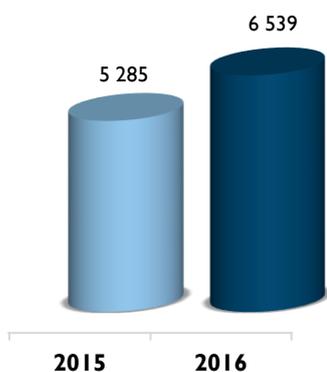
⁸ De acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal, na versão vigente

⁹ De acordo com a Instrução n.º 13/2009 do Banco de Portugal, na versão vigente

Destaques

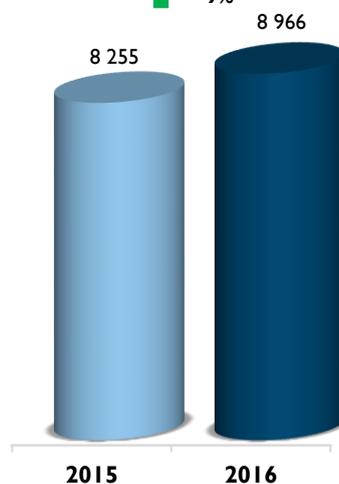
Margem Financeira
(milhares de Euro)

↑ 24%



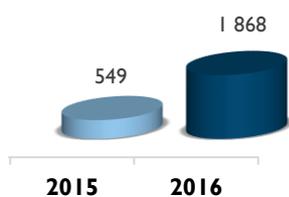
Produto Bancário
(milhares de Euro)

↑ 9%

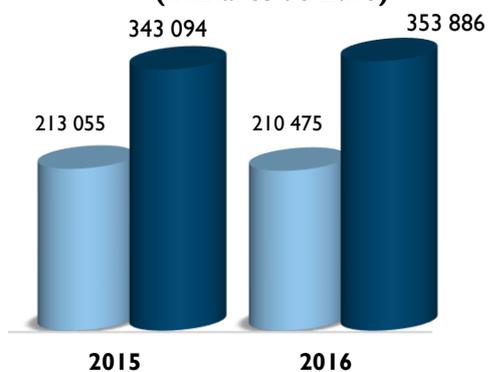


Resultado Líquido
(milhares de Euro)

↑ 240%

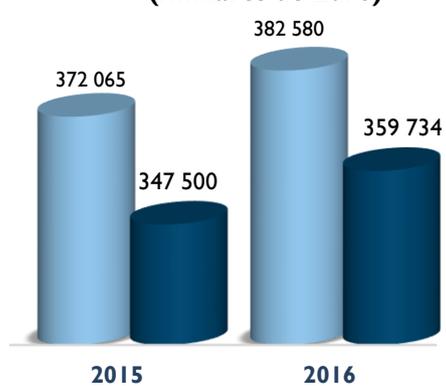


Crédito e Recursos de clientes
(milhares de Euro)



■ Crédito (Bruto) a clientes ■ Recursos de Clientes

Ativo Líquido e Passivo
(milhares de Euro)



■ Ativo Líquido ■ Passivo

Enquadramento macroeconómico

Nos dias de hoje, com o grau de integração económica que se vive à escala global, os desenvolvimentos da economia mundial afetam todos os atores, direta ou indiretamente, mesmo a atividade comercial de uma instituição como a CEMAH, tendo em conta que o seu mercado de atuação, numa ótica comercial, se restringe essencialmente à Região Autónoma dos Açores.

O ano de 2016 foi uma vez mais atípico para o sector financeiro e para o comportamento dos mercados financeiros, que ainda não se recompuseram completamente da crise financeira mundial iniciada nos Estados Unidos da América (EUA) em 2008 (comumente designada por crise do *Subprime*), que influenciou posteriormente a crise das dívidas soberanas nos países europeus, em que Portugal aparece logo na linha da frente.

Segundo dados divulgados pelo FMI na atualização do *World Economic Outlook* de outubro de 2016, as estimativas para o ano indicavam que a economia mundial deveria ter crescido 3,1%, valor que compara com os 3,2% efetivamente registados em 2015, sendo que para o ano de 2017 a previsão aponta para um crescimento de 3,4%.

Crescimento Económico
(taxa de crescimento real, em %)

	2015	2016 estimativa	2017 previsão
Economia mundial	3,2	3,1	3,4
Economias avançadas	2,1	1,6	1,9
EUA	2,6	1,6	2,3
Área do Euro	2,0	1,7	1,6
Alemanha	1,7	1,7	1,5
França	1,3	1,3	1,3
Itália	0,8	0,9	0,7
Espanha	3,2	3,2	2,3
Reino Unido	2,2	2,0	1,5
Japão	0,5	0,9	0,8
Economias emergentes	4,0	4,1	4,5
China	6,9	6,7	6,5
Índia	7,6	6,6	7,2
Rússia	-3,7	-0,6	1,1
Brasil	-3,8	-3,5	0,2

Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, outubro 2016 (update janeiro 2017)

Para as economias avançadas, as estimativas apontam para uma expansão de 1,6% em 2016, o que, a verificar-se, refletirá um abrandamento face a 2015 (variação de 2,1%), perspetivando-se que para o ano de 2017 o crescimento possa alcançar os 1,9%; daí, há que destacar:

- para os EUA, uma estimativa de crescimento de 1,6% em 2016, desaceleração face a 2015 – em que o crescimento económico foi de 2,6% –, mas com perspetiva de incremento em 2017, na ordem dos 2,3%;
- para a Zona Euro, uma desaceleração da economia em 2016 face ao ano anterior – 1,7% face aos 2,0% registados –, mantendo-se a tendência na perspetiva de 1,6% em 2017; e
- para o Reino Unido que, após um crescimento de 2,2% em 2015, faz antever uma desaceleração para 2% em 2016 e 1,5% em 2017.

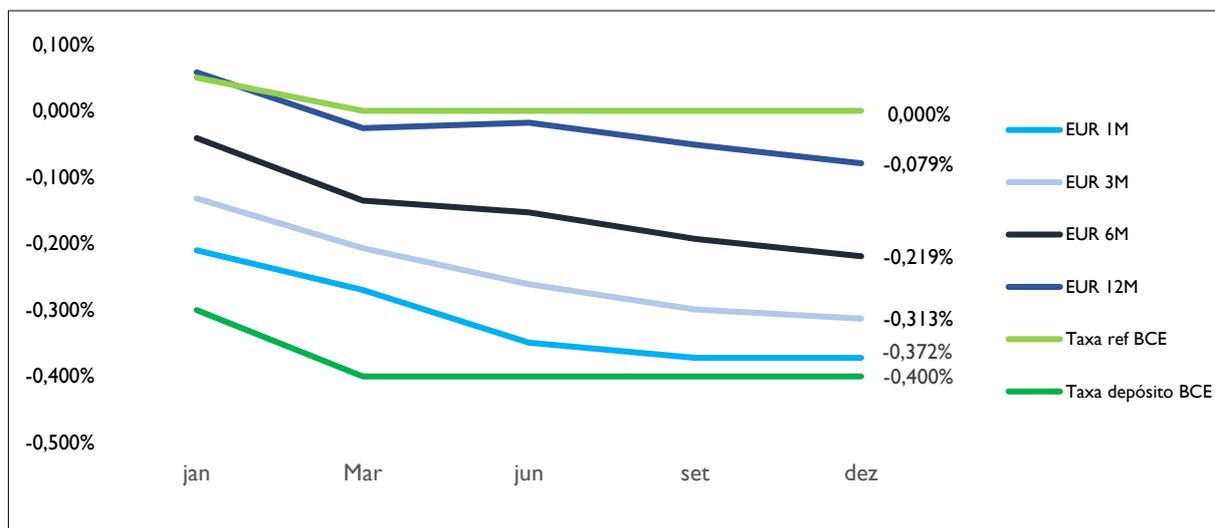
Relativamente às economias emergentes, as estimativas apontavam para a manutenção da recessão na Rússia e no Brasil em 2016, mas com uma previsão de crescimento em 2017, ao passo que a China deveria continuar a abrandar, estimando-se para 2016 um crescimento de 6,7% e para 2017 de 6,5%.

No contexto mundial o grande fator de incerteza que se viveu recentemente foram as eleições para a presidência dos EUA, ganhas com alguma surpresa por Donald Trump, permanecendo ainda a dúvida se tudo o que foi prometido pelo mesmo ao longo da campanha será cumprido, o que a verificar-se poderá ter impactos no *status quo* da economia mundial.

No continente europeu, continua a assistir-se à intervenção do Banco Central Europeu (BCE) com uma política monetária acomodatória (contra-cíclica), comumente conhecida por *Quantitative Easing*. Esta política parece, no entanto, tardar em traduzir-se em resultados efetivos na economia real, começando a ser referido por diversos analistas que a mesma poderá resultar numa nova crise financeira europeia, dada a pressão existente na rentabilidade do negócio bancário, setor de si já pressionado em alguns países pelo volume de crédito mal parado constante nos balanços dos bancos, bem como pelas taxas referenciais aplicadas e pelas novas exigências de capital fruto da evolução do processo de integração do sistema bancário europeu (União Bancária); note-se que, mesmo não estando a CEMAH sob a supervisão direta do organismo europeu, pode, contudo, em qualquer momento, esse facto alterar-se por iniciativa do mesmo, a fim de que seja assegurada a aplicação consistente de uma supervisão harmonizada.

Analisando a evolução das taxas de mercado, a intervenção do BCE no âmbito da política monetária adotada, motivou ao longo do ano uma descida das principais taxas de mercado utilizadas, registando valores negativos, tal como é possível observar no gráfico seguinte.

Evolução das Taxas Euribor – 2016



Fonte: Euribor-rates.eu

Ao longo do ano assistiram-se a alguns eventos que também vieram pressionar a tão esperada recuperação da economia europeia, dos quais, pela sua importância histórica e impacto expectáveis, se destaca o referendo no Reino Unido – designado nos *Media* internacionais por *Brexit* –, que resultou na decisão do povo britânico em abandonar a União Europeia. Numa altura em que é de opinião generalizada que a Europa deveria estar mais unida do que nunca, de forma a resolver os exigentes e diferentes desafios com que se depara, o resultado do referendo foi um duro golpe nessa mesma união, pela importância do Reino Unido no contexto europeu, pelo precedente que abriu (podendo incentivar outros estados a tomar a mesma decisão), bem como pela incerteza gerada, uma vez que, na prática, ninguém poderá antever como se irá desenrolar o processo, que poderá durar mais de dois anos, nem qual será a relação futura entre o Reino Unido e a União Europeia.

Em Portugal, 2016 foi um ano marcado pelas alterações políticas significativas, com a entrada em funções do governo do Partido Socialista, apoiado pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP, facto inédito nos 40 anos de democracia. Inicialmente, os mercados reagiram com alguma desconfiança em

relação ao modelo de governação encontrado, por um lado, pela mudança de política assumida, defendendo o fim da austeridade implementada pelo governo anterior, e por outro lado, pela desconfiança que inicialmente houve de que o acordo existente pudesse resultar.

Quanto à situação do setor financeiro português, mantém-se a pressão, em parte pelo contexto descrito, mas, sobretudo, por um conjunto de constrangimentos, como sejam: i) as taxas praticadas no mercado, pressionando a rentabilidade das instituições; ii) a diminuição do investimento dificultando a capacidade de os bancos concederem crédito de qualidade; e iii) pelos dois principais eventos disruptivos do setor, que apesar do carácter individual têm impacto sistémico, afetando indiretamente todo o setor, refira-se o Novo Banco – que ainda se encontra em processo de venda por parte do fundo de resolução – e a Caixa Geral de Depósitos – com as dificuldades sentidas e que vieram derivar na sua recapitalização por via de ajuda estatal e emissão de obrigações (ainda sem desfecho).

Em análise dos principais indicadores macroeconómicos apurados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para o ano de 2016 (estimativa rápida), pode observar-se que a estimativa de crescimento da economia portuguesa se situou nos 1,4%, por comparação com o crescimento de 1,6% registados no período homólogo. A evolução estimada para o investimento seguiria uma negativa, exceto pela inversão verificada no último trimestre do ano, o que veio derivar num decréscimo na ordem dos 0,9%, a par de uma variação igual nas importações e nas exportações de bens e serviços, na ordem dos 4,4%.

Quanto ao mercado de trabalho, por sua vez, observa-se desde o final de 2015 uma evolução positiva da taxa de desemprego, passando dos 12,4% registados em dezembro desse ano para os 10,2% registados em dezembro de 2016.

Com enfoque nas previsões para o ano de 2017, e tendo em conta que as mesmas foram elaboradas no âmbito do Orçamento do Estado, mais precisamente no cenário macroeconómico, podemos conferir as previsões para os principais indicadores macroeconómicos na tabela seguinte (sendo necessário ter em conta que as previsões foram elaboradas sem o conhecimento da estimativa rápida para o final de 2016):

Principais indicadores macroeconómicos – Previsões
(taxa de variação, em %)

	INE 2015	INE (estimativa rápida) 2016	Orçamento do Estado 2017 (previsão)
PIB	1,6	1,4	1,5
Investimento	4,5	-0,9	3,1
Exportações	6,1	4,4	4,2
Importações	8,2	4,4	3,6
Taxa de desemprego	12,4	10,2	10,3

Fonte: INE e Ministério das Finanças

Observa-se que a previsão do governo para o crescimento do PIB para o ano de 2017 será de 1,5%, a par de um incremento do investimento de 3,1%. Quanto à balança comercial, em 2017, a previsão é de que as importações aumentem 3,6% e as exportações 4,2%.

Para a taxa de desemprego, é expectável que no final de 2017 o valor apurado seja de 10,3%, refletindo um retrocesso face aos 10,2% registados em 2016.

Relativamente à Região Autónoma dos Açores, no ano de 2016, destaca-se a realização de eleições para a Assembleia Legislativa Regional, que resultaram numa vitória por maioria absoluta do Partido Socialista, mantendo, desta forma, a liderança detida, fazendo antever uma manutenção das principais políticas.

Analisando os dados económicos, e segundo o boletim trimestral de estatística elaborado pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), com informação do ano de 2016, salienta-se que: i) o indicador de atividade económica registou uma evolução favorável de 2,5% face ao período homólogo; ii) a taxa de desemprego continua a diminuir, sendo que a dezembro se situava nos 10,4%; e iii) a taxa de inflação homóloga vem situar-se nos 1,8%, bem acima dos 0,9% registados a nível nacional.

Num contexto setorial, ao longo de 2016, importa destacar a evolução negativa no setor das pescas, no que diz respeito às quantidades de peixe descarregado, que desde 2.º trimestre de 2015 tem vindo sempre a registar taxas de variação homólogas negativas, resultando numa diminuição de 29,8% face a 2015, demonstrando as dificuldades que o setor atravessa.

No caso do setor leiteiro, observa-se que ao longo de 2016 o leite entregue nas fábricas registou variações homólogas negativas em todos os trimestres, resultando numa variação anual negativa de

1,2% face a 2015. Na produção de produtos derivados do leite, observa-se que houve uma inversão, uma vez que o leite produzido para consumo diminuiu 4,9% face a 2015, ao passo que a produção de queijo aumentou 6,3% face ao mesmo período.

Já no setor terciário, importa destacar os números do setor do turismo, que tem vindo a funcionar como alavanca de crescimento económico da região, registando-se um aumento das dormidas na região na ordem dos 21,1%, bem como o aumento de passageiros desembarcados que aumentaram 19,9%, compensando, deste modo, os decréscimos anteriormente referidos relativamente ao setor das pescas e ao setor agropecuário.

Dada a expressividade da variação importa referenciar o aumento nas vendas de automóveis ligeiros de passageiros em 32,3% face a 2015.

Modelo de Governo

Missão, visão e valores

A missão da CEMAH continua a ser a criação de valor para cofinanciamento da obra assistencialista e promoção dos nobres fins de solidariedade social da sua Instituição Titular e acionista única, a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH). É também no âmbito da economia social que a CEMAH reforça a Missão de solidariedade, ao garantir o acesso ao sistema financeiro de clientes considerados como “não rentáveis” pelos critérios utilizados pela generalidade da banca e contribuindo para a dignificação do próprio sistema financeiro regional.

A visão do órgão de administração da Instituição vem materializar-se, então, de forma cada vez mais tangível, num modelo de negócio que privilegia a “banca de proximidade”, pretendendo demonstrar que a sua missão tem em si de ser entendida não como um fator limitador, mas sim como um elemento diferenciador da sua estratégia, quer numa perspetiva de relevância da oferta desse serviço no sistema financeiro, quer pela certeza e conservadorismo na tomada de decisão que advêm do conhecimento de cada cliente – particular ou empresa – e de cada contexto.

Os valores pelos quais a CEMAH pauta a sua atuação são a solidez, confiança, rigor e solidariedade.

Corporate Governance

A CEMAH é uma caixa económica bancária, de acordo com a recente revisão do Regime Jurídico das Caixas Económicas (pelo Decreto-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro), sendo a SCMAH a sua Instituição Titular, presidida pelo Senhor Provedor António Bento Fraga Barcelos.

Esta relação de titularidade tem a natureza de participação qualificada, assegurando-se, assim, a impossibilidade de existirem órgãos sociais comuns entre a CEMAH e a SCMAH, bem como a coincidência entre os membros dos órgãos sociais de ambas e a possibilidade de ocupação de cargos nos órgãos sociais por inerência.

Governo Interno

O modelo de governo da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo é incidente numa Assembleia Geral, um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas, num modelo monista (v.g. modelo “latino reforçado”), eleitos para cada mandato de triénio, conforme as composições apresentadas de seguida.

Mesa da Assembleia Geral

Álvaro Pereira Silva Leal Monjardino	Presidente
Teresa Diniz Quadros Costa	1.ª Secretária
Maria Serafina Meneses Simões	2.ª Secretária

A Mesa da Assembleia Geral tem como funções dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia Geral, representá-la e, designadamente, deliberar sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais, e dar posse aos membros dos Corpos Gerentes eleitos.

Conselho de Administração

António Gabriel Fraga Martins Maio	Presidente
Eduardo Barbosa do Couto	Vice-Presidente
Maria Laurentina Nunes Mendes	Vogal

Compete ao Conselho de Administração assegurar que a CEMAH concretiza toda a sua atividade de negócio de acordo com o plano estratégico desenvolvido, materializando o definido na visão e missão da Instituição, tendo em conta a gestão dos riscos inerentes à sua atividade e em conformidade com todos os requisitos legais. Compete-lhe também garantir que a atividade da CEMAH é devidamente comunicada a todos os órgãos societários competentes e a todas as entidades externas reguladoras.

Conselho Fiscal

João Pedro Mendes de Menezes Cardoso	Presidente
Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira	Vogal
Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins	Vogal

As competências deste órgão de fiscalização são as que decorrem do enquadramento legal e regulamentar, cabendo, adicionalmente ao Conselho Fiscal, nos termos do Compromisso da SCMAH e dos Estatutos da Instituição, emitir parecer sobre o Relatório e Contas, bem como sobre Programa de Ação e Orçamento, entre outras matérias que o órgão executivo submeta à sua apreciação.

Importa, contudo, referir que, em relação à composição aprovada para o triénio vieram a proporcionar-se alterações de substância, uma vez que, em junho de 2016, o então Presidente do

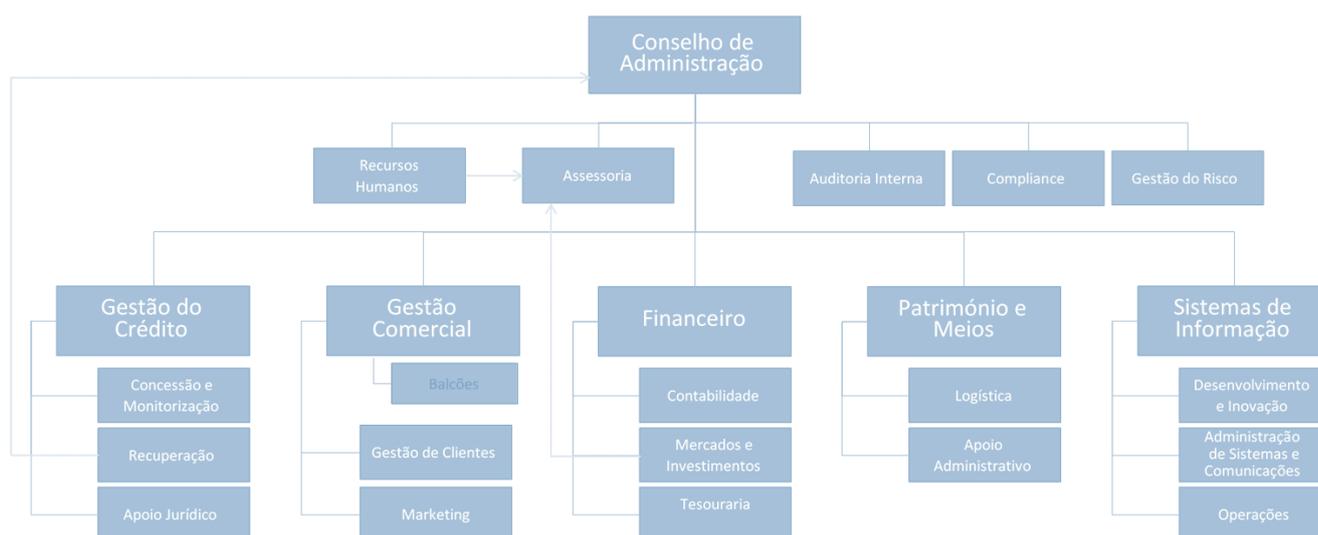
Conselho Fiscal – José António de Azevedo Pereira – veio renunciar ao cargo em detrimento do exercício de funções de administração noutra instituição de crédito. Seguindo a tramitação natural e legalmente prevista, foi o órgão reconstituído através de Auto de Posse dos Membros do Conselho Fiscal em setembro p.p..

Revisor Oficial de Contas

Na Assembleia Geral de 16 de outubro de 2015 foi decidida a nomeação para o cargo de Revisor Oficial de Contas efetivo para os exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas *PricewaterhouseCoopers & Associados, Lda.*, representada por António Alberto Henriques Assis e por Carlos Manuel Sim Sim Maia como Revisor Oficial de Contas Suplente.

Modelo orgânico e funcional

Quanto ao modelo orgânico e funcional, e mantendo o objetivo de consolidação das funções essenciais de controlo da Instituição – Auditoria Interna, Compliance e Gestão do Risco –, mas também uma adequação do ponto de vista qualitativo em linha com os objetivos de crescimento quantitativo, a orgânica da CEMAH foi revista a 1 de junho de 2016, passando a assentar no organigrama e descritivo de funções apresentados de seguida:



Do ponto de vista orgânico, a estrutura organizativa é composta por unidades de estrutura com a configuração departamental (i.e. incluindo departamentos, subdepartamentos, unidades e gabinetes), enquanto que do ponto de vista funcional, a descrição é realizada por âmbito de atuação e competência, conforme se apresenta de seguida:

Unidade de Estrutura (n.º elementos) Responsável		Âmbito de atuação e competências
Assessoria do Conselho de Administração		<p>Compete-lhe apoiar o Conselho de Administração na definição da estratégia, políticas e diretrizes da CEMAH, bem como efetuar as diligências e esforços necessários à sua implementação nas matérias que lhe estejam delegadas; cabe-lhe ainda o suporte à tomada de decisão ao mais alto nível, no sentido de garantir um adequado aconselhamento e sustentação, pelo que assegura a elaboração ou a revisão de dossiês relevantes, como sejam, as matérias de Controlo Interno e Gestão de Riscos, Recursos Humanos e Investimentos.</p> <p><u>Áreas de atuação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Planeamento estratégico – suporte à definição e formalização da estratégia através da coordenação da elaboração das peças relevantes, como sejam, o plano estratégico, o programa de ação, o orçamento (e respetivo controlo), os planos de financiamento e capital, o ICAAP, o plano de recuperação, o plano de continuidade do negócio, entre outras; - <i>Framework</i> de recuperação e gestão de contingências – suporte à definição e formalização da estratégia e aconselhamento na tomada de decisão na invocação e conclusão dos respetivos planos; - Processo de gestão de qualidade e melhoria contínua; - Gestão Executiva – aconselhamento e suporte à tomada de decisão, em geral, e com responsabilidades específicas nos Controlo Interno e Gestão de Riscos, Recursos Humanos e Investimentos; - Imagem corporativa e comunicação institucional – representação da CEMAH em eventos externos, por delegação do Conselho de Administração, e preparação de comunicações oficiais.
Funções de Controlo	Auditoria Interna	Compete-lhe apoiar o Conselho de Administração na monitorização do Sistema de Controlo Interno (e Gestão de Riscos), através da avaliação independente da adequação do desenho e eficácia de operacionalização dos controlos instituídos na Instituição, nomeadamente por via da avaliação de políticas e diretrizes, processos e sistemas de informação; compete-lhe ainda prestar serviços de consultoria no que concerne à melhoria contínua desse Sistema e à análise do nível de concretização dos objetivos definidos.
	Compliance	Compete-lhe apoiar o Conselho de Administração no desenvolvimento e monitorização do Sistema de Controlo Interno, assegurando a monitorização e controlo de todos os processos no que respeita ao cumprimento e conformidade da CEMAH e dos seus colaboradores perante o normativo legal, códigos éticos e deontológicos ou deveres aplicáveis, bem como perante o normativo interno e código de conduta, e o respetivo reporte ao Conselho de Administração de quaisquer indícios de incumprimento intencional ou por negligência; compete-lhe ainda a gestão do processo de Branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo.
	Gestão do Risco	Compete-lhe apoiar o Conselho de Administração no desenvolvimento e monitorização do Sistema de Controlo Interno, em particular, na componente de Gestão Integrada de Riscos, assegurando a implementação do perfil e risco, através de políticas específicas e processos de identificação, mensuração, monitorização e controlo dos riscos a que a Instituição está sujeita, seguindo princípios de proporcionalidade e significância; compete-lhe ainda garantir o reflexo adequado da exposição que a Instituição apresenta a cada um dos riscos a nível de reporte prudencial, bem como a explanação no âmbito da relação com o Supervisor e para fins de disciplina de mercado das metodologias subjacentes.

Unidade de Estrutura (n.º elementos) Responsável		Âmbito de atuação e competências
Recursos Humanos		<p>Compete-lhe a realização das atividades de suporte à gestão de recursos humanos, incluindo a coordenação operacional do recrutamento e seleção, avaliação, compensação e formação, e assegurando o bom cumprimento das políticas de saúde, higiene e segurança no trabalho da CEMAH, em conformidade com os requisitos legais.</p> <p><u>Áreas de atuação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Gestão da formação e estágios profissionais; - Gestão e processamento das retribuições; - Gestão da saúde e segurança no trabalho; - Gestão do plano de prevenção e emergência; - Gestão de seguros de pessoas e bens da CEMAH; - Gestão da movimentação de pessoal; - Avaliação de desempenho.
Financeiro	Financeiro	<p>Compete-lhe apoiar o Conselho de Administração na definição e implementação das estratégias, políticas e processos para a Direção Financeira da CEMAH, assegurando o bom desempenho financeiro da CEMAH através da sua implementação eficaz e eficiente, de acordo com as normas e requisitos aplicáveis, e contribuindo para a avaliação do cumprimento de metas, táticas e operacionais, e dos planos que lhes estão associados.</p> <p><u>Áreas de atuação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração das demonstrações financeiras; - Gestão de informação financeira – tratamento e reporte; - Gestão orçamental – elaboração e controlo; - Sistema de informação de gestão – gestão de conteúdos; - Investimentos financeiros.
	Contabilidade	<p>Compete-lhe assegurar um eficaz desempenho contabilístico da CEMAH através da operacionalização do registo e tratamento contabilístico, garantindo o reflexo verdadeiro e apropriado da situação patrimonial e financeira da CEMAH; compete-lhe ainda assegurar a gestão dos pagamentos</p>
	Mercados e Investimento	<p>Compete-lhe assegurar a gestão operacional da carteira própria da CEMAH, nomeadamente por via de uma eficaz monitorização e aplicação dos seus excedentes de liquidez, <i>end-to-end</i>, incluindo o suporte à tomada de decisão, formalização e monitorização dessas exposições; cabe-lhe ainda a articulação operacional com contrapartes financeiras e operacionalização das plataformas de suporte.</p>
	Tesouraria	<p>Compete-lhe assegurar o total controlo e segurança dos valores da Tesouraria da CEMAH, através do cumprimento eficaz de todos os procedimentos e atividades relacionada, nomeadamente a segurança casa forte, o controlo de existências em numerário e a gestão do stock de numerário em caixa e em circulação</p>

Unidade de Estrutura (n.º elementos) Responsável	Âmbito de atuação e competências	
Património e Meios	Património e Meios	<p>Compete-lhe apoiar o Conselho de Administração na definição das estratégias, políticas e procedimentos relacionados com a dotação de adequados meios para persecução dos objetivos estratégicos e operacionais da Instituição; compete-lhe ainda assegurar que todas as atividades de apoio administrativo e de logística são efetuadas, garantido a provisão de recursos, equipamentos e informação necessários ao funcionamento da CEMAH.</p> <p><u>Áreas de atuação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio administrativo; - Conservação e segurança de imóveis e equipamentos; - Gestão do património recebido em dação ou execução; - Gestão do parque de viaturas; - Gestão do inventário e arquivo; - Gestão de compras (materiais e serviços).
	Logística	<p>Compete-lhe assegurar que todas as atividades de gestão de meios e logística são efetuadas, garantindo a provisão de recursos e equipamentos necessários ao funcionamento da CEMAH.</p>
	Apoio Administrativo	<p>Compete-lhe assegurar que todas as atividades de apoio administrativo são efetuadas, garantindo a preparação de informação relevante e assegurando processos comunicacionais requeridos ao funcionamento da CEMAH.</p>
Sistemas de Informação	Sistemas de Informação	<p>Compete-lhe apoiar o Conselho de Administração na definição das estratégias, políticas e procedimentos relacionados com a arquitetura de sistemas de informação e comunicação; compete-lhe ainda a prestação de serviços em matéria de informação, numa perspetiva tecnológica e organizacional, prosseguindo esforços para garantir a sua qualidade, disponibilidade e coerência.</p> <p><u>Áreas de atuação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Controlo orçamental dos sistemas de informação; - Implementação de novas soluções e projetos de infraestruturas tecnológicas; - Gestão das infraestruturas de rede, de comunicações, do centro de dados e dos sistemas que suportam a informação no geral; - Sistemas de pagamentos – interlocução e gestão das plataformas e equipamentos; - Gestão dos contratos de manutenção e licenciamento; - Monitorização e mitigação do risco operacional relacionado com os sistemas de informação, nomeadamente pela coordenação e implementação e operacionalização do plano de <i>disaster recovery</i>.
	Desenvolvimento e Inovação	<p>Compete-lhe assegurar as atividades de operacionalização do desenvolvimento da plataforma de sistemas de informação e comunicações, tanto potenciando a arquitetura existente como pela conceção de novas soluções e ajustamentos, tendo em vista a persecução da estratégia.</p>
	Informática e Comunicações	<p>Compete-lhe assegurar uma eficaz implementação da estratégia de sistemas de informação e comunicações, bem como a persecução dessa, através da manutenção e operação da infraestrutura de <i>software</i>, <i>hardware</i> e comunicações, seguindo princípios de qualidade, incluindo o suporte à utilização da mesma.</p>
	Operações	<p>Compete-lhe assegurar a execução das atividades inerentes à gestão de dados, de acordo com as políticas de Sistemas de Informação, de modo a garantir a resposta às necessidades informacionais da CEMAH, em tempo útil, e garantindo a suficiência, correção, consistência, integridade e tempestividade da mesma.</p>

Unidade de Estrutura (n.º elementos) Responsável		Âmbito de atuação e competências
Gestão de Crédito	Gestão de Crédito	<p>Compete-lhe apoiar o Conselho de Administração na definição das estratégias, políticas e procedimentos de concessão, acompanhamento e monitorização do crédito, garantindo a convergência/compatibilidade das políticas, processos e metodologias definidos com o perfil, princípios e diretrizes de gestão do Risco de Crédito na persecução da estratégia.</p> <p><u>Áreas de atuação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Gestão do crédito – gestão do processo de concessão de crédito e gestão da carteira de crédito; - Recuperação de crédito; - Acompanhamento de crédito em contencioso.
	Concessão e Monitorização	<p>Compete-lhe a operacionalização das políticas e procedimentos definidos para a concessão e acompanhamento do ciclo de vida do crédito, assegurando todas as diligências de acompanhamento e reporte subjacentes, quer intra Departamento de Gestão de Crédito, nomeadamente com o Apoio Jurídico e na passagem para a Recuperação de crédito, conforme as circunstâncias estabelecidas, quer com a Gestão do Risco; compete-lhe ainda a articulação permanente com a Promoção Comercial, no sentido de ser garantido o alinhamento quanto à abordagem casuística a Clientes, a Grupos Financeiros ou a setores/segmentos de Clientes</p>
	Recuperação	<p>Compete-lhe a operacionalização das políticas e procedimentos definidos para a recuperação de crédito, assegurando todas as diligências de acompanhamento e reporte subjacentes, quer intra Departamento de Gestão de Crédito, nomeadamente com o Apoio Jurídico, quer com a Gestão do Risco, reportando diretamente ao Conselho de Administração; compete-lhe ainda a articulação permanente com a Promoção Comercial, no sentido de ser garantido o alinhamento quanto à abordagem casuística a Clientes, a Grupos Financeiros ou a setores/segmentos de Clientes.</p>
	Apoio Jurídico	<p>Compete-lhe sustentar juridicamente e formalmente a execução das atividades de gestão do crédito, desde a concessão até ao final do seu ciclo de vida, incluindo reestruturação, contencioso ou liquidação, bem como o tratamento dos ofícios, pedidos/difusão de informação e notificações enviados por entidades externas.</p>
Gestão Comercial	Gestão Comercial	<p>Compete-lhe apoiar o Conselho de Administração na definição das estratégias, políticas e procedimentos comerciais, garantindo a adequada implementação desses pela CEMAH, tanto na perspetiva e recursos como de aplicações; compete-lhe ainda assegurar a coordenação das atividades diárias das agências/balcões, tendo em vista a persecução dos interesses da CEMAH e enquadramento nas tendências económicas, numa vertente fortemente comercial, operacional e de controlo interno.</p> <p><u>Áreas de atuação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção comercial; - Gestão da rede comercial (balcões); - Monitorização e análise das taxas de juro, mercado, concorrência e rentabilidade – apoio técnico à gestão; - Gestão das taxas de juro diferenciadas e bonificações; - Monitorização da posição dos grupos económicos, ENIs e empresas; - Banca Automática – gestão e manutenção.

Unidade de Estrutura (n.º elementos) Responsável	Âmbito de atuação e competências	
Gestão Comercial	Gestão de Clientes	Compete-lhe assegurar uma eficaz implementação da estratégia comercial da CEMAH, apoiando a Gestão Comercial na definição da abordagem comercial, contribuindo, através da realização de análises transversais da carteira de clientes e de potenciais clientes (tipo), para a calibração das estratégias e políticas definidas, nomeadamente pela definição de abordagens casuísticas ou diferenciadas a Clientes, a Grupos Financeiros ou a setores/segmentos de Clientes atuais e potenciais.
	Marketing	Compete-lhe assegurar uma eficaz implementação da estratégia comercial da CEMAH, apoiando a Gestão Comercial na definição do posicionamento da Instituição, de abordagens comerciais e de produtos, bem como realizar estudos de mercado para sustentar esse posicionamento e contribuir para a calibração das estratégias e políticas definidas; cabe-lhe ainda a conceptualização de novos produtos, a gestão dos meios de pagamento e do preçário.
	Balcões	Compete-lhes assegurar a aplicação das políticas comerciais e regras definidas pela CEMAH, representando adequadamente a CEMAH no <i>front-office</i> ; competem-lhes ainda as tarefas de gestão de Balcão, incluindo gestão de caixa, gestão do serviço de prospeção e outras tarefas de <i>back-office</i> .

Recursos Humanos

Em 2016 verificou-se um aumento do número de colaboradores da CEMAH, passando de 104, em 2015, para 111. Destes colaboradores, 9 encontraram-se em situação de ausência prolongada (entre requisições e baixas médicas superiores a 1 mês), mas foi possível contar com a contribuição adicional de 11 estagiários recebidos ao abrigo do Programa Estagiar.

Na sua generalidade, os restantes indicadores demográficos mantiveram-se semelhantes aos de 2015, tendo a idade média sido fixada nos 43 anos e a antiguidade média sido reduzida em cerca de 1 ano (para 15 anos), como resultado do saldo positivo das novas admissões (12) face às saídas (5).

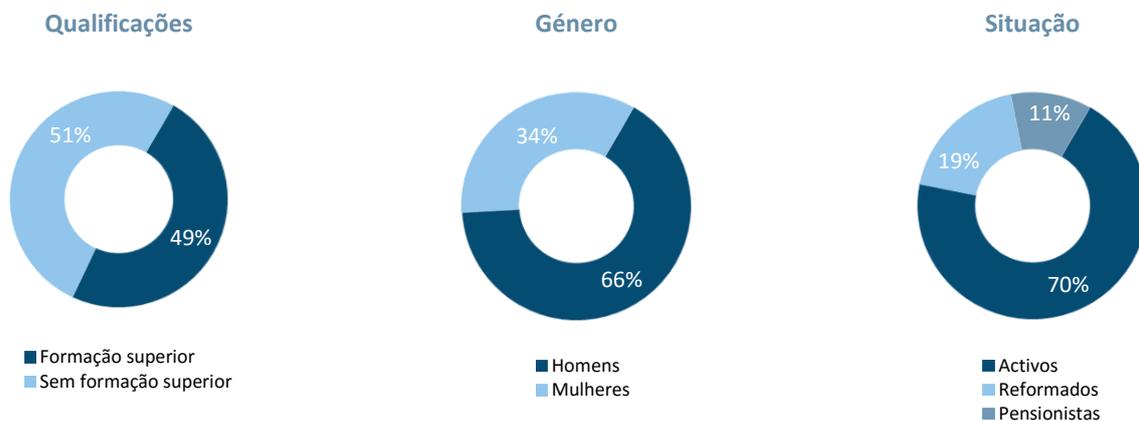
Estas admissões traduziram-se no fortalecimento das funções das áreas de Gestão de Crédito, Financeiro, Sistemas de Informação, Compliance e Balcões.

Na tabela que se apresenta de seguida são decompostas estas variações em função do cargo, do género e do balcão/serviço:

Evolução do Quadro de Colaboradores Ativos

		2015	2016	Var %
Balcões/ Serviços	Angra do Heroísmo	13	14	7,1%
	São Mateus	5	5	0,0%
	Biscoitos	2	3	33,3%
	Hospital	2	1	-100,0%
	Praia da Vitória	6	7	14,3%
	Calheta	4	4	0,0%
	Velas	4	4	0,0%
	Horta	6	6	0,0%
	Graciosa	6	6	0,0%
	Madalena	6	6	0,0%
	São Roque	2	2	0,0%
	Ponta Delgada	5	5	0,0%
	Centro de Clientes	3	3	0,0%
	Serviços Centrais	40	45	11,1%
	Género	Feminino	35	38
Masculino		69	73	5,5%
Cargo	Assistente	12	13	7,7%
	Chefe setor/secção	7	8	12,5%
	Diretor	5	5	0,0%
	Funcionário de Balcão	53	55	3,6%
	Gerente	9	9	0,0%
	Técnico	18	21	14,3%
Total		104	111	6,3%

Tal como tem sido apanágio nos últimos anos, em 2016 voltou a verificar-se um aumento do grau de qualificação dos colaboradores ativos da CEMAH, tendo a representatividade dos colaboradores com formação superior aumentado significativamente. Ao nível da distribuição por género, verificou-se a manutenção da repartição verificada em 2015, enquanto que o nível de colaboradores ativos apresentou um crescimento, conforme se ilustra graficamente (com referência a 31 de dezembro de 2016):



A parceria com o Governo Regional dos Açores, ao nível dos estágios profissionais, no âmbito do Programa Estagiar, para além de representar um estímulo social importante, uma vez mais, demonstrou ser uma mais-valia indiscutível em termos de apoio às diversas áreas funcionais da CEMAH, potenciando a partilha mútua de conhecimentos e experiências e permitindo aferir perfis e talentos *in loco*, numa ótica de seleção e retenção.

Dando continuidade à promoção da qualificação dos colaboradores, em 2016, foi intensificada a formação, porém, tendo presente a otimização dos custos associados à formação, sempre que se mostrou ser possível e viável, foi dada preferência à formação à distância e potenciada a formação ministrada internamente, considerando a relevância e ajustabilidade da mesma.

O investimento anual em formação materializou-se em 33 milhares de Euro, traduzindo-se num aumento significativo face a 2015, quer volume de horas de formação, quer na abrangência de colaboradores, incluindo estagiários.

As formações realizadas foram definidas em alinhamento com as necessidades individuais identificadas e incidiram sobre as áreas transversais do negócio, sistemas de informação, contabilidade e sobre as áreas de controlo, como a gestão de riscos, branqueamento de capitais e auditoria, pelo seu carácter nuclear e transversal.

Sistema de Controlo Interno

Concretizando os requisitos mínimos de acesso à atividade, dispostos no artigo 14.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), de acordo com o Aviso n.º 5/2008, cabe aos órgãos de administração e fiscalização das instituições de crédito implementar mecanismos de governo e controlo interno, suportados por políticas e diretrizes, processos, metodologias e práticas, e sistemas de informação e comunicação, orientados para a gestão de riscos conforme o perfil definido, com vista a assegurar uma gestão sã e prudente da instituição e, em particular, os requisitos técnicos previstos nos artigos 115.º-A e seguintes, respeitando as suas idiossincrasias e a aplicação de proporcionalidade às suas características.

Na prática, mais do que um reporte prudencial de relato ou ponto de situação (refira-se o relatório de Controlo Interno, na aceção do disposto no Aviso n.º 5/2008, de 1 de julho, do Banco de Portugal), o Sistema de Controlo Interno (SCI), efetivamente, não tem um objetivo prudencial, mas sim o propósito de alicerçar a confiança do órgão de administração no processo de tomada de decisão para uma gestão sã e prudente, na alavancagem da gestão integrada do risco na cultura da

Instituição com vista à identificação e mitigação adequadas dos riscos a que a CEMAH se encontra exposta, tendo em consideração o respetivo perfil de risco, de forma efetiva e permanente.

Na convergência com outros exercícios (nomeadamente o Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno, ou ICAAP, a peça prudencial “espelho”), o SCI vem materializar os domínios implícitos no Pilar II do Acordo de Capital de Basileia em vigência (Basileia III), agregando em si, indiretamente, i) a adequação do capital interno face aos riscos pela via da qualidade/capacidade mitigante dos mecanismos de controlo instituídos, e ii) o diálogo contínuo com o supervisor, em particular através do processo de monitorização do SCI, reporte de deficiências e *follow-up*, e consequente demonstração de capacidade de melhoria contínua e de reação/mitigação de situações de desequilíbrio.

A avaliação do SCI e o planeamento do capital interno são cruciais para assegurar uma contínua adequação do perfil de solvência face aos riscos da atividade, bem como permite uma maior capacidade de reação na aplicação tempestiva de iniciativas e/ou medidas corretivas, tanto numa ótica de gestão corrente (em *business as usual*), através do planeamento estratégico, como numa ótica de *going concern* (e de fronteira com *gone concern*), nomeadamente por via da monitorização dos processos chave da Instituição, como sejam os de avaliação da adequação do capital, do financiamento, da recuperação e da continuidade do negócio.

Portanto, a interpretação das iniciativas regulatórias e supervisas de forma integrada, é assumida pela Instituição como fundamental no atual contexto de instabilidade do sistema financeiro, tanto do ponto de vista prudencial como, e sobretudo, na perspetiva de gestão da Instituição, até porque está em causa para as instituições de crédito um rácio objetivo para I de janeiro de 2019.

A elaboração do Relatório de Controlo Interno propriamente dito, tal como a monitorização do SCI, como um todo, coube às funções chave – com base nos seus relatórios anuais –, com orientação particular da função de Compliance, responsável internamente pelo *follow-up* global das deficiências identificadas neste âmbito, bem como no âmbito de outras ações inspetivas ou de auditoria externas (e.g. Auditoria Especial do Banco de Portugal), em sede de controlo do cumprimento das medidas corretivas e planos de implementação definidos para supressão das mesmas e para melhoria contínua. Este exercício culmina na opinião do Conselho de Administração – *owner* específico de todas as peças de carácter estratégico e controlos de alto nível – sobre o SCI, com suporte nas peças anteriores e sustentado pela ação de supervisão interna do Conselho Fiscal e pela revisão independente do Revisor Oficial de Contas.

A definição e implementação de alterações estruturantes nas componentes relevantes do SCI, ao longo de 2016 e desde o início de atividade do novo órgão de administração, veio, portanto, de encontro à correção de algumas das deficiências e oportunidades de melhoria identificadas no âmbito do exercício, nomeadamente ao nível das funções de controlo (na aceção do Aviso n.º 5/2008) e dos Sistemas de Informação, convindo mencionar os seguintes:

A. Gestão do Risco

- Novos reportes prudenciais exigidos e submetidos ao Banco de Portugal: i) Planos de Financiamento e Capital, exercício anual de análise de cenário macroeconómico e financeiro definido pelo regulador, aplicado à estratégia da CEMAH e reportado em modelo pré-definido; ii) ALMM (referente às medidas adicionais de monitorização para efeitos do relato da liquidez), reporte em base trimestral, para a CEMAH, o qual se destina a identificar as contrapartes e os instrumentos de tal modo relevantes para o negócio da CEMAH que um levantamento de fundos ou uma redução da liquidez de mercado levaria a problemas de liquidez, bem como as carteiras de ativos detidas com liquidez mais significativas;
- Primeira revisão dos parâmetros de risco do modelo de imparidade coletiva, implementado em 2015, na qual se procederam a diversas melhorias, nomeadamente ao alargamento do período histórico de suporte ao seu cálculo, à melhoria do modelo de obtenção e registo de recuperações históricas de crédito, sustentado em controlos manuais, à verificação e correção, caso necessário, de informação histórica importada de cálculos anteriores, entre outras (note-se que desta revisão resultaram alterações materiais nos parâmetros de risco atualizados, com impacto acumulado positivo significativo no valor total de imparidade coletiva);
- Revisão do manual de imparidade para incorporação de recomendações de equipa de supervisão, relativas sobretudo à descrição do racional que sustenta os pressupostos vertidos no modelo de análise coletiva de imparidade;
- Implementação de procedimento periódico de monitorização da exposição a partes relacionadas, nomeadamente da existência e implementação de controlos nesse âmbito;
- Participação no projeto de definição de modelos internos de *scoring* ajustados à realidade da CEMAH, tomando por base o histórico de concessão de crédito.

B. Compliance

- Foi dado um particular enfoque no desenvolvimento e cumprimento das condições gerais de abertura de conta, nomeadamente através da formação presencial efetuada conjuntamente com formação de abertura de conta a todos os Balcões;

— Lançamento de projeto piloto com a agência de Angra do Heroísmo, para definição e implementação de um procedimento de monitorização para verificação da fiabilidade e tempestividade da informação das entidades.

C. Auditoria Interna

— Consolidação do seu âmbito de atuação, desenvolvendo uma atividade efetiva nos domínios da verificação processual, como forma de acrescentar valor e contribuir para a diminuição do risco e para a credibilidade e imagem da Instituição perante os seus clientes;

— Completude do primeiro triénio de referência ao planeamento das atividades da Auditoria Interna, cujo balanço expõe uma abrangência e amplitude expressivas, medidas em número de áreas funcionais e de processos visitados (correspondendo a, respetivamente, 93% e 80% do total);

— Esforço permanentemente impresso na melhoria contínua das práticas e procedimentos de suporte à organização interna do departamento, e na explicitação da sua abordagem baseada nos riscos, tirando partido das ações de formação recebidas, da avaliação do seu desempenho pelos auditados e da natural consolidação dos conhecimentos da equipa.

D. Sistemas de Informação

— Investimento na plataforma de Sistemas de Informação, nomeadamente ao nível das aplicações informáticas de *homebanking* e *mobile* para particulares e empresas, fluxo de aprovação e recuperação de crédito, e *Business Intelligence*;

— Concentração do reporte externo/prudencial em plataforma única (BRR).

Declaração sobre as Políticas de Remuneração

No âmbito do disposto na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, nos Artigos 115.º-C a I do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro (v.g. Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ou RGICSF) e dos Artigos 14.º a 18.º do Aviso n.º 10/2011, de 29 de dezembro, do Banco de Portugal, nos Artigos 374.º-A, 422.º e 440.º do Decreto-Lei n.º 262/86 (v.g. Código das Sociedades Comerciais), aplicáveis por força do disposto estatutariamente, a CEMAH tem instituído um processo de avaliação independente da sua Política de Remuneração. No entanto, e dado que a CEMAH não cumpre com os critérios de dimensionamento e significância previstos no n.º I do Artigo 7.º do Aviso n.º 10/2011, foi aprovada em Assembleia Geral a extinção formal da Comissão de Remunerações, em aplicação de princípios de proporcionalidade, e verificado o disposto no Artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais e nos pontos 25 e 26 do Anexo ao Decreto-

Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 88/2011, de 20 de julho. Mais, em linha com os princípios preconizados nas Orientações da Autoridade Bancária Europeia relativas a políticas de remuneração sãs (v.g. EBA GL/2015/22), as funções de avaliação independente foram desempenhadas, desde então, pelo Conselho Fiscal.

Importa ainda referir que, para efeitos desta declaração, de acordo com a alínea e) do Artigo 2.º do Aviso n.º 10/2011, entende-se por «Política de Remuneração» o “conjunto de princípios, regras e procedimentos destinados a fixar os critérios, a periodicidade e os responsáveis pela avaliação do desempenho dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e dos colaboradores da instituição, bem como a forma, a estrutura e as condições de pagamento da remuneração devida aos mesmos, incluindo a decorrente do processo de avaliação de desempenho”, pelo que, para fins desta declaração, será tomado o pacote documental (doravante designado por Política de Remuneração ou Política, exceto nos casos em que a menção seja explícita e especificamente de uma das componentes, de forma individual) composto por:

- Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização de 2016; e
- Política de Remunerações dos Colaboradores de 2015, que abrange todas as pessoas que, na execução de um contrato de trabalho ou de prestação de serviços desempenhem funções no âmbito da atividade desenvolvida pela Instituição e cumpram um dos critérios previstos no n.º 2 do Artigo 1.º (i.e. que, não sendo membros dos órgãos de administração e fiscalização, i) desempenhem funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta da instituição ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco da instituição, ou ii) cuja remuneração total os coloque no mesmo escalão de remuneração que os membros dos órgãos de administração ou fiscalização, ou iii) exerçam as funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008). Essa encontra-se atualmente em revisão, não tendo qualquer nova versão entrado em vigor no ciclo em avaliação (de 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016).

Sobre essa Política, nomeadamente sobre a adequação da sua definição ao contexto e características da CEMAH e eficácia da sua implementação e operacionalização, foram emitidos pareceres por parte das ditas funções de controlo na aceção do Aviso n.º 5/2008 – *Compliance*, Gestão do Risco e Auditoria Interna, considerados na avaliação desenvolvida e cujas conclusões derivaram na verificação de cumprimento dos seguintes princípios:

- a) Avaliação e revisão desta Política, numa base anual, para além da revisão *event-based* despoletada pela ocorrência de alterações idiossincráticas significativas ou alterações relevantes do seu

contexto e envolvente externa, e que possam colocar em causa a adequação dos princípios e práticas estabelecidos;

- b) (Re)submissão anual da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização à aprovação da Assembleia Geral, e aprovação em Conselho de Administração da Política de Remunerações dos Colaboradores, a par das respetivas propostas de determinação e atribuição de remunerações específicas para o ciclo/exercício;
- c) Diferenciação, quando aplicável, das remunerações atribuídas por membro dos órgãos de administração e fiscalização, desde que devidamente justificada e aprovada, e em consonância com o nível de persecução da estratégia, mas sem atribuição de qualquer componente variável, estando essa componente completamente vedada aos membros do Conselho Fiscal (nos termos da Lei e dos Estatutos da Instituição), não havendo, portanto, lugar a qualquer diferimento de remuneração nem pagamento por via de outros instrumentos nos termos do Artigo 115.º-E do RGICSF;
- d) Não recebimento de qualquer remuneração por parte dos membros não efetivos dos órgãos de administração e fiscalização;
- e) Não direito a qualquer compensação ou indemnização por parte dos membros do Conselho de Administração no caso de destituição sem justa causa, se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho das suas funções;
- f) Diferenciação, quando aplicável, das remunerações atribuídas a cada colaborador, de acordo com fundamentos e princípios de desempenho sustentável e ajustado ao risco, quer na definição dos objetivos estratégicos – e respetiva transposição por função e por senioridade/responsabilidade de cada colaborador –, quer na atribuição da componente variável estipulada com base no nível de cumprimento dos objetivos definidos, o que no caso das funções de controlo, dependerá apenas da avaliação do desempenho individual dos colaboradores que as exercem e nunca da avaliação do desempenho financeiro da área de negócio em que estes desenvolvem as suas funções de controlo (em convergência com a aprovação da Política de Remunerações dos Colaboradores, os resultados finais da avaliação de desempenho efetuada pela hierarquia direta dos colaboradores são validados pelo Conselho de Administração, e a atribuição de qualquer componente variável, a título de prémio de desempenho sob a forma pecuniária, não será superior a 10% da remuneração total);
- g) Recebimento por parte dos colaboradores abrangidos pelo n.º 2 do Artigo 1.º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal de uma remuneração fixa, materializada em 14 pagamentos por ano, de acordo com as condições dispostas no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) do setor

bancário (note-se que, a 22 de fevereiro de 2017, foi publicado o Acordo de Empresa da Instituição que substitui o anterior ACT, não tendo esse, naturalmente, sido considerado na avaliação do ciclo com término a 31 de dezembro de 2016).

O total de remunerações em 2016 ascendeu aos 914.692 Euro, com a seguinte distribuição:

- 288.869 Euro para os órgãos de administração e fiscalização (apenas componente fixa);
- 625.823 Euro para os restantes colaboradores abrangidos pela Política, sendo que, desse montante:
 - 613.324 Euro foram atribuídos a título de remuneração fixa, e
 - 12.499 Euro a título de remuneração variável.

Os valores aprovados para os membros do Conselho de Administração em funções durante o exercício de 2016, tiveram a seguinte desagregação:

- 108.571 Euro para António Gabriel Fraga Martins Maio, Presidente do Conselho de Administração;
- 54.286 Euro para Eduardo Barbosa do Couto, Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- 81.429 Euro para Maria Laurentina Nunes Mendes, Vogal do Conselho de Administração;
- acrescidos de 6.000 e 5.000 Euro, respetivamente para Carlos Manuel Brasil Silva Raulino e José Mancebo Soares, ambos membros cessantes, em funções até ao empossamento dos órgãos de administração e fiscalização do novo mandato.

Para os membros do Conselho Fiscal, e dada a reconfiguração do órgão, as remunerações vieram a ascender a montantes inferiores aos aprovado em Assembleia Geral (*i.e.* uma gratificação anual de 48.000 Euro, em termos agregados), já que a compensação previamente aprovada por membro, e por consenso, não foi alterada até à realização de Assembleia Geral apropriada, e o membro suplente que veio a tomar posse auferiu montante correspondente ao tempo em funções; portanto:

- 8.250 Euro para João Pedro Mendes de Menezes Cardoso, Presidente do Conselho Fiscal;
- 8.250 Euro para Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira, Vogal do Conselho Fiscal;
- 3.000 Euro para Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins, Vogal do Conselho de Fiscal;
- acrescidos de 500 Euro a cada um dos membros do órgão de fiscalização cessante, portanto, Nuno Alberto Lopes Melo Alves, José Humberto Farinha de Melo e Pedro Figueiredo Gouveia de Castro Parreira; e
- 12.583 Euro para José António de Azevedo Pereira, Presidente do Conselho Fiscal renunciante em julho de 2016, nas circunstâncias supramencionadas.

Mais, não existiram quaisquer alterações adicionais, nomeadamente no que concerne à inibição da atribuição de uma componente variável, o que se entende que, para o órgão de fiscalização, representaria um incentivo perverso.

Em proporção, as remunerações decompueram-se em cerca de 98,63% de componente fixa e 1,37% de componente variável, em termos médios, tendo essa componente uma distribuição de 1,90% e 2,41% entre diretores (e gerentes) e funções de controlo, respetivamente.

Em cumprimento da análise prevista no n.º 1 do artigo 14.º do Aviso n.º 10/2011 foram calculados os impactos da política de remunerações implementada em 2016 e disponibilizada para avaliação, tendo-se concluído que a Política de Remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização não prevê a atribuição de qualquer remuneração variável, sendo que, quer na gestão da liquidez, quer na gestão de capital e de riscos, não apresentam impactos nem incentivos à assunção excessiva de risco, pelo que se considera que a política de remunerações está alinhada com o perfil e a política de risco institucionais, bem como com a persecução da estratégia definida.

Mais se acrescenta que, num contexto de pressão para o robustecimento dos rácios de capital e dado os fins assistencialistas da SCMAH e os princípios de distribuição de resultados instituídos estatutariamente na CEMAH (e na própria SCMAH), é intenção manter os princípios estratégicos estabelecidos e ora em vigor, bem como o patamar de remunerações totais substancialmente inferior a contrapartes/congéneres (e no todo do sistema financeiro), a par de uma componente variável simbólica e imaterial; é certo que esse princípio se reveste de uma interpretação lata do n.º 1 do Artigo 115.º-F do RGICSF.

Devido à sua não aplicabilidade, não é feita, nesta Declaração, referência explícita aos restantes requisitos previstos nos Artigos 16.º e 17.º do Aviso n.º 10/2011.

Posto o supra explanado, conclui-se que a Política é compatível com os interesses a longo prazo da Instituição e da sua Instituição Titular.

Modelo de Negócio

Enquanto instituição de crédito, a CEMAH pretende consolidar o posicionamento estratégico que tomou: assumir-se como o banco dos Açores, com um modelo de negócio assente na banca de proximidade. Pretende que os seus clientes encontrem o atendimento personalizado habitual, que não é indiferente ao contexto e características de cada cliente, porém dotado de práticas e metodologias que permitam oferecer soluções que não negligenciam as necessidades emergentes de desmaterialização e mobilidade, de forma paulatina, mas sustentada.

A principal atividade da CEMAH é a concessão de crédito, representando a carteira de crédito cerca de 54% do total do ativo líquido em 2016, sendo que as necessidades de financiamento da CEMAH são asseguradas integralmente por depósitos de clientes (que, dada a diversificação em termos de número e tipo de depositantes, são considerados estáveis), pelo que o seu modelo de negócio permanece sem recurso a alavancagem.

Contudo, e no panorama recente de indexantes e taxas de referência, tornou-se para a CEMAH inevitável, dado o seu modelo de negócio simplista, o esmagamento da margem financeira, o que representou um obstáculo particularmente difícil de transpor no caso de uma instituição de crédito como a Caixa Económica, enquadrada num regime jurídico específico que, apesar de revisto, ainda carece de maturidade de implementação no sentido de permitir a atenuação das condicionantes colocadas às instituições cuja titularidade se encontra atribuída a instituições de carácter assistencialista ou mutualista. Nesse sentido, foram desenvolvidas e implementadas diversas iniciativas de construção da margem financeira, sendo que o aporte mais relevante surgiu da convergência gradual das taxas praticadas na remuneração de depósitos de clientes para as taxas de préçário, no sentido de mitigar o *gap* entre as taxas ativas e passivas.

No entanto, e dado que o rácio de transformação da Instituição permanece muito aquém do setor – *circa* 59% –, veio a Instituição consolidar uma linha de negócio alternativa incidente que teve origem na tentativa de aplicação mais eficiente da sua liquidez excedentária através da gestão de uma carteira própria de investimento, já com alguma expressão na construção da margem financeira e do balanço.

Com o propósito de suportar o perfil e apetência ao risco da Instituição, de acordo com a visão do seu órgão de administração, a política de risco da Instituição – revista em julho de 2016 –, desempenha um papel fundamental no suporte ao seu modelo de negócio, vindo de encontro aos requisitos cada vez mais exigentes do setor bancário, nomeadamente os decorrentes de Basileia e do pacote regulamentar comunitário (CRD IV e CRR), ajustando a estratégia da CEMAH às atuais

condições de mercado e às conclusões obtidas pela evolução do processo de gestão integrada do risco, numa ótica *end-to-end* (i.e. incluindo os processos de identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos considerados significativos, mesmo que de quantificação não intuitiva) e refletindo alterações inevitáveis do ponto de vista de política de negócio (v.g. comercial).

A gestão integrada do risco na CEMAH tem como propósitos óbvios: i) a implementação de uma efetiva cultura de gestão do risco, sensibilizando transversalmente toda a instituição à exposição aos diversos riscos, da sua necessidade de fundos próprios e da infraestrutura necessária à gestão do risco; e ii) a garantia de que o nível de fundos próprios da instituição é adequado ao seu perfil de risco e avaliação do impacto de alterações nos fatores de risco no nível de solvabilidade da instituição.

Core business

Ao longo do ano de 2016 a CEMAH continuou a desenvolver a sua atividade comercial, no sentido de consolidar a sua importância no setor bancário na Região Autónoma dos Açores, contribuindo para a bancarização na região, providenciando serviços bancários às famílias açorianas com rigor e transparência e apoiando o desenvolvimento e crescimento económico do tecido empresarial.

O *core business* da CEMAH é a banca de retalho destinada ao segmento de particulares e ao segmento de empresas e administrações públicas. Nesse âmbito, oferece soluções de crédito sob a forma de empréstimos à habitação, crédito ao consumo, produtos de gestão de tesouraria (descobertos, *factoring*, contas correntes), financiamentos de médio/longo prazo e conceção de produtos de crédito no apoio ao investimento, disponibilizando ainda soluções de poupança sob a forma de depósitos à ordem, a prazo e poupança.

Ao longo do ano de 2016, a carteira de clientes da CEMAH manteve-se praticamente inalterada, totalizando à data 40.397 clientes, dos quais 35.646 são pessoas singulares, 1.065 ENI e 3.686 empresas.

A atividade da CEMAH está alicerçada num contacto muito próximo com os seus clientes, que a nível presencial é feito por via da sua rede comercial, composta por 13 balcões distribuídos por seis ilhas da Região Autónoma dos Açores – conforme ilustrado, por ordem, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa, Terceira e São Miguel:



Ao longo de 2016 foi feita uma reflexão sobre a rede comercial da instituição, tendo sido dados passos importantes, tanto no melhoramento dos balcões, na possibilidade de alteração da localização de algumas unidades, bem como foi equacionada a expansão da abrangência geográfica da instituição, processo que deverá registar desenvolvimentos no decorrer do ano de 2017.

Para além da rede de balcões, a CEMAH deu também um acompanhamento contínuo à plataforma de *homebanking* – netCEM e netCEM Mobile –, alocando esforços de modo a acompanhar as novas ferramentas no mercado, esforço esse que se reflete num aumento de aproximadamente 20% do número de novos clientes que utilizam a plataforma.

Depósitos de Clientes

Relativamente à carteira de depósitos podemos observar na tabela abaixo a evolução dos diferentes tipos de produtos, concluindo-se que no total assistiu-se a um aumento da carteira na ordem dos 3,58%, materializado numa diminuição das aplicações (depósitos a prazo e poupanças) de 3,15% e um aumento dos depósitos à ordem no valor de 31,67%. É de referir que no que concerne às carteiras de depósitos foi mantido o esforço de ajustamento das taxas oferecidas às taxas praticadas no mercado, tendo reflexo em termos financeiros numa diminuição dos juros encargos similares na ordem dos 41%, isto apesar do aumento da carteira de depósitos, aumento este que reflete a confiança dos clientes na CEMAH.

Tipo	2016	2015	Var %
Depósitos à Ordem	86.250	65.503	31,67%
Depósitos a Prazo	205.818	184.420	11,60%
Depósitos Poupança	59.079	89.092	-33,69%
Subtotal	264.897	273.512	-3,15%
Total	351.147	339.015	3,58%

Unidade: milhares de Euro

Crédito Comercial Efetivo

No que concerne à carteira de crédito o valor registado a 31 de dezembro de 2016 compara negativamente com o registado em 31 de dezembro de 2015, diminuição de 3,83%. Importa referir que na análise à evolução do valor da carteira de crédito é necessário ter em conta que a sua evolução está também dependente da amortização de capital das operações, pelo que para que haja um aumento da carteira é necessário que a conceção de crédito seja superior ao valor previsto no plano de amortizações, que para o normal funcionamento da instituição espera-se que decorra na sua normalidade.

	2016	2015	Var
Crédito Comercial Efetivo ¹⁰	199.415	207.349	-3,83%

Unidade: milhares de Euro

¹⁰ Na definição do conceito de Crédito Comercial Efetivo são consideradas as rubricas de crédito não representado por valores mobiliário vincendo e vencido

Meios de Pagamento

Ao longo do ano de 2016 a CEMAH continuou com a política de otimização da sua rede de ATM (do inglês, *Automated Teller Machines*), analisando a rentabilidade de cada unidade de modo a ter a perceção se as localizações das mesmas são as mais adequadas, levando a que em certos casos tenha existido a deslocalização das unidades. Adicionalmente o parque de ATM foi reforçado em 6 unidades, totalizando 49 unidades no final de 2016.

Já no que diz respeito aos Terminais de Pagamento Automático (TPA), a evolução foi muito positiva, uma vez que a Instituição terminou o ano de 2016 com 265 unidades instaladas que compara com os 215 registados no final do ano de 2015, o que resulta numa variação de aproximadamente 23%.

Política de gestão dos riscos crédito e risco de concentração

Dada a natureza da atividade da Instituição – banca de retalho –, o risco de crédito é considerado o risco mais significativo. O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, por incumprimento das obrigações contratuais das respetivas contrapartes perante a CEMAH (financiamentos a terceiros sob a forma de crédito, empréstimos, títulos detidos, etc.) ou incumprimento da contraparte perante terceiros (responsabilidades fora de balanço: garantias prestadas, etc.).

O risco de concentração, por sua vez, é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente de exposições a um número limitado de contrapartes, número elevado de mutuários pertencentes à mesma área geográfica, número elevado de mutuários relativamente aos quais a instituição é o maior credor, exposições significativas a grupos de mutuários ligados entre si, exposição a um número limitado de produtos, setores de atividade ou países, concentração da exposição em determinadas maturidades, concentração da exposição em determinados tipos de técnicas de redução de risco, entre outros. O risco de concentração da CEMAH advém essencialmente das exposições da carteira de crédito e das aplicações em instituições de crédito, quer em termos de exposição setorial quer em termos de exposição individual a algumas entidades.

No que respeita à concentração em termos de exposição a um número limitado de mutuários, note-se que 3% dos clientes da CEMAH têm uma exposição que representa cerca de 70% do total de crédito concedido. No que concerne à concentração setorial, não existem correlações significativas que possam ter um impacto material na situação financeira da Instituição.

O risco de concentração decorrente de exposições a clientes pertencentes à mesma área geográfica considera-se de mensuração não intuitiva e sem bondade de análise, uma vez que toda a atividade da CEMAH é desenvolvida na Região Autónoma dos Açores, não havendo diferenças significativas a assinalar no que respeita às diversas ilhas onde a Instituição se encontra implementada.

Ao nível das exposições a instituições de crédito, que ascendem a cerca de 22.000 milhares de Euro, esta representa cerca de 6% do total do ativo líquido da CEMAH.

Para efeitos de condução do negócio, foram definidos pelo Conselho de Administração níveis de tolerância ao risco de crédito e risco de concentração, sendo esses considerados pelas áreas técnicas – Gabinete de Gestão do Risco e Gestão do Crédito – a cada operação e monitorizados continuamente.

Política de gestão do risco de taxa de juro na carteira bancária

O risco taxa de juro é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

A CEMAH está exposta a risco taxa de juro essencialmente nas operações de natureza comercial (por via da ausência de correlação perfeita entre taxas ativas e passivas e respetivos prazos de refixação).

Atualmente são efetuadas análises periódicas à margem financeira e taxas ativas e passivas em curso e calculado o *gap* de vencimentos e *repricing* para efeitos regulamentares.

A CEMAH tem implementada uma ferramenta de gestão de ativos e passivos – *Asset Liability Management* (ALM) – que permite o acompanhamento mensal da liquidez, cálculo do *mismatch* de liquidez por prazos, as *duration gaps* de ativos e passivos, e o acompanhamento mensal da exposição ao risco da taxa de juro.

Linha de negócio complementar

Considerando o limite de graus de liberdade de que as instituições dispõem na gestão do *mismatch* de taxas ativas e passivas no exercício de construção da margem financeira, é ainda de salientar que a CEMAH tem como fonte de rendimento financeiro alternativo a manutenção de uma carteira própria de investimento – composta, em traços gerais, por carteiras em gestão discricionária por contrapartes financeiras de elevada reputação e qualificação e carteiras em gestão própria de dívida pública e papel comercial, bem como por diversas aplicações e disponibilidades em instituições financeiras e bancos centrais –, e que se pretende que se mantenha nos mesmos volumes para 2017, dado o seu contributo para o Produto Bancário e comportamento global favorável do ponto de vista de risco e rentabilidade, assegurados pela elevada liquidez das mesmas e pelo comportamento favorável dos indicadores fundamentais, sendo que se assume que as carteiras terão a sua reconfiguração ao longo do tempo sempre assente na manutenção desses pressupostos.

Essa carteira representa atualmente 22,8% do seu Ativo, sendo que mesma composta por títulos e valores mobiliários, facilmente desmobilizáveis, se necessário, e que se encontram classificados como ativos disponíveis para venda – *Available for Sale* –, reconhecidos em balanço ao seu justo valor com as respetivas variações reconhecidas diretamente em capitais próprios.

No entanto, no sentido de otimização em balanço, pretende a Instituição, dado o fim para o qual foi constituída a carteira, essa seja gerida de forma cada vez mais eficiente, sobretudo do ponto de vista contabilístico e prudencial (e.g. classificação de alguns títulos ou valores mobiliários como ativos detidos até à maturidade – *Held to Maturity* – com base na sua estrutura de *cash-flows* e sensibilidade aos indexantes, sofisticação das metodologias de avaliação de ativos mais complexos numa ótica de eficiência de consumo de requisitos de fundos próprios, etc.).

Política de gestão do risco de mercado

O risco mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O risco mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, em moedas, em mercadorias e em derivados.

Política de gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrente da incapacidade de a entidade cumprir com as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem ou não conseguir assegurá-las em condições razoáveis.

A CEMAH está exposta a risco de liquidez decorrente da utilização das contas correntes, execução de garantias, levantamento de depósitos, entre outros.

No âmbito da Instrução n.º 13/2009, do Banco de Portugal, a CEMAH apura o *gap* de liquidez por prazos residuais de vencimento de operações até 1 ano, tendo registo *gaps* de liquidez sempre positivos nas diversas datas de vencimento.

Atualmente são efetuadas análises periódicas à margem financeira e taxas ativas e passivas em curso e calculado o *gap* de vencimentos e *repricing* para efeitos regulamentares.

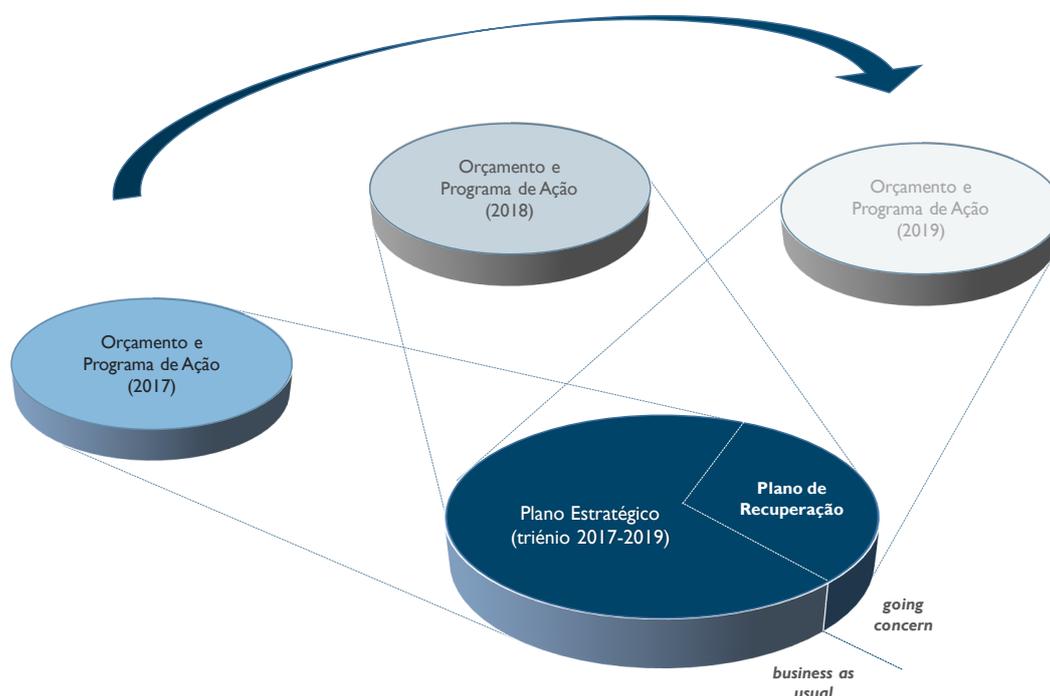
Conforme mencionado anteriormente, a CEMAH tem implementada uma ferramenta de gestão de ativos e passivos – *Asset Liability Management (ALM)* – que permite o acompanhamento mensal da liquidez, cálculo do *mismatch* de liquidez por prazos e as *duration gaps* de ativos e passivos.

Análise financeira

Nota prévia

A CEMAH continua ainda a dar passos firmes na afirmação do planeamento e controlo de gestão, dada a sua relevância como componente de apoio para decisões no âmbito da sua gestão global, tendo sido a área de Planeamento e Controlo, por isso, incorporada no Departamento Financeiro.

Relativamente ao processo de planeamento estratégico, e no decurso de 2016, houve lugar a uma revisão profunda e ajustamento estruturante dos princípios, pressupostos e linhas estratégicas dos instrumentos de gestão relevantes, no seguimento da reconfiguração dos órgãos sociais (note-se que o Programa de Ação de 2016 e o orçamento que o sustentava, aprovados em Assembleia Geral a 21 de março de 2016, haviam sido desenvolvidos e validados pelos órgãos cessantes, uma vez que os órgãos empossados deram início a funções a 10 de fevereiro p.p.), tendo-se verificado a revisão integral do Plano Estratégico para o triénio 2017-2019, do Programa de Ação para 2017 – que na prática traduz-se como um *subset* deste para o ano orçamentado – e do respetivo Orçamento, documentos que suportam a definição das linhas de orientação estratégica e a transposição das mesmas para diretrizes de operacionalização.



Aliada à tarefa de orçamentação manteve-se a prática de acompanhamento trimestral da execução orçamental, de modo a potenciar a interpretação das conclusões desse exercício na

retroalimentação do processo de planeamento estratégico, tanto pela via de ajuste de princípios e diretrizes estratégicas como pela eventual aplicação de medidas corretivas na persecução desses.

Por seu turno, o Plano de Recuperação deixa de ser um documento autónomo, passando a incorporar o Plano Estratégico e evidenciando a relação entre a gestão corrente – em *business as usual* – e a gestão da crise – numa ótica de *going concern* e de fronteira com a *disrupção/gone concern*. Essas peças retroalimentam-se entre si (e com outras peças como o ICAAP e o Plano de Financiamento e Capital/FCP), a cada ciclo/exercício, e vêm consolidar a perspetiva de que a avaliação e o planeamento do capital interno, baseados no perfil de solvência e nos riscos da atividade, são cruciais na gestão do negócio.

Mais, a consideração desse perfil na definição e implementação da estratégia e das iniciativas de negócio permite robustecer a capacidade de reação na aplicação tempestiva de iniciativas e/ou medidas corretivas.

Análise às Demonstrações Financeiras

Com a publicação do Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal, foram revogados os Avisos n.º 3/1995 e n.º 1/2005 que regulamentavam a constituição de provisões por parte das instituições de crédito e sociedades financeiras, com as seguintes finalidades: i) risco específico de crédito, ii) riscos gerais de crédito, iii) encargos com pensões de reforma e sobrevivência, iv) menos-valias de títulos e immobilizações financeiras, v) menos-valias de outras aplicações, e vi) risco-país. A entrada em vigor do referido Aviso, que veio produzir efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016, impôs às instituições de crédito a necessidade de elaborarem as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) substituindo as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

Com a alteração resultante da revogação das supramencionadas NCA e a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NIC a partir dessa data – 1 de janeiro de 2016 –, em conformidade com o previsto no IFRS 1, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para efeitos comparativos, foram igualmente elaboradas em conformidade com as NIC. Esta alteração teve impacto nomeadamente ao nível da reclassificação das provisões para riscos gerais de crédito que em NCA se encontravam contabilizadas no passivo na rubrica de Provisões para a rubrica de Imparidade no Ativo. O impacto da apresentação das demonstrações financeiras da CEMAH do exercício de 2015 em conformidade com as NIC encontra-se descrito na nota 2.2 do Anexo.

Balanço

(em milhares de Euro)

	2016-12-31		2015-12-31 NIC		2015-12-31 NCA	
Ativo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	36 967	9,66%	46 774	12,62%	46 774	12,57%
Disponibilidades em out. inst. de crédito	10 654	2,78%	11 841	3,19%	11 841	3,18%
Ativos financeiros disponíveis para venda	87 357	22,83%	61 013	16,46%	61 013	16,40%
Aplicações em outras instituições de crédito	21 872	5,72%	23 950	6,46%	23 950	6,44%
Crédito a clientes	204 594	53,48%	206 065	55,58%	207 346	55,73%
Investimentos detidos até à maturidade	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Ativos não correntes detidos para venda	10 348	2,70%	10 046	2,71%	10 046	2,70%
Outros ativos tangíveis	6 844	1,79%	7 088	1,91%	7 088	1,91%
Ativos intangíveis	1 032	0,27%	827	0,22%	827	0,22%
Ativos por impostos correntes	-	0,00%	340	0,09%	340	0,09%
Ativos por impostos diferidos	1 200	0,31%	969	0,26%	999	0,27%
Outros ativos	1 712	0,45%	1 842	0,50%	1 842	0,49%
Total do Ativo	382 580	100,00%	370 754	100,00%	372 065	100,00%
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Recursos de outras instituições de crédito	28	0,01%	24	0,01%	24	0,01%
Recursos de clientes e outros empréstimos	353 886	98,37%	343 094	98,73%	343 094	98,13%
Provisões	110	0,03%	71	0,02%	2 208	0,63%
Passivos por impostos correntes	679	0,19%	-	0,00%	-	0,00%
Outros passivos subordinados	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Outros passivos	5 031	1,40%	4 311	1,24%	4 311	1,23%
Total do Passivo	359 734	100,00%	347 500	100,00%	349 637	100,00%
Capital						
Capital	18 148	79,44%	18 122	77,93%	18 122	80,81%
Reservas	137	0,60%	448	1,93%	448	2,00%
Outras reservas e resultados transitados	2 693	11,79%	3 308	14,22%	3 308	14,75%
Resultado do exercício	1 868	8,18%	1 376	5,92%	549	2,45%
Total do Capital	22 846	100,00%	23 254	100,00%	22 427	100,00%
Total do Passivo e do Capital	382 580	100,00%	370 754	100,00%	372 065	100,00%

A estrutura do Balanço não sofreu alterações significativas durante o exercício de 2016, mantendo-se relativamente semelhante o peso relativo das grandes rubricas que o constituem. Ainda assim, destaca-se o aumento do peso relativo dos ativos financeiros disponíveis para venda por contrapartida do das outras componentes a que normalmente se encontra alocado o excedente de liquidez que caracteriza a CEMAH.

A 31 de dezembro de 2016, o ativo líquido situava-se nos 382.580 milhares de Euro, representando um crescimento de 3,19% em relação ao período idêntico do ano anterior.

O crédito a clientes líquido, no montante 204.594 milhares de Euro, compreende todo o crédito efetivo, vincendo e vencido, concedido pela Instituição e respetivos proveitos a receber deduzido das imparidades, assim como as aplicações em papel comercial e respetivos juros a receber. Este representa 53,48% do ativo líquido e regista uma diminuição de 0,71% face ao ano anterior.

A rubrica de Caixa e disponibilidades em bancos centrais apresentava a 31 de dezembro de 2016 um saldo de 36.967 milhares de Euro. Este montante representa uma redução de 20,97% face ao final do exercício de 2015.

As aplicações em instituições de crédito, que ascendiam a 21.872 milhares de Euro e representavam 5,72% do ativo líquido, correspondiam a aplicações no mercado monetário e depósitos a prazo noutras instituições financeiras de sólida reputação. No seu conjunto, estas aplicações proporcionaram um rendimento anual de 169 milhares de Euro (460 milhares de Euro em 2015). Em relação ao ano de 2015, esta rubrica sofreu um decréscimo de 8,68%. As aplicações em instituições de crédito encontram-se sujeitas a um limite de exposição a uma só entidade imposto pelo Banco de Portugal, que no caso da CEMAH corresponde a 25% do valor dos Fundos Próprios.

A redução verificada nos agregados anteriores surge na sequência dos investimentos efetuados em papel comercial e, sobretudo, em ativos financeiros disponíveis para venda, realizados com o objetivo de rentabilizar o excedente de liquidez da CEMAH, que junto do Banco de Portugal se encontraria sujeito a uma taxa de remuneração negativa (-0.4% a 31 de dezembro de 2016).

Neste contexto, a rubrica dos ativos financeiros disponíveis para venda, que a 31 de dezembro de 2016 registava um saldo de 87.357 milhares de Euro, apresenta um aumento de 43,18% face ao valor de 31 de dezembro de 2015.

Os ativos tangíveis e intangíveis, no valor líquido de 7.877 milhares de Euro, incluem todo o património de imóveis de serviço próprio, equipamento e aplicações informáticas necessários ao funcionamento da Instituição.

O Passivo regista um valor de 359.734 milhares de Euro, assumindo a carteira de depósitos da Instituição – Recursos de Clientes e respetivos custos a pagar – o montante de 353.886 milhares de Euro. Esta rubrica onde se incluem os depósitos captados apresentou um crescimento de 3,15% face ao ano anterior.

Na rubrica Outros Passivos estão contabilizadas as responsabilidades, líquidas dos ativos, com o Fundo de Pensões, a mensuração de outros encargos a pagar e outras operações a regularizar.

Na sequência da avaliação atuarial a 31 de dezembro de 2016, o valor das responsabilidades por serviços passados associados ao Fundo de Pensões CEMAH registado era de 20.873 milhares de Euro, tendo o Fundo encerrado o exercício de 2016 com um saldo de 18.542 milhares de Euro, e uma taxa de rentabilidade de 1,87%. Com exceção da taxa de desconto que passou de 2,50% para 2,00%, os pressupostos e metodologias utilizados no cálculo atuarial foram idênticos aos utilizados em 2015.

Por forma a garantir o financiamento mínimo exigido pelo Banco de Portugal (19.829 milhares de Euro), em fevereiro de 2017 a CEMAH efetuou uma contribuição para o Fundo no valor de 500.283 euros. O remanescente necessário para financiar os 95% das responsabilidades com ativos e 100% das responsabilidades com reformados será efetuado mediante a entrega ao Fundo de Pensões de dois imóveis. Prevê-se que esta operação seja realizada ainda no 1.º trimestre de 2017.

A 31 de dezembro de 2016 a situação líquida da CEMAH ascendia a 22.846 milhares de Euro. Desta consta o valor de 18.148 milhares de Euro, registado em capital, e o montante de 1.868 milhares de Euro do resultado líquido do exercício de 2016.

Demonstração de Resultados

(em milhares de Euro)

	2016-12-31	2015-12-31 NIC	2015-12-31 NCA
Juros e rendimentos similares	10 238	11 576	11 576
Juros e encargos similares	(3 699)	(6 291)	(6 291)
Margem financeira	6 539	5 285	5 285
Rendimentos de instrumentos de capital	159	70	70
Rendimentos de serviços e comissões	1 902	1 898	1 898
Encargos com serviços e comissões	(873)	(642)	(642)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	926	1 579	1 579
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	251	158	158
Resultados de alienação de outros ativos	-	-	-
Outros resultados de exploração	64	(92)	(92)
Produto bancário	8 966	8 255	8 255
Custos com pessoal	(4 029)	(3 584)	(3 584)
Gastos gerais administrativos	(2 207)	(2 248)	(2 248)
Amortizações do exercício	(454)	(498)	(498)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(117)	(71)	(92)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	1 068	887	52
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	(18)	(18)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	(866)	(1 118)	(1 118)
Resultado antes de impostos	2 379	1 605	749
Impostos correntes	(375)	36	36
Impostos diferidos	(136)	(266)	(236)
Resultado após impostos	1 868	1 376	549

Margem Financeira

A margem financeira apresentou um crescimento de 23,73% face a 2015, passando de 5.285 milhares de Euro em 2015 para 6.539 milhares de Euro em 2016, o que se ficou a dever ao facto do efeito da redução da rubrica de juros e encargos similares ser superior à redução verificada na rubrica de juros e proveitos similares. Esta primeira sofreu um decréscimo de 41,2% face ao ano anterior

como resultado do esforço desenvolvido pela CEMAH no sentido da aproximação do seu preçário às taxas do mercado.

Produto Bancário

Também o produto bancário registou um crescimento em 2016 (8,61%), passando de 8.255 para 8.966 milhares de Euro. Para este crescimento contribuiu o efeito positivo da margem financeira (mais 1.254 milhares de Euro do que em 2015) e o impacto negativo da redução registada nos resultados da alienação de títulos (menos 653 milhares de Euro do que em 2015).

Custos Operacionais

A rubrica de custos com o pessoal registou um aumento de 12,4% face ao ano anterior, sendo que os gastos gerais administrativos sofreram um decréscimo de 1,86% face ao ano de 2015.

Provisões Líquidas de Reposições e Anulações

Desta rúbrica consta uma provisão para o pagamento do Imposto especial sobre a banca. Esta representou em 2016, um contributo negativo para o resultado no valor de 117 milhares de Euro.

Correção de Valor de Crédito a Clientes

O reforço e a reversão de imparidades foram efetuados de acordo com o estabelecido na Carta-Circular nº. 2/2014/DSP do Banco de Portugal, e foram afetados pela revisão efetuada ao modelo da CEMAH com referência a 30 de junho de 2016, do que resultou um excedente de imparidade no montante de 1.068 milhares de Euro. No exercício em análise este indicador apresentou um contributo positivo para o resultado líquido no valor de 52.092 Euro, o que se reflete numa variação de 1.016 milhares de Euro entre 2015 e 2016.

Imparidade de Outros Ativos Financeiros

Em 2016, esta rubrica apresenta um valor de 17.780 Euro, referente à reversão de uma provisão para risco-país constituída em 2015 e transferida para imparidade a 1 de janeiro de 2016.

Imparidade de Outros Ativos

Esta rubrica compreende basicamente o saldo entre imparidades registadas e revertidas nos ativos não correntes detidos para venda. O seu saldo a 31 de dezembro de 2016 era de 866 milhares de Euro, face aos 1.118 milhares de Euro registados em 2015. Estes valores são resultado do somatório das avaliações periódicas efetuadas aos referidos ativos.

Impostos

Os lucros fiscais apurados pela CEMAH são, em 2016, tributados em sede de IRC à taxa nominal de 21% e correspondente derrama. Para aquele exercício o valor do imposto corrente estimado ascendia aos 375 milhares de Euro a pagar.

Os impostos diferidos são registados quando existe uma diferença tributária entre o valor de um ativo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos ativos e passivos a 31 de dezembro de 2016 foram apurados tendo por base uma taxa de 21%, taxa atualmente prevista para o IRC em 2016 e anos seguintes. No exercício de 2016 estes ascenderam, em termos líquidos, a 136 milhares de Euro a deduzir ao resultado antes de impostos.

Resultado Líquido do Exercício

O Resultado Líquido do Exercício ascendeu a 1.868 milhares de Euro.

Considerações finais

No contexto atual de extrema volatilidade e de comportamento dos mercados sem precedente de comparação, e em que é exigido o máximo conservadorismo, as prioridades estratégicas desta Instituição têm necessariamente que passar pela consolidação de fundos próprios e robustecimento de rácios prudenciais, cujos requisitos estão estabelecidos em crescendo até 2019, de acordo com o pacote regulamentar comunitário em vigor (Diretiva 2013/36/UE e Regulamento UE n.º 575/2013).

Aliás, e nesse seguimento, nunca perdendo de vista o objetivo latente de recapitalização do sistema bancário que esteve na génese da criação da União Bancária e do Mecanismo Único de Supervisão, que se encontram as instituições de crédito constrangidas a incorporar todos os excedentes para fins de capitalização, em particular, visando a constituição de “almofadas de capital” cada vez mais significativas a utilizar na absorção de perdas (potenciais), sendo-lhes requerido o cumprimento, cumulativo, de condições não apenas atuais como prospetivas.

Considera-se, ainda, imprescindível reiterar, em tom de apelo, e dado o impacto não negligenciável:

- i) à aplicação de princípios de proporcionalidade e a uma maior convergência de fundamentos, em particular, no que concerne ao patamar quantitativo da decisão SREP, considerando explicitamente as idiosincrasias da Instituição;
- ii) à determinação de requisitos de forma mais gradual (em expressão de valor e de tempo), permitindo a implementação dos princípios e diretrizes estratégicos, em *business as usual*, e permitindo colocar em prática o modelo de negócio preconizado por via da consolidação das suas fontes de rendimento e construção de margem financeira.

Por último, e como culminar, importa lembrar que a CEMAH é uma instituição de crédito do tipo caixa económica, autorizada pelo Banco de Portugal, cuja missão permanece na criação de valor para cofinanciamento da obra assistencialista e promoção dos nobres fins de solidariedade social da sua Instituição Titular e acionista única, a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, sempre na medida que for apropriado e aceite do ponto de vista prudencial, e convergente com a sustentabilidade e resiliência da Instituição. É também no âmbito da economia social que a CEMAH reforça a missão de solidariedade, ao garantir o acesso ao sistema financeiro de clientes ditos “não rentáveis” pelos critérios utilizados pela generalidade da banca e contribuindo para a dignificação do próprio sistema financeiro regional.

É certo, contudo, que a Instituição não passou por mais de um século isenta de desafios e dificuldades, quer pelas idiossincrasias, quer por causa de fatores sistémicos, quer mesmo pela conjugação de fatores de uma e de outra índole.

A visão do órgão de administração da Instituição vem materializar-se, então, de forma cada vez mais tangível, num modelo de negócio que privilegia a “banca de proximidade”, pretendendo demonstrar que a sua missão tem em si de ser entendida não como um fator limitador, mas sim como um elemento diferenciador da sua estratégia, quer numa perspetiva de relevância da oferta desse serviço no sistema financeiro, quer pela certeza e conservadorismo na tomada de decisão que advém do conhecimento de cada cliente – particular ou empresa – e de cada contexto, pautando a sua atuação por valores como a solidez, a confiança, o rigor e a solidariedade.

Em suma: a CEMAH continuará a encetar todos os esforços ao seu alcance para que, perante tais desafios, o seu modelo de negócio e a sua estratégia alicerçados nessa missão, visão e valores, não sejam colocados em causa, tanto do ponto de vista de relevância como de capacidade, para que não seja lesada a sua verdadeira essência e identidade nem se incorra no risco sistémico de se deixar por preencher um espaço assumido por esta Instituição centenária na prestação de um serviço relevante para a bancarização e para a dinamização do espaço económico da Região Autónoma dos Açores.

Proposta de aplicação de Resultados

Em 2016, através de uma condução do negócio sã e prudente, pautada por princípios e diretrizes de elevado conservadorismo e de crescente sofisticação, foi possível alcançar um resultado líquido que permitiria proceder à distribuição de dividendos ascendentes a 467.120,14 Euro, e em consonância com a missão desta instituição, que visa a criação de valor para o cofinanciamento da obra assistencialista da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH), a sua Instituição Titular.

No entanto, e à semelhança do decorrido no período anterior, por imperativos legais completamente alheios à vontade da Gestão, a CEMAH vê restringida a possibilidade de distribuição de dividendos, uma vez que veio o Banco de Portugal, face à recomendação do Banco Central Europeu (BCE/2016/44) e atendendo à sua responsabilidade de supervisor no que respeita à garantia de estabilidade no sector financeiro, reiterar por via da Carta-Circular n.º 667-G/2017, de 27 de janeiro, os princípios e condicionalismos da recomendação BCE/2015/49 e da respetiva Carta-Circular n.º 1100-G/2016, de 5 de fevereiro.

Por memória, para que uma proposta de distribuição de dividendos seja aprovada pelo Supervisor, terão as instituições que demonstrar que, após a distribuição:

- Continuam a satisfazer, a todo o momento, os requisitos mínimos de fundos próprios (Pilar I), a que correspondem os rácios de capital definidos no Regulamento (EU) n.º 575/2013 (rácio de fundos próprios principais de nível I de 4,5%, rácio de fundos próprios principais de 6% e rácio de fundos próprios totais de 8%);
- Continuam a satisfazer, a todo o momento, os requisitos de fundos próprios específicos acima do nível mínimo (cobertura de riscos de Pilar II), quantificados anualmente no âmbito do ICAAP – Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno;
- Continuam a satisfazer os requisitos de reserva de conservação de fundos próprios aplicáveis em cada período de referência;
- Mantêm uma cobertura adequada por fundos próprios dos requisitos de capital apurados anualmente no âmbito do ICAAP (*buffer* de capital);
- Cumprem, na versão de implementação total do Regulamento (EU) n.º 575/2013, com os requisitos de fundos próprios principais de nível I, de fundos próprios de nível I e de fundos próprios totais.

Mais, salienta-se que todas as propostas de distribuição de dividendos terão de ser submetidas a aprovação prévia do Banco de Portugal.

Atendendo a que, com referência a 31 de dezembro de 2016, a CEMAH não possui um *buffer* de capital adicional nos níveis mínimos requeridos que lhe permita alcançar o *target* para janeiro de 2019, assegurando a cobertura dos requisitos em sede de Pilar II e do SREP e por forma a dar cumprimento às orientações emitidas pelo Banco de Portugal, é necessário proceder à incorporação eficiente da totalidade do resultado líquido para reforço do capital interno.

Posto isto, e em conformidade com Artigo 30.º dos Estatutos da CEMAH, propõe-se a seguinte afetação dos resultados de 2016, no montante de 1.868.480,58 Euro:

- 25% para Reserva Geral, no montante de 467.120,15 Euro;
- 25% para Reserva Especial, no montante de 467.120,15 Euro;
- 25% para Capital Institucional, no montante de 467.120,14 Euro;
- 25% para Resultados Transitados, no montante de 467.120,14 Euro.

Adicionalmente, e no âmbito do Artigo 8.º dos referidos Estatutos, propõe-se a transferência de 2.930.137,32 Euro da Reserva Especial para Resultados Transitados.

Angra do Heroísmo, 23 de março de 2017

O Conselho de Administração,



António Maio



Eduardo Couto



Maria Laurentina Mendes

Demonstrações Financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
Balço em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Notas	2016-12-31		Unidade: Euro 2015-12-31	
		Antes Prov. Imp. Amort.	Prov. Imp. Amort.	Valor Líquido	Valor Líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6.1	36.966.653		36.966.653	46.773.632
Disponibilidades em out. inst. de crédito	6.2	10.654.105		10.654.105	11.841.235
Activos financeiros disponíveis para venda	6.4	87.357.347		87.357.347	61.012.902
Aplicações em outras instituições de crédito	6.3	21.871.559		21.871.559	23.949.625
Crédito a clientes	6.5	210.475.210	(5.881.567)	204.593.643	206.065.362
Investimentos detidos até à maturidade	6.6	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	6.7	13.570.493	(3.222.053)	10.348.440	10.045.650
Outros activos tangíveis	6.8	13.487.682	(6.643.238)	6.844.444	7.088.304
Activos intangíveis	6.9	3.383.687	(2.351.485)	1.032.201	826.574
Activos por impostos correntes	6.10	-	-	0	340.102
Activos por impostos diferidos	6.10	1.200.090	-	1.200.090	969.382
Outros activos	6.11	1.711.702	-	1.711.702	1.841.674
Total do Activo		400.678.527	(18.098.343)	382.580.184	370.754.442
Passivo e Capital					
Passivo:					
Recursos de bancos centrais	6.13			-	-
Recursos de outras instituições de crédito	6.14			27.934	24.332
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.15			353.886.498	343.093.702
Provisões	6.12			109.702	71.296
Passivos por impostos correntes	6.10			678.736	0
Outros passivos subordinados	6.10			-	-
Outros passivos	6.16			5.031.123	4.311.011
Total do Passivo				359.733.994	347.500.341
Capital:					
Capital	6.19			18.148.062	18.122.461
Reservas	6.19			136.649	448.176
Outras reservas e resultados transitados	6.19			2.692.999	3.307.831
Resultado do exercício				1.868.481	1.375.633
Total do Capital				22.846.190	23.254.101
Total do Passivo e do Capital				382.580.184	370.754.442

O Contabilista Certificado

António Soares

O Conselho de Administração

António Moys
Paula Luísa Maria Nunes Mendes

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
Demonstração de Resultados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Unidade: Euro

	Notas	2016-12-31	2015-12-31
Juros e rendimentos similares	6.21	10.237.904	11.575.999
Juros e encargos similares	6.21	(3.699.303)	(6.291.283)
Margem financeira		6.538.601	5.284.716
Rendimentos de instrumentos de capital	6.22	159.270	70.237
Rendimentos de serviços e comissões	6.23	1.901.736	1.897.706
Encargos com serviços e comissões	6.23	(873.242)	(642.235)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	6.24	925.513	1.578.501
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6.24	250.584	158.217
Resultados de alienação de outros activos	6.24	-	-
Outros resultados de exploração	6.25	63.819	(92.034)
Produto bancário		8.966.282	8.255.108
Custos com pessoal	6.26	(4.029.423)	(3.583.820)
Gastos gerais administrativos	6.27	(2.206.687)	(2.248.420)
Amortizações do exercício	6.7 e 6.8	(454.097)	(497.567)
Provisões líquidas de reposições e anulações	6.12	(117.085)	(71.297)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	6.12	1.068.079	887.155
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	6.7 e 6.8	17.780	(17.780)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	6.7 e 6.8	(865.817)	(1.118.084)
Resultado antes de impostos		2.379.032	1.605.295
Impostos correntes	6.28	(374.514)	35.885
Impostos diferidos	6.28	(136.038)	(265.547)
Resultado após impostos		1.868.481	1.375.633
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-

O Contabilista Certificado

Ana Paup

O Conselho de Administração

António Mota
António
Genia Luventina Nunes Mendes

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
 Demonstração dos fluxos de caixa dos períodos findos
 em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Unidade: Euro

	Notas	2016-12-31	2015-12-31
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Juros recebidos		8.694.661	10.495.740
Juros pagos		(4.706.690)	(6.832.287)
Comissões recebidas		2.009.438	2.006.910
Comissões pagas		(873.242)	(642.235)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores		(6.618.411)	(6.185.937)
Impostos pagos		(569.266)	(576.820)
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais (líquido)			
Créditos e adiantamentos a instituições de crédito		2.261.878	(6.783.903)
Créditos e adiantamentos a clientes		1.519.433	(17.512.424)
Outros activos		121.675	4.482.302
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais (líquido)			
Débitos para com bancos centrais - à vista		-	-
Débitos para com instituições de crédito - à vista		3.602	(65.430)
Débitos para com clientes - à vista		20.415.180	6.057.158
Débitos para com clientes - a prazo		(8.614.995)	24.452.096
Outros passivos		(1.073.053)	4.561.722
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		12.570.209	13.456.891
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Dividendos recebidos		144.367	70.237
Juros recebidos de activos financeiros		1.682.065	1.211.485
Venda de activos financeiros		60.007.404	31.786.630
Compra de activos financeiros		(86.211.547)	(56.157.313)
Vencimento de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Compra de outros activos tangíveis		(93.779)	(108.503)
Venda de outros activos tangíveis		-	-
Compra de activos intangíveis		(322.085)	(107.179)
Venda de activos intangíveis		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(24.793.575)	(23.304.643)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de dívida subordinada		-	-
Reembolso de dívida subordinada		-	-
Juros de dívida subordinados		-	-
Dividendos pagos		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		-	-
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		(12.223.366)	(9.847.752)
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.17	81.039.492	90.729.027
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		250.584	158.217
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.17	69.066.710	81.039.492

O Contabilista Certificado

João Beirão

O Conselho de Administração

António Moço
Paula Luísa Maria Mendes

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
Demonstração de alterações no capital próprio
dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Notas	Capital	Reservas	Outras reservas e Resultados transitados	Resultado do exercício	Unidade: Euro
					Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	18.122.461	1.415.747	3.901.775	(341.819)	23.098.164
Constituição de reservas:					
Reserva legal	6.19				-
Reserva estatutária	6.19				-
Aumento de capital por incorporação de resultados	6.19				-
Distribuição de resultados	6.19		(341.819)	341.819	-
Aplicação de resultados					-
Retenção de Dividendos					-
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões (Transição NCA's)	6.19	(967.371)	(194.400)		(194.400)
Variação líquida em activos financeiros disponíveis para venda	6.19				(967.571)
Remunerações em benefícios pós emprego dos empregados	6.18		(57.725)		(57.725)
Resultado do exercício				548.928	548.928
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	18.122.461	448.176	3.507.631	548.928	22.427.396
Adoção da NIC				826.704	826.704
Saldos em 31 de Dezembro de 2015 - Adoção da IPRES	18.122.461	448.176	3.507.631	1.375.632	23.254.190
Constituição de reservas:					
Reserva legal	6.19		25.601	(25.601)	-
Reserva estatutária	6.19		25.601	(25.601)	-
Aumento de capital por incorporação de resultados	6.19				-
Distribuição de resultados	6.19				-
Aplicação de resultados			446.525	(446.525)	-
Retenção de Dividendos			826.704	(826.704)	-
Adoção NIC			25.601	(25.601)	-
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões (Transição NCA's)	6.19				(38.536)
Alocação de impostos de variações patrimoniais não reflectidas no resultado do exercício	6.19				(311.527)
Variação líquida em activos financeiros disponíveis para venda	6.19	(311.527)			(311.527)
Remunerações em benefícios pós emprego dos empregados	6.19		(1.926.327)		(1.926.327)
Resultado do exercício				1.668.481	1.668.481
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	18.146.062	136.649	2.692.999	1.668.481	22.244.190

O Contabilista Certificado

O Coordenador Administrativo

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
 Demonstração de rendimento integral
 dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Unidade: Euro	
	2016-12-31	2015-12-31
Resultado Líquido do Período	1.868.481	1.375.633
Items que poderão vir a ser reclassificados pela demonstração de resultados		
<i>Reserva de Justo Valor</i>		
Alterações de Justo Valor, líquidas de imposto	(311.527)	(967.571)
Items que não serão reclassificados pela demonstração de resultados		
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões	-	(194.400)
Remensurações em benefícios pós emprego dos empregados	(1.926.327)	(57.725)
Total de Rendimento Integral do Período	(369.373)	155.937

O Contabilista Certificado

Ana Ricardo

O Conselho de Administração

Adriano Mai
António
João Domingos Nunes Mendes

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Introdução

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (“CEMAH” ou “Caixa”) é uma instituição de crédito, tendo sido constituída em 26 de abril de 1896. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, e do Decreto-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro, que regulamenta a atividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua atividade.

A Caixa pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal.

Presentemente, opera através da sede, na cidade de Angra do Heroísmo, e de uma rede de 12 balcões dispersa pelas ilhas da Terceira, Pico, S. Jorge, Faial, Graciosa e S. Miguel.

A Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo é detentora da totalidade do capital da Caixa.

2. Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 5/2015 de 20 de dezembro, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da Caixa são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“NIC”), tal como adotadas na União Europeia.

As Normas Internacionais de Contabilidade traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da CEMAH apresentadas reportam-se ao período findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com as NIC, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro de 2016.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 7 de março de 2017.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor. Os somatórios apresentados nas demonstrações financeiras e respetivas notas poderão apresentar pequenas divergências resultantes de arredondamento à unidade.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NIC requer que a CEMAH efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na nota 2.2.

IFRS Divulgações – Novas normas a 31 de dezembro de 2016

A. Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2016:

Normas

- a) **IAS 1** (alteração), 'Revisão às divulgações'. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial. A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- b) **IAS 16 e IAS 38** (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos'. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de

aplicação prospetiva. A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.

- c) **IAS 16 e IAS 41** (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis'. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Ativos tangíveis, com o conseqüente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- d) **IAS 19** (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados'. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- e) **IAS 27** (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas'. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- f) **Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28**, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar'. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- g) **IFRS 11** (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta'. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.

- h) **Melhorias às normas 2010 - 2012.** Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24. A adoção destas melhorias não teve impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- i) **Melhorias às normas 2012 - 2014.** Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. A adoção destas melhorias não teve impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.

B. Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, que a União Europeia já endossou:

- a) **IFRS 9** (nova), ‘Instrumentos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A CEMAH encontra-se a avaliar o impacto da adoção desta norma.
- b) **IFRS 15** (nova), ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”. Não é expectável que a adoção desta norma venha a ter impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.

C. Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:

C.1 - Normas

- a) **IAS 7** (alteração), ‘Revisão às divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e

as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. A CEMAH encontra-se a avaliar o impacto desta norma.

- b) **IAS 12** (alteração), ‘Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. Não é expectável que a adoção desta norma venha a ter impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- c) **IAS 40** (alteração) ‘Transferência de propriedades de investimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Não é expectável que a adoção desta norma venha a ter impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- d) **IFRS 2** (alteração), ‘Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“Cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não é expectável que a adoção desta norma venha a ter impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- e) **IFRS 4** (alteração), ‘Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez

de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Sem impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.

- f) **Alterações à IFRS 15**, ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não é expectável que a adoção desta norma venha a ter impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- g) **IFRS 16** (nova), ‘Locações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. Não é expectável que a adoção desta norma venha a ter impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- h) **Melhorias às normas 2014 – 2016** (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Não é expectável que a adoção destas melhorias venha a ter impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.

C.2 – Interpretações

- a) **IFRIC 22** (nova), ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21

‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’ e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transação” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Não é expectável que a adoção desta norma venha a ter impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.

2.2 Comparabilidade da informação

Com a publicação do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, foram revogados os Avisos do Banco de Portugal n.º 3/1995 e n.º 1/2005 que regulamentavam a constituição de provisões por parte das instituições de crédito e das sociedades financeiras, com as seguintes finalidades: i)risco específico de crédito, ii) riscos gerais de crédito, iii) encargos com pensões de reforma e sobrevivência, iv) menos-valias de títulos e imobilizações financeiras, v) menos-valias de outras aplicações e vi) risco-país. A entrada em vigor do referido Aviso, que produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016, impôs aos Bancos a necessidade de elaborarem as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) substituindo as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

Com a alteração resultante da revogação das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) e a preparação, a partir de 1 de janeiro de 2016, das demonstrações financeiras de acordo com as Normas internacionais e Contabilidade (NIC), em conformidade com o previsto no IFRS 1, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para efeitos comparativos, foram igualmente elaboradas em conformidade com as NIC. Esta alteração teve impacto nomeadamente ao nível da reclassificação das provisões para riscos gerais de crédito que em NCA se encontravam contabilizadas no passivo na rubrica de “Provisões” para a rubrica do ativo de “Imparidade”.

Uma vez que a 31 de dezembro de 2014 o valor registado nas contas de provisões para crédito da CEMAH correspondia ao montante da imparidade para crédito apurada, o seu balanço a 1 de janeiro de 2015 não sofre qualquer alteração. Assim, todo impacto decorrente da aplicação das NIC a 31 de dezembro de 2015 será refletido na demonstração de resultados desse ano.

As reconciliações entre as principais rubricas das demonstrações financeiras aprovadas do exercício de 2015 efetuadas em base NCA e as efetuadas tendo por base as NIC, decorrentes da aplicação do Aviso do banco de Portugal n.º 5/2015, apresenta-se como segue:

(a) Reconciliação entre o balanço em 31 de dezembro de 2015 NIC e NCA

	<u>Notas</u>	<u>NIC</u>	<u>Ajustamentos</u>	<u>NCA</u>
Total de activo	6.5 e 6.10	370 754 441	(1 310 420)	372 064 861
Total de passivo	6.12	347 500 341	(2 137 124)	349 637 465
Total de capital próprio	6.19	23 254 100	826 704	22 427 396
Total de passivo e de capital		370 754 441	(1 310 420)	372 064 861

(b) Reconciliação entre a Demonstração de resultados em 31 de dezembro de 2015 NIC e NCA

	<u>Nota</u>	<u>NIC</u>	<u>Ajustamentos</u>	<u>NCA</u>
Margem financeira		5 284 716	-	5 284 716
Produto bancário		8 255 108	-	8 255 108
Resultado antes de impostos	6.12	1 605 295	855 999	749 296
Impostos	6.28	(229 662)	(29 295)	(200 367)
Resultado após impostos		1 375 633	826 704	548 929

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015.

2.3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.3.1 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável, que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor dos ativos financeiros é determinado com base em:

- Preços de um mercado ativo,
- Técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa conforme seja apropriado; ou
- Obtenção de preços junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Caixa ao recebimento dos seus fluxos financeiros ou tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.3.1.1 Crédito e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreendem os créditos concedidos a clientes (excluindo as operações com instituições de crédito) e créditos titulados (obrigações emitidas por empresas ou instituições financeiras) que não sejam transacionados num mercado ativo e para os quais não haja intenção de venda.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que em geral corresponde ao valor da transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método *pró-rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações.

Os créditos e outros valores a receber só são desreconhecidos do balanço quando expiram os direitos contratuais da Caixa à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A Caixa classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento.

A CEMAH procede ao abate de créditos ao ativo (*write-offs*) das operações que considera irrecuperáveis e cujas imparidades estejam constituídas pelo valor total do crédito no mês anterior ao do abate. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais aplicáveis.

Os créditos a clientes cujos termos tenham sido renegociados sem obtenção de garantias reais adicionais ou liquidação total de juros vencidos são, por indicação do Banco de Portugal, reclassificados e tratados como vencidos.

2.3.1.1 Imparidade para crédito

“As Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*” têm como propósito: (i) desenvolver normas contabilísticas com elevada qualidade, compreensíveis e suscetíveis de serem impostas, que exijam informação transparente e comparável nas Demonstrações Financeiras, para ajudar os participantes nos mercados de capitais e outros utilizadores na tomada de decisões económicas; (ii) promover a utilização rigorosa das normas; e (iii) fazer convergir as normas locais com as IAS/IFRS.

A imparidade encontra-se regulamentada na IAS 39 - “Reconhecimento e Mensuração de Ativos Financeiros”, a qual define o custo amortizado de um ativo financeiro (por exemplo, crédito a clientes) como a quantia pela qual este é mensurado no reconhecimento inicial, (i) menos os reembolsos de capital, (ii) mais ou menos a amortização cumulativa - usando o método da taxa de juro efetiva –, de qualquer diferença entre o montante original e o valor a receber na maturidade, e (iii) subtraído ainda de qualquer redução de imparidade ou incobrabilidade.

Especificamente, a IAS 39 detalha os seguintes conceitos:

- Perda por imparidade;
- Identificação e definição de indícios (coletivos e individuais);

A imparidade preconiza o apuramento das perdas incorridas à data de balanço para os ativos financeiros, baseando-se na definição de metodologias de cálculo próprias, ajustadas aos dados históricos e às características do portfólio de cada instituição financeira. Pelo menos em cada data do reporte financeiro, deve-se avaliar a existência de evidência objetiva de que um ativo financeiro (ou um grupo de ativos) se encontra em imparidade.

A Caixa avalia mensalmente a existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. A metodologia e os pressupostos utilizados para o cálculo da perda por imparidade são objeto de apreciação semestral por parte do Conselho de Administração e dos Auditores Externos, sendo os resultados posteriormente reportados ao Banco de Portugal.

O processo de cálculo de imparidade de crédito descrito de seguida reflete os princípios gerais definidos pela IAS 39, e, complementarmente, pelas orientações dispostas pelo Banco de Portugal na Carta circular n.º 2/2014, tendo a metodologia adotada pela Caixa, na definição do modelo de imparidade para a carteira de crédito, por base as seguintes etapas:

1. Segmentação da carteira de crédito;
2. Análise de evidência de imparidade;
3. Cálculo da perda por imparidade.

As exposições a clientes são subdivididas em três grupos: créditos sem imparidade, créditos com indícios de imparidade e créditos em *default* (incumprimento), sendo os fatores que os distinguem, a evidência de indício de imparidade ou de *default*. Posteriormente, o apuramento da imparidade segue duas metodologias de cálculo: imparidade individual e imparidade coletiva.

A carteira de crédito foi ainda dividida entre clientes significativos (sujeitos a uma análise individual, conforme os critérios descritos na alínea j) da nota 6.5) e clientes não significativos. Os clientes não significativos são incluídos em segmentos homogêneos com risco de crédito semelhante, tendo em conta o modelo de gestão da Caixa, e sujeitos à determinação de imparidade em base coletiva. Para esse efeito são definidos como fatores relevantes de segmentação algumas características das operações de crédito, nomeadamente o tipo de cliente, a materialidade da exposição, o tipo de produto e o tipo de garantia associada.

As metodologias de cálculo das provisões por imparidade coletiva e individual encontram-se detalhadas na alínea l) da nota 6.5.”

2.3.1.2 Ativos financeiros disponíveis para venda

A rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito;
- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda; e
- Participações em outras empresas, que não sejam filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Caixa tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial, ou (iii) não se classificam como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de Reavaliação de Justo Valor, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) em capitais próprios.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Em caso de evidência de imparidade, resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença

entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.3.1.3 Investimentos detidos até à maturidade

A rubrica Investimentos detidos até à maturidade inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que possuam uma maturidade fixa, e relativamente aos quais seja intenção do Conselho de Administração a sua manutenção até à respetiva data de vencimento.

Os ativos classificados como detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado.

Os juros corridos dos mesmos, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto), são registados em resultados.

Em caso de evidência de imparidade, resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, a perda é registada em resultados.

2.3.1.4 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inicial inferior a três meses, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.3.1.5 Outros passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os Outros passivos financeiros incluem essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado.

2.3.2 Outros ativos tangíveis

De acordo com o Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, os outros ativos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, exceto quando se verificarem reavaliações extraordinárias autorizadas. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respetivas amortizações acumuladas. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Caixa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens (período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso):

	Número de anos	%
Máquinas e mobiliário	8	12,50
Viaturas	4	25,00
Equipamento informático	3	33,33
Instalações interiores	10	10,00
Imóveis	50	2,00

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

2.3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas. Este custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

As amortizações são calculadas em base anual segundo o método das quotas constantes, aplicando ao custo histórico taxas anuais que refletem uma vida útil estimada entre os 3 e 8 anos (investimentos em software).

2.3.4 Aplicações por recuperação de créditos

Os ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos são registados na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda. Estes ativos são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. A política da Caixa para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas, e caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. As mais-valias potenciais em outros ativos não são reconhecidas no balanço.

2.3.5. Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base numa taxa de juro que reflete as perdas por imparidade.

2.3.6 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados.

2.3.7 Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

Em conformidade com as convenções coletivas de trabalho em vigor no sector bancário, a Caixa assumiu até 31 de dezembro de 2010 o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência (Plano de benefícios definido).

Os membros do Conselho de Administração que não sejam funcionários da instituição não são abrangidos pelo Plano de benefícios definido.

Na sequência da publicação do Decreto-lei n.º 1-A/2011 de 3 de janeiro, a partir de 1 de janeiro de 2011, os trabalhadores da CEMAH no ativo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) e abrangidos pelo atual fundo de pensões da CEMAH, passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS) para efeitos de proteção nas eventualidades de parentalidade e velhice.

Mantém-se, no entanto, como responsabilidade do Fundo de Pensões a cobertura das responsabilidades por morte e invalidez, sobrevivência, bem como o complemento referente ao diferencial entre os benefícios calculados ao abrigo do RGSS e o benefício definido no respetivo Plano de benefícios definidos, o qual tem por base as convenções coletivas aplicáveis ao sector bancário.

O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e subsídio de morte na reforma.

As responsabilidades da Caixa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas por entidade independente, com base no método “Projected Unit Credit Cost”. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo

risco, com maturidade semelhante à da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo destas responsabilidades são apresentados na Nota 6.18.

Nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 e n.º 12/2005, o acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31 de dezembro de 2005 (no valor de €4.703 milhares) foi reconhecido na rubrica Outros ativos – despesas com custo diferido. O reconhecimento em resultados transitados do impacto ao nível das responsabilidades com pensões seria efetuado através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, prazo este alargado para 8 anos, a partir da data de transição, com exceção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, que teria inicialmente a duração de 7 anos e presentemente de 10 anos. Este período de transição terminou a 31 de dezembro de 2015, pelo que, àquela data, o acréscimo de responsabilidades se encontra totalmente reconhecido em resultados transitados.

Até 31 de dezembro de 2012, o valor dos ganhos e perdas atuariais resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e financeiros e de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados eram reconhecidos de acordo com o método do corredor e registados na rubrica Outros ativos ou Outros passivos – Desvios atuariais. Eram enquadráveis no corredor, os ganhos ou perdas atuariais acumulados que não excedessem 10% do valor das responsabilidades com serviços passados ou 10% do valor do Fundo de Pensões, dos dois o maior. Os valores que excediam o corredor eram amortizados em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos Colaboradores abrangidos pelo plano.

Após 1 de janeiro de 2013, e decorrente da aplicação do IAS 19R, estas diferenças atuariais, agora denominadas remensurações, passaram a ser imediatamente reconhecidas como Outro rendimento Integral.

O acréscimo de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de Colaboradores à situação de reforma antecipada é integralmente reconhecido como custo nos resultados do exercício.

Com referência a 31 de dezembro de 2006, a CEMAH constituiu um fundo de pensões para assegurar a cobertura das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego. A 31 de dezembro de 2007 a cobertura das responsabilidades com serviços passados relativas a SAMS e subsídio de morte, passou também a ser assegurada pelo fundo de pensões. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus ativos à data do balanço.

A 16 de Março de 2016 a CEMAH contratou também um plano de pensões complementar para assegurar o pagamento de um complemento de pensão a trabalhadores que, quando no ativo, auferiram um complemento mensal fixo superior a 35% do salário mensal total (salário base, diuturnidades, IHT, abono para falhas e complemento fixo).

O valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões está registado na rubrica Outros Passivos.

Para além dos custos decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada, anualmente a Caixa reconhece como custos com pessoal na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros, o qual corresponde ao montante dos juros sobre a responsabilidade líquida dos ativos do fundo.

As contribuições para o fundo são efetuadas anualmente de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo que o financiamento mínimo das responsabilidades por pensões em pagamento é de 100% e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo, de 95%.

Para além da contribuição inicial, as contribuições para o fundo serão efetuadas anualmente de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo que o financiamento mínimo das responsabilidades por pensões em pagamento é de 100% e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo, de 95%.

Decorrente das regras do novo ACT, verificou-se a inclusão no fundo de pensões da CEMAH de 59 participantes no que concerne ao direito aos benefícios do SAMS na reforma.

Prémios de antiguidade

No âmbito do acordo de adesão celebrado com as estruturas sindicais do sector bancário, a CEMAH havia assumido o compromisso de pagar aos seus colaboradores prémios de antiguidade, quando estes completam 15, 25 e 30 anos de serviço, correspondente a uma, duas e três vezes, respetivamente do salário mensal recebido à data de pagamento dos prémios. No final de 2016, e publicado em fevereiro de 2017, a CEMAH subscreveu um Acordo Empresa, que veio substituir o prémio de antiguidade por um prémio de permanência, correspondente ao recebimento no fim de carreira de um montante correspondente a 1,5 vezes a retribuição mensal efetiva auferida àquela data. Uma vez publicado o Acordo, a CEMAH irá proceder ao pagamento das responsabilidades vencidas relativas ao prémio de antiguidade aos seus colaboradores.

O valor atual dos benefícios com o prémio de permanência é determinado anualmente por uma entidade independente, com base no método “Projected Unit Credit Cost”. A taxa de desconto é

determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados no cálculo do valor atual destes benefícios são idênticos aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma, os quais são apresentados na Nota 6.18.

As responsabilidades por prémios de permanência são registadas na rubrica Outros passivos. Anualmente, a CEMAH reconhece como custo na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros líquidos dos ganhos e perdas resultantes de remensurações, resultantes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

2.3.8 Provisões

Esta rubrica inclui provisões constituídas para fazer face a riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas estimadas decorrentes da atividade da CEMAH.

São reconhecidas provisões quando (i) a Caixa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.3.9 Imposto sobre lucros

Até 31 de dezembro de 2011, a CEMAH encontrava-se isenta de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

Porém, de acordo com as alterações introduzidas pela Lei de Orçamento de Estado para 2012, que alterou o artigo 10.º do Código do IRC, a partir de 1 de janeiro de 2012 a CEMAH passou a estar sujeita ao regime geral estabelecido no Código do IRC.

Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias, entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos poderão dar origem ao reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da

reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto em vigor em Portugal. Para 2016, a taxa geral de IRC em vigor é de 21%, enquanto a taxa de derrama municipal poderá ir até 1,5%.

Adicionalmente, a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro veio alterar os escalões da derrama estadual passando a vigorar desde 2014 as seguintes taxas: (i) 3% sobre os lucros tributáveis superiores a €1.500 milhares e até €7.500 milhares, (ii) 5% sobre os lucros tributáveis superiores a €7.500 milhares e até €35.000 milhares, e (iii) 7% sobre os lucros tributáveis superiores a €35.000 milhares.

Os impostos diferidos são calculados, sobre as diferenças temporárias entre as bases contabilísticas dos ativos e passivos e as suas bases fiscais, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem. Neste sentido, a 31 de dezembro de 2016, o apuramento de imposto diferidos foi efetuado a uma taxa de 21% (2015: 21%).

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A CEMAH procede, sempre que se verificarem as condições estabelecidas no parágrafo 74 da IAS 12, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos.

2.3.10 Capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos diretamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

2.3.11 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contábilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Caixa efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

Pensões de reforma e sobrevivência

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada do fundo de pensões e outros fatores que podem ter impacto nos custos e responsabilidades com pensões.

Imparidade do crédito

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efetuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos créditos têm impacto nas estimativas efetuadas.

Imparidade da carteira de títulos

A Caixa determina que existe imparidade na sua carteira de títulos quando existe uma desvalorização contínua ou de valor significativo no seu justo valor ou com base numa análise individual tendo em consideração indicadores de imparidade relevantes. Este procedimento requer julgamento, que assenta entre outros fatores na volatilidade normal dos preços dos títulos e as atuais condições de mercado. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas.

Imparidade das aplicações por recuperação de créditos

O valor da imparidade dos ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos é determinado com base nas estimativas dos avaliadores independentes sobre o valor líquido de realização dos ativos. Estas estimativas são efetuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos mercados imobiliários têm impacto nas estimativas efetuadas.

3. Gestão do risco financeiro

A atividade da CEMAH encontra-se sujeita a um conjunto de riscos financeiros, sendo os mais relevantes os riscos de crédito e taxa de juro. A política de gestão de riscos da Caixa visa garantir a todo o momento, uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida. Neste contexto, o controlo e acompanhamento dos principais riscos a que a Caixa se encontra exposta assume particular importância.

i) Risco de crédito

O risco de crédito está associado ao grau de incerteza dos fluxos de caixa futuros, por incapacidade do mutuário em cumprir com as obrigações assumidas nos contratos de crédito.

A CEMAH está exposta a risco de crédito essencialmente derivado do crédito concedido a clientes, das aplicações em instituições de crédito e carteira de títulos, que representam cerca de 82% do ativo.

O detalhe da estrutura interna no que concerne à política de gestão do risco de crédito e às funções das áreas de intervenção encontram-se na nota 6.5, com destaque para os critérios adotados no âmbito do cálculo da imparidade da carteira de crédito.

Exposição ao risco de crédito

Resumimos de seguida a exposição máxima a risco de crédito em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015:

	2016-12-31	2015-12-31
Disponibilidades em Bancos Centrais	29.077	39.505
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	10.654	11.841
Aplicações em instituições de crédito	21.872	23.950
Ativos financeiros disponíveis para venda	87.357	61.013
Crédito a clientes	210.475	213.055
Investimentos detidos até à maturidade	-	-
Outros ativos	1.410	1.924
Exposição risco de crédito de exposições fora de balanço:		
Garantias prestadas	9.125	9.236
Linhas de crédito irrevogáveis	18.235	18.353

Os valores acima não têm em consideração qualquer colateral detido ou outras formas de mitigação do risco de crédito. Para os ativos no balanço, a exposição acima é a quantia escriturada no Balanço.

A exposição ao risco de crédito da Caixa está concentrada geograficamente apenas na região autónoma dos Açores.

Qualidade da carteira de crédito

A segmentação da carteira de crédito determinada de acordo com a qualidade do crédito em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015:

	31-12-2016	31-12-2015
Prime	27,72%	25,85%
Standard monitoring	62,49%	61,14%
Special monitoring	4,42%	3,99%
Sub standard	5,37%	9,02%

Atendendo ao tipo de Clientes em questão, particulares e pequenas empresas, não estão disponíveis classificações de rating externas. As categorias apresentadas resultam da combinação de dois

fatores: i) registo de incumprimento e ii) nível de cobertura dos empréstimos por garantias hipotecárias.

A qualidade do risco de crédito das Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, ativos financeiros disponíveis para venda, e investimentos detidos até à maturidade, é apresentada como segue:

Rating (*)	Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	Ativos financeiros disponíveis para venda	Créditos e Outros valores a Receber	Investimentos detidos até à maturidade	Total
2016-12-31					
AA- a AA+	-	2.873	-	-	2.873
A- a A+	655	4.725	-	-	5.380
Menor que A-	13.778	56.973	-	-	70.751
Sem rating	18.092	22.786	-	-	40.878
Total	32.526	87.357	-	-	119.883
2015-12-31					
AA- a AA+	-	2.515	-	-	2.515
A- a A+	-	3.024	-	-	3.024
Menor que A-	13.691	38.863	-	-	52.554
Sem rating	22.100	16.629	-	-	38.729
Total	35.791	61.031	-	-	96.822

(*) Rating de acordo com a *Standard & Poors (S&P)*

ii) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

O risco de taxa de juro na Caixa advém dos fatores acima identificados associados essencialmente às aplicações em instituições financeiras, carteira de crédito e títulos (cerca de 82% do ativo) versus passivos sujeitos a taxa de juro (depósitos de clientes).

A Administração da CEMAH, apoiada pelos diferentes departamentos, decide a sua política de taxa de juro de uma forma bastante restritiva e cautelosa, assegurando sempre uma taxa de intermediação que suporte confortavelmente as oscilações das taxas de juro registadas no mercado.

As operações ativas estão indexadas a indicadores internos definidos pelo Conselho de Administração e a indicadores externos com *spreads* que sustentam a rentabilidade da Instituição face a variações no mercado.

As operações passivas estão indexadas a taxas de referência internas e são majoradas consoante o seu valor e prazo.

Periodicamente é analisada a liquidez da Instituição, evolução das maturidades médias dos ativos e passivos, taxas fixas versus taxas variáveis (e respetivos indexantes). Em função desta avaliação são traçados os objetivos e orientações que são divulgados a toda a instituição.

O quadro seguinte resume a exposição da Caixa ao risco de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Estão incluídos no quadro os ativos e passivos da Caixa, ao valor de balanço, categorizados pela data mais recente entre a data de refixação de taxa de juro e a de maturidade.

	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
31 de dezembro de 2016							
Activos							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	-	-	-	36.967	36.967
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	10.654	10.654
Aplicações em instituições de crédito	15.144	6.302	25	401	-	-	21.872
Ativos financeiros disponíveis para venda	10.193	5.230	5.166	19.845	33.405	13.519	87.357
Crédito a clientes	108.055	64.360	17.127	2.796	9.378	8.758	210.475
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	1.410	1.410
Total de ativos	133.392	75.893	22.318	23.041	42.784	71.308	368.736
Passivos							
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	28	28
Depósitos de clientes	114.996	58.926	175.049	3.089	-	1.826	353.886
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	1.608	1.608
Total de passivos	114.996	58.926	175.049	3.089	-	3.461	355.522
Gap	18.395	16.967	(152.731)	19.953	42.784		
31 de dezembro de 2015							
Total de Ativos	104.059	98.523	29.106	13.115	37.374	75.883	358.060
Total de Passivos	92.220	50.726	196.762	3.075	-	1.505	344.288
Gap	11.839	47.797	(167.656)	10.039	37.374		

Medição do risco

Ao nível da gestão e monitorização do risco de taxa de juro a Caixa procede ao cálculo dos *gaps* de *repricing*, de duração e de convexidade, os quais permitem as seguintes análises:

- Os valores nominais de ativos e passivos são afetos a diferentes intervalos temporais em função da sua maturidade, se instrumento de taxa fixa, ou da data de refixação da taxa, caso se trate de um instrumento de taxa variável, representando a diferença em cada intervalo entre ativos e passivos o *gap* de *repricing*. Este permite avaliar o impacto de uma variação paralela na curva da taxa de juro sobre a margem financeira da Instituição;

- A utilização de *gaps* de duração permite visualizar os desfasamentos existentes entre a duração de ativos e passivos, refletindo as implicações que movimentos paralelos na curva da taxa de juro terão para a valorização da carteira bancária. Quando considerada a convexidade o impacto em causa torna-se mais fiável para variações significativas da curva.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição em 200 pontos-base nas taxas de juro de mercado a 31 de dezembro de 2016 tendo em consideração todos os instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultaria num impacto acumulado em resultados e nos capitais próprios de aproximadamente €-605 milhares e €-5.350 milhares (2015: €403 milhares e €-4.324 milhares).

iii) Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, em moedas, em mercadorias e em derivados.

A carteira de títulos é gerida na sua quase totalidade por entidades gestoras externas à instituição, embora exista uma pequena quantidade de títulos geridos pela própria CEMAH e que se encontram custodiados em instituições externas. Para o efeito, foram estabelecidos contratos de gestão discricionária com as referidas entidades, onde se define um benchmark de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada.

A referida carteira é valorizada mensalmente com base nas cotações obtidas por consulta da Bloomberg.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a Instituição efetua os seguintes controlos:

- são feitos contactos permanentes com as entidades gestoras, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pelas entidades gestoras, sendo efetuado a respetiva análise; e
- são realizadas reuniões trimestrais com as entidades gestoras e, sempre que necessário, redefine-se o perfil de risco associado, embora sempre numa ótica conservadora.

A exposição ao risco de preço a 31 de dezembro de 2015 e 2016 era como se segue:

	Exposição máxima	
	2016	2015
Ações e Fundos	12 308	4 979
Obrigações	73 839	54 841

Com base no montante registado em balanço a 31 de dezembro de 2016 e considerando a cotação dos títulos em carteira, uma potencial variação de 10% na cotação dos mesmos resultaria num aumento ou diminuição dos capitais próprios de €8.615 milhares (2015: €5.982 milhares).

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente da incapacidade da entidade cumprir com as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem, ou não conseguir assegurá-las em condições razoáveis.

Com referência a 31 de dezembro de 2016, 53% (2015: 56%) dos ativos da Caixa dizem respeito à carteira de crédito e 6% (2015: 6%) diz respeito a aplicações em instituições de crédito, sendo ambos integralmente financiados com depósitos de clientes. A CEMAH considera a sua base de depósitos sólida, dada a diversificação em termos de número e tipo de depositantes.

A tesouraria da instituição é acompanhada numa base diária pelo Departamento Financeiro e pelo Conselho de Administração. Para o efeito são elaborados mapas diários de controlo, onde são expressos os saldos existentes, e com base nos quais são tomadas as decisões em termos de aplicações a realizar, de forma a assegurar que são cumpridas as necessidades de liquidez.

Estruturalmente, a CEMAH é excedentária em liquidez, pelo que são feitas aplicações no Mercado Monetário Interbancário (MMI), e aplicações a prazos mais alargados. Ambos os tipos de aplicações são objeto de controlo por parte do Departamento Financeiro e do Conselho de Administração, sendo também periodicamente submetido ao Conselho de Administração um mapa com o controlo da liquidez aplicada e respetiva remuneração.

A atividade corrente da clientela é fruto de análise, no sentido de se antecipar alguma situação suscetível de vir a criar problemas de tesouraria. Para o efeito são monitorados igualmente os ativos de médio prazo não compensados por passivos, o grau e tipo de compromissos não ativados, o uso de facilidades de *overdraft* e o impacto de passivos contingentes como compromissos de crédito e garantias. Adicionalmente, é efetuada a monitorização de rácios de liquidez tendo em conta os requisitos internos e os requisitos externos impostos pelo Banco de Portugal.

A análise dos passivos financeiros por prazos de maturidade em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2016					
Recursos de outras instituições de crédito	28	-	-	-	28
Recursos de clientes	167.496	186.315	75	-	353.886
31 de dezembro de 2015					
Recursos de outras instituições de crédito	24	-	-	-	24
Recursos de clientes	148.772	194.287	35	-	343.094

A tabela abaixo representa os fluxos de caixa das exposições fora de balanço, a pagar pela Caixa de acordo com a sua maturidade residual contratual às datas de balanço. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

31 de dezembro de 2016

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Linhas de crédito irrevogáveis	800	2.584	14.848	3	-	18.235
Linhas de crédito revogáveis	87	204	772	-	-	1.063
Total	887	2.788	15.620	3	-	19.298

31 de dezembro de 2015

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Linhas de crédito irrevogáveis	949	2.860	14.545	-	-	18.353
Linhas de crédito revogáveis	147	140	722	-	-	1.008
Total	1.095	3.000	15.266	-	-	19.361

A análise dos fluxos contratuais futuros dos passivos financeiros mais significativos é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
31 de dezembro de 2016						
Recursos de clientes	165.214	185.858	75	-	1.854	353.001
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos	1.050	550	-	-	-	1.600
31 de dezembro de 2015						
Recursos de clientes	145.670	193.310	35	-	2.185	341.200
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos	503	653	-	-	17	1.173

Gestão do capital

Os objetivos da Caixa em relação à gestão de capital são os seguintes:

- Cumprir os requisitos de capital estabelecidos pelo Supervisor;
- Salvaguardar a capacidade da Caixa de continuar como a sua atividade e assim proporcionar retorno para o acionista; e
- Manter uma sólida estrutura de capital para apoiar o desenvolvimento do seu negócio.

A adequação do capital é monitorizada diariamente pela gestão, empregando técnicas baseadas nos princípios do Comité de Basileia e das diretivas comunitárias europeias, implementadas pelo Banco de Portugal para fins de supervisão. A informação requerida é entregue ao Banco de Portugal mensalmente.

A tabela seguinte apresenta a composição do capital regulatório e dos rácios da Caixa para os exercícios de 2016 e 2015.

Fundos Próprios	2016	2015
Capital realizado	18 148	18 122
Reservas legais e estatutárias	6 660	6 608
Reservas de reavaliação de justo valor	(433)	(121)
Resultados retidos	(3 397)	(2 731)
Ativos intangíveis	(1 032)	(827)
Ajustamentos transitórios ao capital CET I	(106)	(582)
Common Equity Tier I (CET I)	19 839	20 470
Additional Tier I	0	0
Tier I	19 839	20 470
Tier 2	0	377
Fundos próprios totais	19 839	20 847
Ativos ponderados pelo risco	202 897	206 327
Common Equity Tier I	9,78%	9,92%
Tier I	9,78%	9,92%
Rácio de fundos próprios totais	9,78%	10,10%

4. Ativos e passivos financeiros classificados de acordo com as categorias da IAS 39

	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Outros passivos Financeiros	Ativos/ Passivos Não Financeiros	Total
2016						
Ativos						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	36.967	-	-	-	-	36.967
Disponibilidades em outras instituições de crédito	10.654	-	-	-	-	10.654
Aplicações em instituições de crédito	21.872	-	-	-	-	21.872
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	87.357	-	-	-	87.357
Crédito a clientes	210.475	-	-	-	-	210.475
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	1.410	-	-	-	31.944	33.354
Total Ativos	281.378	87.357	-	-	31.944	400.679
Passivos						
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	28	-	28
Depósitos de clientes	-	-	-	353.886	-	353.886
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	5.820	5.820
Total Passivos	-	-	-	353.914	5.820	359.734
2015 reexpresso						
Ativos						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	46.774	-	-	-	-	46.774
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.841	-	-	-	-	11.841
Aplicações em instituições de crédito	23.950	-	-	-	-	23.950
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	61.031	-	-	-	61.031
Crédito a clientes	213.055	-	-	-	-	213.055
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	1.924	-	-	-	30.195	32.119
Total Ativos	297.544	61.031	-	-	30.195	388.770
Passivos						
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	24	-	24
Depósitos de clientes	-	-	-	343.094	-	343.094
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	4.382	4.382
Total Passivos	-	-	-	343.118	4.382	347.500

5. Justo valor dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 os valores contabilísticos dos ativos e passivos financeiros comparam com o respetivo justo valor conforme segue:

31 de dezembro de 2016	Valor contabilístico	Justo valor
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	39.967	39.967
Disponibilidades em outras IC's	10.654	10.654
Aplicações em instituições de crédito	21.872	21.872
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	87.357	87.357
Crédito a clientes	204.594	204.594
Investimentos detidos até à maturidade	-	-
Total ativos financeiros ao justo valor	364.443	364.443
Recursos de bancos centrais	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	28	28
Depósitos de clientes	353.886	353.886
Total passivos financeiros ao justo valor	353.914	353.914

31 de dezembro de 2015 NIC	Valor contabilístico	Justo valor
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	46.774	46.774
Disponibilidades em outras IC's	11.841	11.841
Aplicações em instituições de crédito	23.950	23.950
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	61.013	61.013
Crédito a clientes	206.065	206.065
Investimentos detidos até à maturidade	-	-
Total ativos financeiros ao justo valor	349.643	349.643
Recursos de bancos centrais	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	24	24
Depósitos de clientes	343.094	343.094
Total passivos financeiros ao justo valor	343.118	343.118

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros mais significativos são analisados conforme se segue.

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades a Aplicações em instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros (grande maioria até 3 meses) e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os Ativos financeiros disponíveis para venda são constituídos por instrumentos de dívida e instrumentos de capital estando contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de técnicas de desconto de cash-flows.

No caso de ações não cotadas, sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico.

O quadro seguinte analisa os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, pelo método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: inputs diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (i.e., como preços), quer indiretamente (i.e., derivados dos preços);
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Caixa mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

31 de dezembro 2016

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	86.030	116	1.211	87.357
Títulos de dívida	73.723	116	-	73.839
Títulos de capital	946	-	1.211	2.157
Outros	11.361	-	-	11.361
Total ativos	<u>86.030</u>	<u>116</u>	<u>1.211</u>	<u>87.357</u>
Passivos	-	-	-	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Total passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

31 de dezembro 2015

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	59.820	-	1.211	61.031
Títulos de dívida	54.841	-	-	54.841
Títulos de capital	740	-	1.211	1.951
	4.239	-	-	4.239
Total ativos	<u>59.820</u>	<u>-</u>	<u>1.211</u>	<u>61.031</u>
Passivos				
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Total passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Crédito a clientes

O Crédito a clientes é remunerado a taxas variáveis, que se aproximam das taxas em vigor no mercado para este tipo de produto e para o risco inerente à carteira, pelo que o seu justo valor é próximo do valor contabilístico.

Investimentos detidos até à maturidade

Os Investimentos detidos até à maturidade são constituídos por instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado. Tendo em consideração as taxas de juro intrínsecas, considera-se que o seu valor não difere significativamente do seu justo valor.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Depósitos de clientes

Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

6. Notas

6.1 Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Caixa	7.890	7.269
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	<u>29.077</u>	<u>39.505</u>
	<u>36.967</u>	<u>46.774</u>

A rubrica Depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do sistema de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados à média das taxas marginais das operações principais de refinanciamento do SEBC apuradas durante o período de manutenção considerado. Em 2016, estas taxas variaram entre -0,227% e -0,356% (2015: -0,244% e 0,086%).

6.2 Disponibilidades em outras instituições de crédito

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	9.267	10.918
Cheques a cobrar	1.306	838
Juros a receber	-	2
	<u>10.573</u>	<u>11.758</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Cheques a cobrar	81	83
	<u>10.654</u>	<u>11.841</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes à data de referência das demonstrações.

6.3 Aplicações em outras instituições de crédito

Quanto à sua natureza, as aplicações em outras instituições de crédito analisam-se como segue:

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Aplicações em instituições de crédito no país		
Outras aplicações	21.855	23.925
Juros a receber	17	25
	<u>21.872</u>	<u>23.950</u>

No que respeita à sua duração residual, as aplicações em instituições de crédito decompõem-se como segue:

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Até três meses	21.446	22.425
De três meses a 12 meses	426	1.525
	<u>21.872</u>	<u>23.950</u>

A redução verificada nesta rubrica deveu-se ao investimento efetuado em papel comercial e, de uma forma mais significativa, em ativos financeiros disponíveis para venda, realizado com o objetivo de se rentabilizar o excedente de liquidez da CEMAH.

6.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Instrumentos de dívida		
Títulos cotados		
Obrigações de emissores públicos nacionais - taxa fixa	22.674	13.097
Obrigações de emissores públicos nacionais - taxa variável	12.528	1.029
Obrigações de emissores públicos estrangeiros - taxa fixa	11.889	10.968
Obrigações de emissores públicos estrangeiros - taxa variável	-	-
Obrigações de emissores residentes		
Dívida não subordinada	10.610	10.511
Obrigações de emissores não residentes		
Dívida não subordinada	16.138	19.236
	<u>73.839</u>	<u>54.841</u>
Instrumentos de capital		
Títulos cotados		
Títulos de emissores nacionais	104	256
Títulos de emissores estrangeiros	842	484
Títulos não cotados		
De emissores nacionais		
Ações	1.211	1.211
Outros		
Títulos cotados		
Títulos de emissores estrangeiros	11.362	4.238
Provisão para risco-país	-	(18)
	<u>13.519</u>	<u>6.172</u>
	<u>87.357</u>	<u>61.013</u>

Em 31 de dezembro de 2016 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

31 de dezembro de 2016	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanco Justo Valor	Valor Aquisição	Valias
Emitidos por residentes					
Instrumentos de dívida					
De dívida pública portuguesa	2.051.505.286	33.154	34.177	34.698	(521)
De outros emissores públicos nacionais	100	1.000	1.024	1.018	6
De Outros residentes					
Outros					
Dívida não subordinada	115.563	10.233	10.610	10.567	43
Instrumentos de capital					
Ações					
	198.447	-	1.315	1.394	(79)
		44.387	47.126	47.677	(552)
Emitidos por não residentes					
Instrumentos de dívida					
De emissores públicos estrangeiros	150.009.775	11.443	11.889	11.930	(41)
De outros não residentes					
Outros					
Dívida não subordinada	12.928	15.502	16.138	15.927	211
Instrumentos de capital					
Ações					
	107.052	-	842	924	(82)
Outros					
	158.149	-	11.362	11.446	(84)
		26.945	40.231	40.226	4
		71.332	87.357	87.903	(548)

31 de dezembro de 2015	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanco Justo Valor	Valor Aquisição	Valias
Emitidos por residentes					
Instrumentos de dívida					
De dívida pública portuguesa	1.172.000.000	11.720	13.097	12.733	365
De outros emissores públicos nacionais	100	1.000	1.029	1.026	2
De Outros residentes					
Outros					
Dívida não subordinada	169.633	1.040	10.511	10.364	147
Instrumentos de capital					
Ações					
	1.398.124	-	1.467	1.490	(23)
		13.760	26.104	25.613	491
Emitidos por não residentes					
Instrumentos de dívida					
De emissores públicos estrangeiros	9.525	9.509	10.950	11.030	(62)
De outros não residentes					
Outros					
Dívida não subordinada	16.356	19.202	19.236	19.684	(448)
Instrumentos de capital					
Ações					
	149.780	-	484	514	(30)
Outros					
	49.197	-	4.238	4.342	(104)
		28.711	34.908	35.570	(644)
		42.471	61.012	61.183	(153)

A rubrica dos ativos financeiros disponíveis para venda, que a 31 de dezembro de 2016 apresentava um saldo de €87.357 milhares, apresenta um aumento significativo face ao valor de 31 de dezembro de 2015. Este acréscimo deve-se ao investimento canalizado para este tipo de ativos, como forma de rentabilizar o excedente de liquidez disponível, em virtude quer do contexto das baixas taxas de juro, quer do limite estabelecido para aplicações em uma só entidade.

Parte das Obrigações de Dívida Pública Portuguesa em carteira encontra-se dada como garantia a favor do Fundo de Garantia de Depósitos (€1.648 milhares a 31 de dezembro de 2016) e Banco de Portugal (€4.943 milhares a 31 de dezembro de 2016), para garantia das obrigações assumidas pela Caixa.

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital não cotados (SIBS) cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade e como tal estão reconhecidos ao custo. Dada a natureza deste investimento (acesso à rede SIBS), a Caixa não pretende alienar esta participação.

De acordo com o modelo de imparidade interno, a 31 de dezembro de 2016 a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda não apresentava imparidade.

6.5 Crédito a clientes

A rubrica de Crédito a clientes decompõe-se como segue:

Crédito a Clientes	2016-12-31	2015-12-31
Créditos não representados por valores mobiliários		
Crédito Interno		
Empresas e Administrações Públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	9.361	13.237
Empréstimos	97.563	97.650
Créditos em conta corrente	981	933
Descobertos em depósitos à ordem	16.975	18.322
	<u>124.880</u>	<u>130.142</u>
Particulares		
Habituação	19.436	18.480
Consumo	10.041	9.152
<i>Outras finalidades</i>		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	633	854
Empréstimos	34.985	33.850
Crédito em conta corrente	96	165
Outros créditos	4.045	4.885
	<u>69.236</u>	<u>67.387</u>

Créditos representados por valores mobiliários**Emitidos por residentes****Títulos de dívida****Títulos de dívida**

Dívida não subordinada

10.498 5.049

10.498 5.049

204.614 202.577

Juros e comissões a receber

562 536

Crédito e juros vencidos

Até 90 dias

98 122

Mais de 90 dias

5.201 9.820

5.299 9.942

Total Bruto

210.475 213.055

Menos:

Provisões para crédito de cobrança duvidosa

- -

Provisões para crédito vencido

- -

Imparidade acumulada

5.882 6.990

5.882 6.990

Total Líquido

204.594 206.065

Os créditos representados por valores mobiliários dizem respeito a aplicações de curto prazo em papel comercial, efetuadas com o objetivo de rentabilização do excedente de liquidez.

A rubrica de crédito interno inclui €1.708 milhares de descobertos em depósitos à ordem da Santa Casa de Misericórdia de Angra do Heroísmo que, em 31 de dezembro de 2016, vencem juros a taxas correntes de mercado (2015: €1.283 milhares).

O escalonamento dos créditos vincendos sobre clientes em função da sua duração residual, é o seguinte:

Prazos	2016-12-31	2015-12-31
Até três meses	24.175	22.503
De três meses a um ano	17.727	34.077
De um a cinco anos	58.635	49.073
Mais de cinco anos	77.113	66.210
Duração indeterminada (*)	26.966	30.714
	<u>204.614</u>	<u>202.578</u>

(*) Descobertos em Depósitos à ordem

No que se refere aos créditos mais significativos com imparidade em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estes decompõem-se da seguinte forma:

31 de dezembro de 2016	Particulares			Empresas				Total
	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Papel Comercial	
Exposição Total	8		2.219	13.625	8.111	81.309	10.511	115.782
Imparidade	0		529	313	187	2.384	62	3.476
Justo valor dos Colaterais			1.838	2.765	496	113.968		119.067

31 de dezembro de 2015	Particulares			Empresas				Total
	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Papel Comercial	
Exposição Total	2		2.236	19.239	11.580	82.435	5.054	120.545
Imparidade	1		664	480	132	2.124	29	3.430
Justo valor dos Colaterais	-		1.756	7.834	5.462	80.466	-	95.518

Salienta-se que o justo valor dos colaterais inclui as garantias reais (garantias hipotecárias), avaliadas por entidades credenciadas e independentes.

Conforme referido na nota 3, o risco de crédito é o mais relevante no que respeita à política de gestão do risco. Seguem abaixo as divulgações qualitativas no quadro da Carta-Circular n.º 2/2014 do Banco de Portugal.

a) Política de gestão de risco de crédito (incluindo gestão do risco de concentração)

Estrutura interna

O Conselho de Administração procede, anualmente, à revisão da estratégia e das principais políticas de crédito e princípios orientadores da concessão de crédito, tendo em conta os resultados alcançados e os objetivos estabelecidos.

Em matéria de risco de crédito, a fixação de objetivos centra-se na indicação do mercado alvo e na desagregação da carteira de acordo com critérios como a finalidade, o setor de atividade, as garantias prestadas, maturidade e qualidade do crédito concedido.

O sistema de gestão do risco de crédito apresenta uma adequada segregação de funções, nomeadamente no que respeita a análise, aprovação e acompanhamento do risco e pretende contribuir para a identificação e correção de eventuais desvios face aos objetivos e orientações estabelecidos.

No que respeita às responsabilidades específicas ao nível da gestão de risco de crédito, estas são:

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração é responsável pela aprovação das políticas e procedimentos (incluindo níveis de tolerância) relacionados com o risco de crédito e acompanhamento da carteira de crédito, por forma a agir em caso de situações de maior grau de risco. De salientar que o Conselho de Administração é ainda responsável pela aprovação de todos os créditos.

Gestão de Crédito:

A Gestão de Crédito é genericamente responsável pela revisão das propostas de crédito e emissão de um parecer, remetendo a informação sobre os processos para aprovação do Conselho de Administração. Acompanha a carteira de crédito, com particular destaque para as situações de crédito reestruturado e procede a análises regulares da carteira de crédito vencido, reportando as situações mais críticas ao Conselho de Administração.

Ao nível dos Balcões (com o apoio da Gestão de Crédito), as principais funções no que respeita à gestão de risco de crédito são:

- Recolher informação do cliente no âmbito do processo de aceitação de crédito;
- Proceder a uma análise de risco preliminar, emitindo parecer sobre o risco da operação, tendo em consideração a situação patrimonial e financeira do cliente e garantias prestadas;
- Acompanhar a carteira de clientes;
- Analisar a carteira do ponto de vista comercial (pontos críticos e oportunidades).

Gabinete de Gestão do Risco:

As principais funções em matéria de gestão de risco são as seguintes:

- Preparar e calibrar cenários de tolerância ao risco;
- Definir/atualizar perfil de risco e/ou níveis de tolerância ao risco;
- Comunicar diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração em matéria de risco de crédito;
- Elaborar os testes de esforço sobre a carteira de crédito;
- Emitir parecer sobre as propostas de crédito de montante significativo;
- Monitorar a exposição ao risco de crédito/concentração alertando os responsáveis pela recuperação para o valor de crédito em risco.

Recuperação de crédito:

A avaliação dos clientes conjuga aspetos de natureza quantitativa e qualitativa e indicadores de comportamento, resultando assim da apreciação dos dados contabilísticos, historial de cumprimento dos clientes e garantias, entre outros aspetos. Nessa mesma avaliação das operações tem particular incidência na ponderação do grau de risco associado, a identificação clara da finalidade dos financiamentos, capacidade de reembolso e contragarantias obtidas. A este nível, é de destacar o papel da Unidade dos Apoio Jurídico no suporte à Gestão de Crédito.

Controlo e políticas de mitigação

Aos responsáveis pela gestão de crédito cabe o controlo preventivo do risco e a deteção precoce de sinais de deterioração da qualidade dos devedores. Para tal, estão implementados os seguintes procedimentos e produção de informação:

- Produção de listagens de limites de crédito a renovar no mês seguinte, sendo estas enviadas para os balcões;
- Acompanhamento do risco de crédito, por cliente e balcão, tendo como base o crédito vivo existente (incluindo os descobertos em conta corrente) e as listagens de limites de crédito;
- Análise mensal das posições de grupos económicos (semanal no caso da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo), o qual fornece o peso de cada um no total do crédito, bem como nos requisitos de fundos próprios da CEMAH, sendo conferido o cumprimento dos limites;
- Análise regular da exposição do risco de crédito, com base nas carteiras de crédito, aplicações e investimentos, produzindo alguns cenários que suportarão a gestão do capital e o reporte prudencial;
- Acompanhamento do crédito vencido: diariamente são acompanhadas as prestações em dívida, apurando as respetivas razões para estas situações e semanalmente são analisados os créditos com prestações vencidas, por tipo de crédito, antiguidade, contragarantias, perspectivas de regularização e nível de aprovisionamento;
- Análise das situações mais críticas ao nível da carteira de crédito de acordo com indicação dos balcões, para reporte ao Conselho de Administração;

- Análise da exposição dos grupos económicos e de crédito vencido pelo Conselho de Administração, com enfoque nas situações mais críticas, sendo definidas ações a tomar.

Processo de recuperação

- Tendo por base um conjunto de indicadores de alerta (ex. créditos com 3 prestações vencidas) é estabelecido um contacto com o cliente, negociando-se as possibilidades de regularização dos pagamentos em atraso;
- Caso exista uma proposta de reestruturação, são solicitados novos elementos;
- Caso não exista sucesso na negociação por parte da Gestão de Crédito, os processos são encaminhados para o Conselho de Administração para definição de medidas de prossecução/resolução (ex. envio para contencioso).
- Aquando da passagem para contencioso, o responsável pelo balcão onde o crédito está domiciliado prepara o processo para tratamento e acompanhamento pela Unidade de Apoio Jurídico.

Políticas de mitigação

A Caixa tem definido um conjunto de políticas e práticas de forma a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional é a obtenção de garantias aquando da concessão de crédito. A Caixa implementa orientações em relação à aceitabilidade de classes específicas de colaterais. Os principais tipos de colaterais para créditos e valores a receber são:

- Hipotecas sobre imóveis;
- Penhores de aplicações efetuadas na Caixa;
- Penhor de ativos como instalações, inventários e contas a receber.

Financiamentos de longo prazo a entidades empresariais e individuais, são geralmente garantidos; créditos individuais de baixo valor e recorrentes geralmente não têm garantia. Adicionalmente, com o intuito de minimizar a perda, no momento em que existam indicadores de imparidade para os créditos e valores a receber, a Caixa procura colaterais adicionais das contrapartes relevantes. Na alínea f) encontra-se a política de gestão dos colaterais.

Compromissos de concessão de crédito

O principal objetivo deste tipo de instrumentos é assegurar que os fundos são disponibilizados a um cliente à medida que este os requisite. Compromissos de extensão de crédito representam partes não utilizadas de autorizações para estender o crédito na forma de

empréstimos, garantias ou letras de crédito. Relativamente ao risco de crédito associado a este produto, a Caixa está potencialmente exposta a uma perda num montante igual ao total dos seus compromissos não utilizados. Neste âmbito, a Caixa monitoriza com especial atenção os compromissos de crédito revogáveis, uma vez que apenas sobre estes tem poder de ação atempada.

Medição do risco

A Caixa não utiliza modelos internos para medição e cálculo dos requisitos de capital para o risco de crédito. Os requisitos de capital são calculados de acordo com o método padrão, sendo efetuadas adicionalmente análises de sensibilidade e cenário específicas.

Política de gestão do risco de concentração

Em relação ao risco de concentração, foi sempre preocupação da gestão, não apenas o rigoroso e escrupuloso cumprimento dos respetivos rácios prudenciais, como também não permitir que a política de concessão de crédito conduzisse a excessivas concentrações por entidades/grupos e setores, uma vez que dada a natureza jurídica da Instituição, existem naturais limitações para fazer face a eventuais incumprimentos que pudessem por em perigo a manutenção de um rácio de solvabilidade a níveis de relativo conforto. As limitações em causa encontram-se patentes em alguns dos procedimentos descritos no Controlo e Políticas de mitigação, bem como nos níveis de tolerância abaixo indicados.

Níveis de tolerância ao risco de crédito e risco de concentração

A Caixa definiu níveis de tolerância ao risco de crédito com o objetivo de manter um nível de exposição alinhado com o seu perfil de risco. Os atuais níveis de tolerância definidos pelo Conselho de Administração e monitorizados pelo Gabinete de Gestão do Risco apresentam-se como segue:

- Exposição a grandes riscos (incluindo grupos económicos) inferior ou igual a 25% dos Fundos Próprios;
- Exposição ao segmento de Empresas inferior ou igual a 45% do total do risco de crédito;
- Exposição ao setor Comércio inferior ou igual a 30% da carteira de crédito a clientes;
- Exposição ao setor Construção inferior ou igual a 10% da carteira de crédito a clientes;
- Exposição ao setor Particulares inferior ou igual a 25% da carteira de crédito a clientes; e
- Exposição a determinado cliente particular inferior ou igual a €400 milhares.

b) Política de Write-Off de créditos

No caso dos créditos que sejam dados como irrecuperáveis, o Conselho de Administração autoriza o abatimento desses créditos ao ativo, sob proposta da Gestão de Crédito ou da Unidade de Apoio Jurídico, no caso de o crédito estar em contencioso.

c) Política de reversão de imparidade

As reversões de imparidade que tenham impacto nas Demonstrações Financeiras apenas poderão ocorrer no caso das mesmas estarem relacionadas com a ocorrência de eventos após o reconhecimento inicial (e.g. reforço de garantias).

d) Política de conversão de capital em dívida do devedor

Não é aplicável.

e) Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos

No seguimento do referido anteriormente, a Gestão de Crédito acompanha a carteira de crédito, com especial enfoque nos créditos reestruturados.

Os procedimentos em vigor na Caixa visam não só a identificação do crédito vencido na Instituição, como também a análise cruzada desta informação com os incumprimentos registados na Central de Responsabilidades de Crédito, utilizadores de risco (LUR) e outras incidências qualitativas que permitem o melhor apuramento do risco associado a cada cliente. Ainda neste âmbito, mas direcionados para os particulares, estão instituídos procedimentos internos em cumprimento do Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI), bem como do Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI).

A identificação dos créditos reestruturados é efetuada de acordo com a Instrução n.º 32/2013 do Banco de Portugal.

f) Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais

Política de Seleção dos Avaliadores

Todas as avaliações são efetuadas por perito avaliador externo, constante de lista interna aprovada pelo Conselho de Administração e, na grande maioria, certificados pela CMVM. Por limitação do mercado, existem algumas avaliações realizadas por engenheiros não certificados pela CMVM.

Avaliação e Gestão dos Colaterais

Com o intuito de mitigar o risco de crédito, a política de gestão dos colaterais é a seguinte:

- Exigência de garantia real para operações com prazo superior a 5 anos;
- *Loan-to-value* preferencialmente inferior a 70%;
- Preferência por imóveis de habitação, se imóveis de comércio, apenas quando se destinarem a um negócio comum ou diversificado (não específico).

A Caixa avalia frequentemente os imóveis entregues para garantia de crédito concedido, anualmente quando se tratem de edifícios destinados a fins comerciais, no mínimo, a cada 3 anos quando se tratem de imóveis destinados a habitação e de 5 em 5 anos quando sejam prédios rústicos. Quando os imóveis em causa garantam créditos com incumprimento igual ou superior a 90 dias, a reavaliação dos mesmos é feita em base anual.

g) Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade

A Caixa avalia mensalmente a existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito.

A metodologia e os pressupostos utilizados para o cálculo da perda por imparidade são objeto de apreciação semestral por parte do Conselho de Administração e dos Auditores Externos, sendo os resultados posteriormente reportados ao Banco de Portugal.

A metodologia adotada pela Caixa baseia-se num modelo de imparidade para a carteira de crédito, com base nos critérios de referência definidos na Carta Circular n.º 2/2014, tendo por base as seguintes etapas:

1. Segmentação da carteira de crédito;
2. Análise de evidência de imparidade;
3. Cálculo da perda por imparidade.

As exposições a clientes são subdivididas em três grupos: créditos sem imparidade, créditos com indícios de imparidade e créditos em *default* (incumprimento), sendo os fatores que os distinguem, a evidência de indício de imparidade ou de *default*. Posteriormente, o apuramento da imparidade segue duas metodologias de cálculo: imparidade individual e imparidade coletiva.

h) Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como os portfólios são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos

A carteira de crédito foi dividida entre clientes significativos (sujeitos a uma análise individual, conforme os critérios descritos na alínea j) e clientes não significativos.

Os clientes não significativos são incluídos em segmentos homogêneos com risco de crédito semelhante, tendo em conta o modelo de gestão da Caixa, e sujeitos à determinação de imparidade em base coletiva. Para esse efeito são definidos como fatores relevantes de segmentação algumas características das operações de crédito, de acordo com a tabela que se segue:

Segmentação da carteira de crédito			
1.º nível de segmentação	2.º nível de segmentação	3.º nível de segmentação	4.º nível de segmentação
Tipo de cliente	Materialidade da exposição	Tipo de produto	Tipo de garantia associada

Este processo observa a hierarquia definida seguidamente (no caso de um contrato ser classificado num segmento, não poderá ser incluído no segmento seguinte):

Segmentos
Estado e Outras Entidades Públicas
Colaboradores
Clientes Relevantes
Crédito à Habitação
Crédito ao Consumo
Empresas Com Garantia Real (EGR)
Empresas Sem Garantia Real para limites de crédito (ESGR descobertos)
Empresas Sem Garantia Real para restantes tipos de produtos (ESGR sem descobertos)
Particulares Com Garantia Real (PGR)
Particulares Sem Garantia Real para limites de crédito (PSGR descobertos)
Particulares Sem Garantia Real para restantes tipos de produtos (PSGR sem descobertos)

i) Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito

Para constituição da carteira com indícios de imparidade, foram considerados os seguintes indícios:

- Crédito com atraso entre 30 e 90 dias;
- Cliente com crédito vencido na Central de Responsabilidades de Crédito (CRC);
- Cliente com crédito reestruturado nos termos da legislação prevista na Instrução 32/2013;
- Cliente com cheques devolvidos;
- Cliente presente na Lista de Utilizadores de Risco (LUR)
- Crédito em contencioso;
- Clientes com efeitos protestados/não cobrados;
- Cliente com expectativa de insolvência ou objeto de Programas Especiais de Recuperação;
- Cliente com dívidas ao Fisco ou à Segurança Social em situação de incumprimento ou de penhora executada pelo Estado;
- Cliente com crédito com decréscimo material do valor da garantia real (superior a 20%), quando tal resulte num LTV superior a 80%
- Outros fatores que indiciem a deterioração da capacidade de cumprir com o serviço da dívida;
- Quaisquer indícios que provoquem uma probabilidade acrescida de entrada em *default*, detetados na análise individual a clientes sem indícios de imparidade

Para composição da carteira em *default*, considerou-se como *default*:

- Crédito vencido há mais de 90 dias
- Cliente insolvente

Nenhum dos indícios descritos está sujeito a critérios de materialidade.

Adicionalmente, são considerados os seguintes critérios de contaminação de indícios e eventos de *default* verificados ao nível dos contratos:

- A existência de um contrato com indícios de imparidade irá implicar uma contaminação dos restantes contratos, sendo estes classificados com indícios de imparidade (particulares e empresas);
- Para as empresas, a existência de uma exposição em *default* implica a contaminação dos restantes contratos, sendo estes classificados como em *default*;
- Para os particulares, a existência de uma exposição em *default* superior a 20% do total da exposição do cliente implica, igualmente, a contaminação dos restantes contratos, sendo estes

- classificados como em *default*. Se essa exposição for inferior a 20%, os restantes contratos são classificados com indícios de imparidade; e
- Se o total de exposições em *default* representar mais de 20% do total da exposição de um determinado grupo económico, as restantes operações são objeto de contaminação passando ao estado de *default*. Se essa exposição for inferior a 20% do total, os restantes contratos do grupo são classificados como indícios de imparidade.

j) Indicação dos limiares definidos para análise individual

Os critérios para a seleção dos clientes sujeitos a análise individual são os seguintes:

- Entidades com exposição patrimonial superior a 1.000 milhares de euros;
- Entidades em *default* com exposição patrimonial superior a 300 milhares de euros;
- Entidades inseridas num grupo económico em que, pelo menos, uma entidade se encontra em *default* e o grupo tem exposição patrimonial superior a 300 milhares de euros;
- Entidades inseridas num grupo económico si em que, pelo menos, uma entidade tem indícios de imparidade ou está em *default* e o grupo tem exposição patrimonial superior a 1.000 milhares de euros;
- Entidades analisadas na sequência de uma auditoria extraordinária do Banco de Portugal;
- Entidades com indícios de imparidade ou em *default* com exposição patrimonial inferior a 1.000 milhares de euros, cuja imparidade, no cálculo anterior, foi determinada individualmente pela aplicação das percentagens definidas no Anexo II da CC 2/2014/DSP;
- Entidades inseridas num grupo económico em que, pelo menos, uma entidade com exposição inferior a 1.000 milhares de euros tem indícios de imparidade ou está em *default*, e cuja imparidade, no cálculo anterior, foi determinada individualmente pela aplicação das percentagens definidas no Anexo II da CC 2/2014/DSP;
- Entidades emitentes de Papel Comercial em carteira à data de referência;
- Entidades com exposição igual ou superior a 500 milhares de euros e que apresentem os indícios “crédito reestruturado” e “vencido na CRC”;
- Entidades em *default* com exposição patrimonial igual ou superior a 100 milhares de euros, em que os contratos não beneficiam de garantia real;
- Entidades com exposição igual ou superior a 500.000€ e que apresentem os indícios “crédito reestruturado” e “vencido na CRC”
- Entidades em *default* com exposição patrimonial igual ou superior a 100 milhares de euros, em que os contratos não beneficiam de garantia real.

k) Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento

A CEMAH não dispõe, à data de referência, de um modelo de graus de risco internos, baseando-se na segmentação e nos indícios de imparidade anteriormente descritos para atribuir um nível de risco acrescido aos mutuários em incumprimento, os quais serão alvo de um acompanhamento mais próximo.

l) Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixas futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas, individual e coletivamente

Parâmetros do modelo de imparidade coletiva

O modelo de cálculo de **imparidade coletiva** assenta nos seguintes parâmetros:

1. Período Emergente

O período emergente representa o horizonte temporal que medeia entre o evento que origina a perda e a Caixa tomar conhecimento do mesmo. O período emergente encontra-se desagregado em:

- a. Período Emergente de Probabilidade de Indício – tempo que decorre entre a ocorrência de um indício de perda e a sua deteção pela Caixa. A utilização deste período é aplicável à carteira sem indícios de imparidade. Este período será de 12 meses, aplicável a todos os segmentos.
- b. Período Emergente de Probabilidade de *Default* Condicionada à existência de indícios de imparidade – tempo que decorre entre a deteção de um indício de imparidade e a entrada em *default*. A utilização deste período é aplicável à carteira com indícios de imparidade detetados. Este período será de 12 meses, aplicável a todos os segmentos.

2. Probabilidades de Indício e *Default*

As probabilidades de indício e *default* são atualizadas anualmente.

a. Probabilidade de Indício (PI)

A PI consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam sem indícios de imparidade, mas que durante o Período Emergente de PI apresentaram algum dos referidos indícios.

O valor da PI por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 12 meses após “t” (base), passaram a ter indícios de imparidade, condicionadas ao facto de estarem

sem indícios em “t”, sobre o número de operações sem indícios de imparidade em “t”, tendo por base os dados históricos da Caixa (4 anos) e uma frequência mensal.

b. Probabilidade de Default Condicionada à existência de indícios de imparidade (PDC)

A PDC consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam com indícios de imparidade, mas que entraram em *default* durante o Período Emergente de PDC.

O valor da PDC por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 12 meses após “t” (base), entraram em *default*, condicionadas ao facto de estarem com indícios em “t”, sobre o número de operações com indícios de imparidade em “t”, tendo por base os dados históricos da Caixa (4 anos) e uma frequência mensal.

c. Probabilidade de Default Direta (PDD)

A PDD consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam sem indícios de imparidade, mas que entraram em *default* durante o Período Emergente de PI.

O valor da PDD por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 12 meses após “t” (base), entraram em *default*, condicionadas ao facto de estarem sem indícios em “t”, sobre o número de operações com indícios de imparidade em “t”, tendo por base os dados históricos da Caixa (4 anos) e uma frequência mensal.

3. Loss Given Default (LGD)

A LGD consiste numa estimativa de perda dado o *default* de um contrato, tendo por base o histórico da Caixa (5 anos) relativo a todos os contratos que entraram em *default*, e considerando a antiguidade desses contratos em *default*, de forma a refletir as diferentes expectativas de recuperação em créditos com diferentes níveis de antiguidade de incumprimento.

No apuramento da LGD deverão ser realizados os seguintes procedimentos:

- Identificação do mês em que o contrato entrou pela primeira vez em *default*. Os contratos que se encontravam em *default* no primeiro mês do histórico não são considerados no cálculo.
- Identificação dos influxos relacionados com o contrato, ocorridos entre o mês de entrada em *default* e a data de referência. Na recolha dos fluxos de caixa deverão ser:

Incluídas

- recuperações por via de pagamentos dos clientes;
- recuperações por via de execução ou dação de colaterais, deduzidas de custos suportados;
- recuperações posteriores a abates contabilísticos.

Excluídas

- recuperações que foram anuladas/estornadas;
- recuperações através de abate de créditos;
- recuperações através de reestruturação de créditos;
- recuperações negativas nas reestruturações com aumento de capital.

3.1. Operações em *default* em aberto

De forma a determinar a perda em contratos de crédito que estando em *default* no histórico, à data de referência ainda não estavam totalmente recuperados ou dados como irrecuperáveis, deverá ser realizada uma estimativa, determinada da seguinte forma:

- Para operações colateralizadas, a estimativa de recuperação corresponde ao mínimo entre o valor da exposição e o valor do colateral ajustado por um *haircut* de 15%, independentemente do valor do colateral;
- Para operações que não tenham qualquer colateral, é calculada uma estimativa com base no produto das taxas de recuperação por segmento e a exposição da operação em *default*, para o momento “t” (que corresponde ao número de meses consecutivos após o *default* para o qual se está a proceder à estimação de recuperações futuras).

3.2. Operações Reestruturadas

Nos casos em que operações em *default* sejam reestruturadas, dando origem a operações reestruturantes, devem continuar a ser tidas em conta as recuperações relativas à primeira operação, via operação reestruturante.

Nas reestruturações em que existe aumento de exposição, esse aumento é considerado a negativo na operação reestruturada, sendo os valores recebidos posteriormente na operação reestruturante considerados como recuperação na operação reestruturada.

Nos casos de reestruturações em que são liquidadas várias operações, a prestação recebida via operação reestruturante, deve ser rateada, para possibilitar a alocação de uma parte da prestação recebida às operações reestruturadas. O rateio é feito ponderando a exposição de cada operação reestruturada, pela exposição de todas as operações liquidadas.

Caso a operação sofra uma reestruturação, e o *default* não se encontre fechado à data de referência, é seguido o procedimento anteriormente descrito, aplicando-se um ajustamento à recuperação estimada de 10% ou de 30%, conforme a recuperação seja feita por via de colateral ou recuperação estimada futura, respetivamente. Pretende-se que o ajustamento efetuado tenha um cariz conservador de forma a atender à incerteza inerente ao resultado do processo de reestruturação que, pode ou não, permitir ao cliente a recuperação da sua capacidade de cumprimento na íntegra. Os valores considerados resultam de um processo de *expert judgment* que visam exatamente conferir um maior conservadorismo na presença de fatores de incerteza.

3.3. Alisamento

O procedimento de alisamento de fatores de risco é um processo que assegura a continuidade estatística das probabilidades calculadas para a LGD. Para o período em observação, é gerada uma curva de tendência logarítmica, com o fim de obter um modelo estatístico que descreve a probabilidade de recuperação em função do tempo.

No caso de se verificarem *outliers* (variações significativas para um período de observação) é necessário efetuar o respetivo ajustamento, de forma a refletir-se na otimização da função logarítmica e, conseqüentemente, no coeficiente de determinação.

No caso de não existir estatística suficiente para definição de probabilidades de um segmento, deverá ser utilizada a estatística de outro segmento com características comuns.

3.4. Cálculo da LGD

O valor da LGD reflete a percentagem do valor de balanço que não é recuperado após a entrada de operações em *default* (para o cálculo deste fator de risco, as recuperações são atualizadas pela taxa de juro original do contrato). O valor da LGD por segmento é dado pela média das LGDs enquadráveis no segmento, ponderada pelos saldos dos contratos.

As LGDs são atualizadas anualmente.

4. Exposição (EAD)

A exposição patrimonial considerada no cálculo de imparidade inclui os seguintes elementos: capital vincendo, capital vencido, juros a receber, juros vencidos a regularizar e juros de mora, se aplicáveis, (crédito direto).

Para efeitos do cálculo de imparidade, as exposições incluem, para além dos montantes em dívida reconhecidos em balanço, as posições extrapatrimoniais, transformadas em equivalentes de

crédito pela aplicação do parâmetro CCF (“*Credit Conversion Factor*”). Estas respeitam ao crédito por assinatura e aos limites de crédito não utilizados.

Cálculo dos montantes da imparidade coletiva

O cálculo dos montantes de **Imparidade Coletiva** resulta da aplicação das fórmulas seguidamente descritas:

1. Carteira Homogénea sem Indícios de Imparidade

O montante de imparidade da carteira homogénea sem indícios de imparidade resulta da diferença entre o valor de balanço e o recuperável, através da aplicação da seguinte fórmula a cada um dos segmentos homogéneos:

$$\text{Imparidade}^{\text{segmento}} = EAD \times PI \times PDC \times LGD + EAD \times PDD \times LGD$$

2. Carteira Homogénea com Indícios de Imparidade

O montante de imparidade da carteira com Indícios de Imparidade resulta da diferença entre o valor de balanço e o recuperável, através da aplicação da seguinte fórmula a cada um dos segmentos homogéneos:

$$\text{Imparidade}^{\text{segmento}} = EAD \times PDC \times LGD$$

3. Carteira Homogénea em *Default*

O montante de imparidade da carteira em *Default* resulta da diferença entre o valor de balanço e o recuperável, através da aplicação da seguinte fórmula a cada um dos segmentos homogéneos:

$$\text{Imparidade}^{\text{segmento}} = EAD \times LGD$$

4. Exposições Extrapatrimoniais

Para efeitos do cálculo de imparidade, as exposições incluem, além dos montantes em dívida reconhecidos em balanço, as posições extrapatrimoniais, transformadas em equivalentes de crédito pela aplicação do parâmetro FCC (fator de conversão de crédito).

O montante de imparidade das posições extrapatrimoniais é efetuado da seguinte forma:

a) Exposições extrapatrimoniais relativas a clientes sem indícios de imparidade:

$$\text{Imparidade}_{\text{Linhas}}^{\text{segmento}} = \text{Linhas não utilizadas} \times \text{FCC} \times (\text{PI} \times \text{PDC} + \text{PDD}) \times \text{LGD}$$

$$\text{Imparidade}_{\text{GP}}^{\text{segmento}} = \text{Garantias Prestadas} \times \text{FCC} \times \text{PDC} \times \text{LGD}$$

No caso particular das garantias prestadas, a sua execução traduz-se num índice de imparidade. Deste modo, por estarem embutidos nos FCC, não deverão ser aplicados a PI e a PDD.

b) Exposições extrapatrimoniais relativas a clientes com indícios de imparidade:

$$\text{Imparidade}_{\text{Linhas}}^{\text{segmento}} = \text{Linhas não utilizadas} \times \text{FCC} \times \text{PDC} \times \text{LGD}$$

$$\text{Imparidade}_{\text{GP}}^{\text{segmento}} = \text{Garantias Prestadas} \times \text{FCC} \times \text{PDC} \times \text{LGD}$$

c) Exposições extrapatrimoniais relativas a clientes em *default*:

$$\text{Imparidade}_{\text{GP}}^{\text{segmento}} = \text{Garantias Prestadas} \times \text{FCC} \times \text{LGD}$$

Metodologia de cálculo da imparidade individual

A metodologia de apuramento da **imparidade individual** divide-se nas seguintes atividades:

I. Identificação de evidência objetiva de imparidade

A cada data de reporte, é selecionado um conjunto de clientes, que pela sua relevância para a Caixa são considerados como significativos, conforme descrito anteriormente. Os referidos clientes são sujeitos a um procedimento de análise individual, de forma a concluir sobre a existência de evidência de imparidade e, eventualmente, a determinação do montante de imparidade.

No caso dos clientes que sejam sujeitos a análise individual, e em que não é identificada evidência objetiva de imparidade, os seus créditos serão incluídos em segmentos homogêneos de risco por forma a serem incluídos na determinação de imparidade coletiva.

2. Determinação do montante de imparidade individual

Se for identificada evidência objetiva que ocorreu um evento que originou uma perda por imparidade, o valor da perda por imparidade das exposições analisadas individualmente deve ser mensurada com base na diferença entre o valor da exposição à data de referência e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontados à taxa efetiva original do contrato (caso esta não esteja disponível, deve considerar-se a taxa nominal/spread original do contrato, para créditos com taxa fixa ou variável, respetivamente).

O valor da exposição à data de referência a considerar abrange todos os montantes registados em Balanço relativos ao crédito em questão, nomeadamente:

- Capital vincendo
- Capital vencido
- Juros corridos
- Juros vencidos
- Juros de mora (se aplicável)
- Capital extrapatrimonial ajustado pelo fator de conversão
- Os fatores de conversão aplicados aos clientes sujeitos a análise individual são os definidos no anexo IV da Carta-Circular n.º2/2014/DSP do Banco de Portugal, com o mínimo de 20%.

A análise individual efetuada, nos termos previstos na Carta-Circular n.º 2/2014 do Banco de Portugal, foi suportada em:

- Análise de elementos económico-financeiros para avaliação da capacidade de geração de fluxos de caixa (a título de exemplo: receitas brutas, resultado líquido, autonomia financeira, rácio de endividamento/capital próprio, custos de financiamento ou fluxos de caixa);
- Análise de aspetos contratuais (Incumprimento das condições contratuais; Incumprimento pontual do serviço da dívida; descobertos pontuais não autorizados (no último ano); Cheques devolvidos; Pagamentos através de livranças; Utilização de linha de crédito no limite autorizado com sucessivas renovações; Crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente; Existência de abates ao ativo de créditos vencidos ou empréstimos reestruturados no sistema bancário);
- Análise do colateral (Natureza; Liquidez do ativo; Senioridade da hipoteca; Existência de registo e propriedade; Antiguidade da avaliação; Rácio “*Loan to value*” (LVT) da operação);
- Outros aspetos (Contexto Macroeconómico; Setor de atividade; Exequibilidade do Plano de Negócio; Empresa dependente de um número reduzido de clientes; Dívidas à Administração Central - SS e Finanças – e/ou empregados; Abertura de processo de

insolvência ou inclusão em PER; Interveniente enquanto réu em processos judiciais; outras informações disponíveis).

No âmbito da análise individual, para efeitos de cálculo do montante de imparidade:

- Ao valor dos colaterais foram deduzidos ónus e possíveis custos de venda e/ou manutenção e foram aplicados os fatores de desconto previstos na Carta circular n.º 2/2014, quer devido ao intervalo temporal a decorrer até à recuperação do montante em dívida, quer em função da antiguidade da avaliação mais recente;
- À exposição não garantida, foram aplicados os critérios definidos no Anexo II da carta circular n.º 2/2014.

A Caixa constitui provisões na sequência do apuramento do montante total de perdas estimadas por imparidade.

m) Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação

O período emergente encontra-se descrito na alínea anterior.

n) Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura

Conforme referido acima, os seguintes parâmetros de risco concorrem para o cálculo da imparidade coletiva: Probabilidade de Indício (PI), Probabilidade de *Default* Condicionada à existência de indícios de imparidade (PDC), Probabilidade de *Default* Direta (PDD), *Loss Given Default* (LGD) e Fator de Conversão do Crédito (FCC). Os resultados do cálculo podem ser consultados nas tabelas presentes nas divulgações quantitativas.

o) Conclusões sobre as análises de sensibilidade ao montante de imparidade a alterações nos principais pressupostos

Considerando que, com referência a dezembro de 2016, a CEMAH foi dispensada do reporte ao Banco de Portugal exigido pela Instrução n.º 4/2011 sobre Testes de Esforço, a Caixa procedeu à realização de testes simplificados no âmbito da Instrução 18/2015, referente aos Planos de Financiamento e de Capital, do Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno

(ICAAP) processos estes que implicam projeções futuras, entre outras, do comportamento da carteira de crédito, nomeadamente da imparidade que lhe está subjacente.

No âmbito do exercício efetuado concluiu-se que nenhum dos testes colocou em causa a solidez financeira da Instituição, pelo que se considera que a Caixa possui os fundos próprios adequados para fazer face a acontecimentos não expetáveis, mas plausíveis.

Neste âmbito, anualmente, é efetuada uma análise prospetiva do plano de capital a médio e longo prazo, tendo em consideração a evolução prevista da atividade bem como um cenário de recessão ou crise, aferindo se é necessário considerar capital adicional de forma a assegurar a gestão da atividade e adequação dos níveis de solvabilidade no futuro.

As divulgações quantitativas previstas na Carta-Circular n.º 02/2014/DSP do Banco de Portugal apresentam-se conforme segue:

a.1) Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento

Segmento	Exposição 2016-12-31						Imparidade 2016-12-31		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Administração pública (regional e local)	10 471	10 471	-	7 468	-	-	-	-	-
Construção e CRE	4 397	4 180	-	1 469	217	176	(152)	(122)	(31)
Consumo	356	348	46	40	8	-	(3)	(1)	(2)
Habitação	3 722	3 641	-	237	81	-	(20)	(11)	(9)
Outros - Empresas e ENI's	188 063	170 901	345	59 632	17 162	7 409	(5 374)	(1 857)	(3 517)
Outros - Particulares	3 467	2 890	1	428	577	357	(112)	(33)	(80)
Total	210 475	192 430	392	69 274	18 045	7 941	(5 662)	(2 023)	(3 639)

Unidade: Milhares de euros

Segmento	Exposição 2015-12-31						Imparidade 2015-12-31		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Administração pública (regional e local)	110	110	-	-	-	-	-	-	-
Construção e CRE	20 194	18 060	1 868	5 251	2 134	858	(543)	(255)	(288)
Consumo	1 122	1 038	33	69	84	18	(21)	(4)	(17)
Habitação	18 625	17 912	604	497	691	268	(179)	(15)	(163)
Outros - Empresas e ENI's	154 163	143 590	20 121	59 859	10 538	2 500	(4 594)	(2 162)	(2 432)
Outros - Particulares	18 933	15 892	1 349	4 839	3 007	1 413	(1 518)	(308)	(1 210)
Total	213 058	196 603	23 977	70 530	16 455	5 057	(6 855)	(2 745)	(4 110)

Unidade: Milhares de euros

a.2) Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento

Segmento	Exposição Total 2016-12-31	Da Exposição Total 2016-12-31						Imparidade Total 2016-12-31	Da Imparidade Total 2016-12-31				
		Crédito em cumprimento				Crédito em incumprimento			Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		
		Dias de atraso < 30 dias		Dias de atraso entre 30 - 90		Sub-total	Dias de atraso <= 90 dias		Dias de atraso > 90 dias	Dias de atraso < 30 dias	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90 dias	Dias de atraso > 90 dias
		Sem Indícios	Com Indícios	Sem Indícios	Com Indícios								
Administração pública (regional e local)	10 471	3 003	7 468	-	10 471	-	-	-	-	-	-	-	
Construção e CRE	4 397	855	3 325	-	4 180	-	217	(152)	(122)	-	-	(31)	
Consumo	356	270	53	25	348	-	8	(3)	(1)	(0)	-	(2)	
Habituação	3 722	3 011	629	-	3 641	-	81	(20)	(11)	-	-	(9)	
Outros - Empresas e ENI's	188 063	75 269	93 170	2 461	170 901	2 997	14 165	(5 374)	(1 785)	(72)	(73)	(3 444)	
Outros - Particulares	3 467	1 760	1 080	50	2 890	107	470	(112)	(31)	(1)	(3)	(77)	
Total Geral	210 475	84 168	105 726	2 536	192 430	3 104	14 941	(5 662)	(1 950)	(73)	(76)	(3 563)	

Unidade: Milhares de euros

Segmento	Exposição Total 2015-12-31	Da Exposição Total 2015-12-31						Imparidade Total 2015-12-31	Da Imparidade Total 2015-12-31				
		Crédito em cumprimento				Crédito em incumprimento			Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		
		Dias de atraso < 30 dias		Dias de atraso entre 30 - 90		Sub-total	Dias de atraso <= 90 dias		Dias de atraso > 90 dias	Dias de atraso < 30 dias	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90 dias	Dias de atraso > 90 dias
		Sem Indícios	Com Indícios	Sem Indícios	Com Indícios								
Administração pública (regional e local)	110	110	-	-	-	110	-	-	-	-	-	-	
Construção e CRE	20 194	7 484	10 306	-	271	18 060	-	2 134	(543)	(247)	(8)	-	(288)
Consumo	1 122	821	104	-	114	1 038	20	64	(21)	(2)	(2)	(4)	(12)
Habituação	18 603	16 003	1 626	-	283	17 912	-	691	(179)	(14)	(1)	-	(163)
Outros - Empresas e ENI's	154 129	60 713	75 890	-	6 988	143 590	2 002	8 536	(4 594)	(2 063)	(98)	(63)	(2 369)
Outros - Particulares	18 899	8 993	6 354	0	545	15 892	172	2 835	(1 518)	(288)	(20)	(51)	(1 159)
Total Geral	213 058	94 123	94 279	0	8 201	196 603	2 194	14 260	(6 855)	(2 614)	(130)	(118)	(3 992)

Unidade: Milhares de euros

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

2016-12-31

Ano Produção	Administração pública (regional e local)			Construção e CRE			Consumo			Habitação		
	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total
2009 e anteriores		-	-	4	231	(19)	12	141	(1)	57	1 929	(12)
2010		-	-		-	-	1	1	(0)	3	348	(0)
2011		-	-	2	34	(0)		-	-	3	59	(0)
2012		-	-	1	3	(0)	2	2	(0)	4	42	(0)
2013		-	-	1	89	(1)	4	15	(0)	5	62	(0)
2014		-	-	3	104	(1)	5	24	(0)	8	133	(1)
2015		-	-	3	158	(2)	11	37	(1)	7	237	(6)
2016	6	10 471	-	31	3 779	(130)	25	137	(1)	19	911	(1)
Total Geral	6	10 471	-	45	4 397	(152)	60	356	(3)	106	3 722	(20)

2016-12-31

Ano Produção	Outros - Empresas e ENI's			Outros - Particulares			Total		
	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total
2009 e anteriores	166	16 138	(192)	129	1 074	(46)	368	19 512	(271)
2010	22	698	(11)	10	114	(17)	36	1 160	(28)
2011	33	2 724	(53)	10	48	(0)	48	2 865	(53)
2012	34	1 347	(29)	13	64	(3)	54	1 458	(32)
2013	49	6 768	(129)	19	271	(27)	78	7 205	(158)
2014	55	8 504	(35)	19	604	(9)	90	9 369	(46)
2015	54	5 003	(68)	35	636	(5)	110	6 071	(83)
2016	3 750	146 883	(4 856)	152	656	(5)	3 983	162 837	(4 992)
Total Geral	4 163	188 063	(5 374)	387	3 467	(112)	4 767	210 475	(5 662)

Unidade: Milhares de euros

2015-12-31

Ano Produção	Administração pública (regional e local)			Construção e CRE			Consumo			Habitação		
	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total
2009 e anteriores	2	-	-	70	6 341	(197)	43	480	(12)	386	11 665	(173)
2010	-	-	-	6	250	(8)	7	69	(3)	23	842	(0)
2011	-	-	-	22	3 282	(74)	23	30	(1)	53	914	(1)
2012	1	-	-	23	1 598	(77)	18	59	(1)	38	1 296	(1)
2013	-	-	-	14	475	(5)	20	81	(1)	50	1 354	(2)
2014	-	-	-	24	1 414	(69)	17	116	(1)	52	1 238	(1)
2015	1	110	-	34	6 838	(113)	73	290	(2)	30	1 315	(1)
Total Geral	4	110	-	193	20 198	(543)	201	1 125	(21)	632	18 626	(179)

2015-12-31

Ano Produção	Outros - Empresas e ENI's			Outros - Particulares			Total		
	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total
2009 e anteriores	437	37 107	(1 293)	1 248	7 550	(804)	2 186	63 143	(2 479)
2010	53	2 633	(98)	85	1 954	(341)	174	5 749	(451)
2011	115	9 718	(340)	129	1 042	(52)	342	14 986	(468)
2012	137	14 183	(626)	183	1 427	(67)	400	18 564	(771)
2013	178	31 903	(1 103)	149	1 548	(96)	411	35 360	(1 206)
2014	151	20 646	(232)	171	2 512	(63)	415	25 925	(367)
2015	362	37 974	(902)	346	2 899	(94)	846	49 427	(1 113)
Total Geral	1 433	154 164	(4 594)	2 311	18 932	(1 518)	4 774	213 154	(6 855)

Unidade: Milhares de euros

c.1) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individual e coletivamente por segmento

2016-12-31

Avaliação	Administração pública (regional e local)		Construção e CRE		Consumo		Habitação		Outros - Empresas e ENI's		Outros - Particulares		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	10 471	-	1 599	(78)	-	-	-	-	103 119	(3 359)	585	(7)	115 775	(3 444)
Coletiva	-	-	2 798	(75)	356	(3)	3 722	(20)	84 944	(2 015)	2 882	(106)	94 701	(2 218)
Total	10 471	-	4 397	(152)	356	(3)	3 722	(20)	188 063	(5 374)	3 467	(112)	210 475	(5 662)

Unidade: Milhares de euros

2015-12-31

Avaliação	Administração pública (regional e local)		Construção e CRE		Consumo		Habitação		Outros - Empresas e ENI's		Outros - Particulares		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	-	-	14 288	(276)	-	-	254	(90)	104 012	(2 725)	1 983	(575)	120 538	(3 665)
Coletiva	110	-	5 906	(267)	1 122	(21)	18 349	(89)	50 117	(1 869)	16 916	(943)	92 520	(3 189)
Total	110	-	20 194	(543)	1 122	(21)	18 603	(179)	154 129	(4 594)	18 899	(1 518)	213 058	(6 855)

Unidade: Milhares de euros

c.2) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individual e coletivamente por sector de atividade

2016-12-31

Avaliação	Atividades de informação e comunicação		Atividades financeiras e de seguros		Atividades imobiliárias		Administração pública (regional e local)		Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		Alojamento, restauração e similares		Comércio e reparações		Construção	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	-	-	6 405	(927)	-	-	10 471	-	6 866	(23)	18 308	(111)	17 516	(901)	5 548	(474)
Coletiva	41	(1)	478	(6)	16	(0)	-	-	9 086	(185)	7 365	(137)	20 530	(523)	8 660	(197)
Total Geral	41	(1)	6 883	(933)	16	(0)	10 471	-	15 952	(208)	25 673	(248)	38 046	(1 424)	14 207	(671)

2016-12-31

Avaliação	Educação, saúde e apoio social		Electricidade, gás, água		Indústria do couro, madeira e cortiça		Indústria química		Indústrias alimentares, bebidas e tabaco		Indústrias extractivas		Indústrias metalúrgicas		Máquinas e equipamentos	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	4 614	-	5 115	-	3 436	(297)	1 602	(9)	9 507	(40)	2 091	(17)	650	(4)	-	-
Coletiva	2 119	(41)	-	-	28	(0)	-	-	2 964	(116)	53	(0)	138	(3)	578	(28)
Total Geral	6 733	(41)	5 115	-	3 464	(297)	1 602	(9)	12 471	(156)	2 145	(18)	788	(7)	578	(28)

2016-12-31

Avaliação	Não Especificado		Outras actividades		Outras indústrias transformadoras		Outros serviços empresariais		Particulares		Têxteis, vestuário		Transportes e armazenagem		Vidro, cerâmica e materiais de construção		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	-	-	10 340	(57)	-	-	6 290	(22)	2 226	(529)	-	-	4 790	(31)	-	-	115 775	(3 444)
Coletiva	203	(17)	3 611	(59)	23	(1)	1 686	(69)	35 630	(757)	64	(0)	1 342	(68)	87	(9)	94 701	(2 218)
Total Geral	203	(17)	13 951	(116)	23	(1)	7 976	(91)	37 856	(1 286)	64	(0)	6 132	(100)	87	(9)	210 475	(5 662)

Unidade: Milhares de euros

2015-12-31

Avaliação	Actividades de informação e comunicação		Actividades financeiras e de seguros		Actividades imobiliárias		Administração pública (regional e local)		Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		Alojamento, restauração e similares		Comércio e reparações		Construção	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	-	-	4 270	(1 031)	-	-	-	-	5 221	(24)	19 119	(141)	20 751	(1 195)	14 288	(276)
Coletiva	57	(2)	406	(7)	21	(0)	110	-	9 517	(261)	6 802	(203)	20 900	(736)	5 906	(267)
Total Geral	57	(2)	4 676	(1 038)	21	(0)	110	-	14 738	(285)	25 921	(344)	41 651	(1 931)	20 194	(543)

Unidade: Milhares de euros

2015-12-31

Avaliação	Educação, saúde e apoio social		Electricidade, gás, água		Indústria do couro, madeira e cortiça		Indústrias alimentares, bebidas e tabaco		Indústrias extractivas		Indústrias metalúrgicas		Máquinas e equipamentos		Não Especificado	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	16 396	(17)	4 136	-	4 576	(38)	10 270	(93)	2 216	(19)	-	-	-	-	-	-
Coletiva	1 917	(70)	-	-	36	(0)	2 302	(96)	65	(3)	184	(5)	563	(24)	341	(30)
Total Geral	18 314	(87)	4 136	-	4 612	(39)	12 572	(189)	2 281	(22)	184	(5)	563	(24)	341	(30)

Unidade: Milhares de euros

2015-12-31

Avaliação	Outras actividades		Outras indústrias transformadoras		Outros serviços empresariais		Particulares		Têxteis, vestuário		Transportes e armazenagem		Vidro, cerâmica e materiais de construção		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	8 211	(48)	2	(0)	3 966	(41)	2 238	(665)	-	-	4 876	(78)	-	-	120 538	(3 665)
Coletiva	4 706	(196)	29	(2)	2 288	(135)	34 806	(1 042)	143	(19)	1 275	(73)	146	(17)	92 520	(3 189)
Total Geral	12 917	(244)	31	(2)	6 254	(176)	37 044	(1 707)	143	(19)	6 151	(151)	146	(17)	213 058	(6 855)

Unidade: Milhares de euros

c.3) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individual e coletivamente por geografia

2016-12-31

Avaliação	Portugal	
	Exposição	Imparidade
Individual	115 775	(3 444)
Coletiva	94 701	(2 218)
Total	210 475	(5 662)

Unidade: Milhares de euros

2015-12-31

Avaliação	Portugal	
	Exposição	Imparidade
Individual	120 538	(3 665)
Coletiva	92 520	(3 189)
Total	213 058	(6 855)

Unidade: Milhares de euros

d) *Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada*

A Informação não se encontra disponível.

e) *Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado*

	2016-12-31
Saldo inicial	75 571
Créditos reestruturados no período	51 991
Juros corridos	248
Liquidação de créditos reestruturados	49 706
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	890
Saldo final	77 215

Unidade: Milhares de euros

	2015-12-31
Saldo inicial	57 114
Créditos reestruturados no período	50 751
Juros corridos	145
Liquidação de créditos reestruturados	30 608
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	1 832
Saldo final	75 571

Unidade: Milhares de euros

f) Detalhe do justo valor dos colaterais

2016-12-31

Justo Valor	Administração pública (regional e local)				Construção e CRE				Consumo				Habitação			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
<0,5 M€		-		-	15	2 172		-	4	260		-	85	8 440		-
>= 0,5 M€ e < 1 M€		-		-	1	703		-	-	-		-	-	-		-
>= 1 M€ e < 5 M€		-		-		-		-	-	-		-	-	-		-
>= 5 M€ e < 10 M€		-		-		-		-	-	-		-	-	-		-
>= 10 M€ e < 20 M€		-		-		-		-	-	-		-	-	-		-
>= 20 M€ e < 50 M€		-		-		-		-	-	-		-	-	-		-
>= 50 M€		-		-		-		-	-	-		-	-	-		-
Total Geral	-	-	-	-	16	2 875	-	-	4	260	-	-	85	8 440	-	-

2016-12-31

Justo Valor	Outros - Empresas e ENI's				Outros - Particulares				Total			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
<0,5 M€	1 036	125 570	29	1 779	45	4 840	2	15	1 185	141 281	31	1 794
>= 0,5 M€ e < 1 M€	35	23 909	5	3 000	1	643	-	-	37	25 255	5	3 000
>= 1 M€ e < 5 M€	19	30 874	1	2 157	-	-	-	-	19	30 874	1	2 157
>= 5 M€ e < 10 M€	6	41 256	1	5 000	-	-	-	-	6	41 256	1	5 000
>= 10 M€ e < 20 M€	1	10 093	-	-	-	-	-	-	1	10 093	-	-
>= 20 M€ e < 50 M€	1	30 000	-	-	-	-	-	-	1	30 000	-	-
>= 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	1 098	261 702	36	11 936	46	5 483	2	15	1 249	278 759	38	11 951

Unidade: Milhares de euros

2015-12-31

Justo Valor	Administração pública (regional e local)				Construção e CRE				Consumo				Habitação			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
<0,5 M€	-	-	-	-	59	10 683	2	546	17	1 465	-	-	444	43 355	-	-
>= 0,5 M€ e < 1 M€	-	-	-	-	4	3 083	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 1 M€ e < 5 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5 M€ e < 10 M€	-	-	-	-	1	7 500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 10 M€ e < 20 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 20 M€ e < 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	-	-	-	-	64	21 266	2	546	17	1 465	-	-	444	43 355	-	-

2015-12-31

Justo Valor	Outros - Empresas e ENI's				Outros - Particulares				Total			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
<0,5 M€	380	54 098	17	2 509	228	25 431	-	343	1 128	135 031	-	3 397
>= 0,5 M€ e < 1 M€	23	15 895	2	1 304	2	1 592	-	-	29	20 570	2	1 304
>= 1 M€ e < 5 M€	20	37 804	1	2 157	-	-	-	-	20	37 804	1	2 157
>= 5 M€ e < 10 M€	4	28 777	-	5 000	-	-	-	-	5	36 277	-	5 000
>= 10 M€ e < 20 M€	1	10 105	-	-	-	-	-	-	1	10 105	-	-
>= 20 M€ e < 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	428	146 679	20	10 969	230	27 023	-	343	1 183	239 787	3	11 858

Unidade: Milhares de euros

g) Rácio Loan-To-Value por segmento

2016-12-31

Segmento/Rácio	Nº Imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Administração pública (regional e local)	-	10 471	-	-
Sem colateral associado	n.a.	10 471	-	-
Construção e CRE	16	4 180	217	(152)
Sem colateral associado	n.a.	2 773	42	(108)
< 60%	6	105	176	(19)
>= 60% e < 80%	8	1 114	-	(23)
>= 80% e < 100%	1	80	-	(0)
>= 100%	1	108	-	(3)
Consumo	4	348	8	(3)
Sem colateral associado	n.a.	235	8	(2)
< 60%	2	31	-	(0)
>= 60% e < 80%	1	46	-	(0)
>= 80% e < 100%	1	36	-	(0)
>= 100%	-	-	-	-
Habituação	85	3 641	81	(20)
Sem colateral associado	n.a.	140	5	(1)
< 60%	64	1 845	-	(4)
>= 60% e < 80%	12	840	76	(11)
>= 80% e < 100%	5	561	-	(3)
>= 100%	4	254	-	(1)
Outros - Empresas e ENI's	1 098	170 901	17 162	(5 374)
Sem colateral associado	n.a.	74 033	2 950	(1 811)
< 60%	707	45 663	4 801	(962)
>= 60% e < 80%	196	24 893	3 076	(797)
>= 80% e < 100%	112	15 258	4 674	(1 338)
>= 100%	83	11 054	1 662	(465)
Outros - Particulares	46	2 890	577	(112)
Sem colateral associado	n.a.	777	114	(36)
< 60%	31	883	326	(55)
>= 60% e < 80%	7	396	-	(6)
>= 80% e < 100%	3	315	-	(1)
>= 100%	5	519	138	(14)
Total	1 249	192 430	18 045	(5 662)

Unidade: Milhares de euros

2015-12-31

Segmento/Rácio	Nº Imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Administração pública (regional e local)	-	110	-	-
Sem colateral associado	n.a.	110	-	-
Construção e CRE	64	18 060	2 134	(543)
Sem colateral associado	n.a.	10 624	292	(221)
< 60%	36	4 003	995	(211)
>= 60% e < 80%	17	2 202	484	(75)
>= 80% e < 100%	4	362	-	(2)
>= 100%	7	869	363	(34)
Consumo	17	1 038	84	(21)
Sem colateral associado	n.a.	712	36	(9)
< 60%	15	246	47	(12)
>= 60% e < 80%	2	80	-	(0)
>= 80% e < 100%	-	-	-	-
>= 100%	-	-	-	-
Habitação	444	17 912	691	(179)
Sem colateral associado	n.a.	1 501	72	(19)
< 60%	341	9 169	187	(33)
>= 60% e < 80%	59	3 742	280	(96)
>= 80% e < 100%	29	2 442	76	(14)
>= 100%	15	1 058	76	(16)
Outros - Empresas e ENI's	428	143 590	10 538	(4 594)
Sem colateral associado	n.a.	74 168	3 440	(2 115)
< 60%	235	24 382	1 951	(667)
>= 60% e < 80%	89	22 722	622	(340)
>= 80% e < 100%	54	10 878	3 977	(1 243)
>= 100%	50	11 440	548	(228)
Outros - Particulares	230	15 892	3 007	(1 518)
Sem colateral associado	n.a.	5 165	779	(510)
< 60%	155	4 783	801	(332)
>= 60% e < 80%	32	2 345	413	(187)
>= 80% e < 100%	19	1 997	316	(137)
>= 100%	24	1 602	697	(351)
Total	1 183	196 603	16 455	(6 855)

Unidade: Milhares de euros

h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação/execução

- por tipo de ativo

2016-12-31

Ativo	Nº de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno	22	1 341	1 337
Rústico	20	1 286	1 282
Urbano	2	55	55
Edifícios construídos	47	9 915	8 888
Comerciais	16	6 732	6 067
Habitação	30	3 100	2 746
Outros	1	82	75
Total	69	11 256	10 224

Unidade: Milhares de euros

2015-12-31

Ativo	Nº de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno	26	1 851	1 821
Rústico	22	1 729	1 705
Urbano	4	122	115
Edifícios construídos	49	8 926	8 101
Comerciais	14	5 327	4 931
Habitação	29	3 226	2 803
Outros	6	373	366
Total	75	10 777	9 922

Unidade: Milhares de euros

h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação/execução (cont.)

- por tempo decorrido desde a dação/execução

2016-12-31

Tempo decorrido desde a dação/execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5anos	Total
Terreno	-	156	616	565	1 337
Rústico	-	156	574	552	1 282
Urbano	-	-	43	12	55
Edifícios construídos	1 396	2 885	1 960	2 647	8 888
Comerciais	1 055	1 959	1 491	1 562	6 067
Habitação	341	926	469	1 010	2 746
Outros	-	-	-	75	75
Total	1 396	3 041	2 576	3 212	10 224

Unidade: Milhares de euros

2015-12-31

Tempo decorrido desde a dação/execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5anos	Total
Terreno	155	465	318	883	1 821
Rústico	155	392	274	883	1 704
Urbano	-	73	44	-	117
Edifícios construídos	2 855	1 368	2 030	1 848	8 101
Comerciais	2 031	891	709	1 301	4 932
Habitação	824	477	1 069	433	2 803
Outros	-	-	252	114	366
Total	3 010	1 833	2 348	2 731	9 922

Unidade: Milhares de euros

i) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos

Não aplicável.

j) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento.

Segmento (2016-12-31)	PI	PDC	PDD	LGD
Instituições de Crédito	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Estado	6,57%	0,00%	0,00%	0,00%
Colaboradores	5,87%	3,92%	0,00%	*
Clientes Relevantes	35,75%	27,30%	0,00%	*
Crédito à Habitação	9,26%	13,50%	0,00%	9,57%
Crédito ao Consumo	9,98%	21,22%	0,00%	8,26%
PGR	18,17%	19,21%	0,00%	13,34%
PSGR_semdescobertos	14,05%	17,27%	0,07%	22,35%
PSGR_descobertos	12,66%	13,41%	0,12%	29,76%
EGR	21,55%	30,82%	0,18%	8,42%
ESGR_semdescobertos	22,79%	38,06%	0,00%	6,07%
ESGR_descobertos	22,77%	27,59%	0,25%	16,58%

* Para efeitos de aplicação do LGD, os clientes dos segmentos "Colaboradores" e "Clientes Relevantes" foram inseridos nos restantes segmentos, de acordo com o tipo de produto, tipo de entidade e garantia.

Segmento (2016-12-31)	FCC
Limites de crédito	28,56%
Letras/Livranças	21,42%
Garantias Bancárias	20,00%

Segmento (2015-12-31)	PI	PDC	PDD	LGD
Estado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Colaboradores	6,38%	7,45%	0,00%	*
Cientes Relevantes	27,98%	31,04%	0,00%	*
Crédito à Habitação	9,61%	12,57%	0,00%	3,10%
Crédito ao Consumo	9,82%	23,27%	0,00%	7,83%
PGR	19,43%	21,01%	0,00%	17,93%
PSGR_semdescobertos	15,00%	15,01%	0,11%	24,43%
PSGR_descobertos	18,40%	12,28%	0,11%	22,22%
EGR	19,92%	32,08%	0,38%	9,67%
ESGR_semdescobertos	20,42%	37,21%	0,01%	24,43%
ESGR_descobertos	20,00%	36,27%	0,37%	22,01%

* Para efeitos de aplicação do LGD, os clientes dos segmentos “Colaboradores” e “Clientes Relevantes” foram inseridos nos restantes segmentos, de acordo com o tipo de produto, tipo de entidade e garantia.

Segmento (2015-12-31)	FCC
Limites de crédito	28,99%
Letras/Livranças	7,32%
Garantias Bancárias	20,00%

Reconciliação entre o montante de imparidade apurado de acordo com o modelo acima descrito e os montantes registados nas demonstrações financeiras

2016-12-31

Avaliação	Imparidade patrimonial	Imparidade extrapatrimonial	Imparidade total
Individual	(3 443 807)	(153 558)	(3 597 365)
Coletiva	(2 218 050)	(66 152)	(2 284 202)
Sub-total	(5 661 857)	(219 710)	(5 881 567)
Provisões para outros devedores	-	-	-
Total	(5 661 857)	(219 710)	(5 881 567)

Nota: A imparidade da carteira de crédito não contempla as provisões para outros devedores.

2015-12-31

Avaliação	Imparidade patrimonial	Imparidade extrapatrimonial	Imparidade total
Individual	(3 665)	(30)	(3 695)
Coletiva	(3 189)	(105)	(3 295)
Sub-total	(6 855)	(135)	(6 990)
Provisões para outros devedores	(3)	-	(3)
Total	(6 857)	(135)	(6 993)

Unidade: Milhares de euros

Nota: A imparidade da carteira de crédito não contempla as provisões para outros devedores.

Provisões nas DF	Imparidade patrimonial
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	2 513
Provisões para crédito e juros vencidos	3 196
Provisões para riscos gerais de crédito	2 137
Total	7 846

Unidade: Milhares de euros

6.6 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica não apresenta valores a 31 de dezembro de 2016 e 2015.

No mês de maio de 2014 a Caixa procedeu à venda de OT's 4,95% com maturidade em 25/10/2023 e OT's 4,80% com maturidade em 15/06/2020, que se encontravam classificadas como investimentos detidos até à maturidade. Em virtude desta venda, e de acordo com o disposto na IAS 39, a Caixa só poderá voltar a classificar títulos ao vencimento no decorrer do exercício de 2017.

6.7 Ativos não correntes detidos para venda

O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2016 e 2015 analisa-se como segue:

	Imóveis	Outros Ativos Tangíveis	Total
Saldo em 31/12/2014			
Valor bruto	9.150	25	9.175
Imparidade acumulada	(1.381)	-	(1.381)
Valor líquido	<u>7.769</u>	<u>25</u>	<u>7.794</u>
Movimento			
Adições	3.892	-	3.892
Alienações	(584)	-	(584)
Saldo em 31/12/2015			
Valor bruto	12.458	25	12.483
Imparidade acumulada	(2.437)	-	(2.437)
Valor líquido	<u>10.021</u>	<u>25</u>	<u>10.046</u>
Movimento			
Adições	2.031	-	2.031
Alienações	(943)	-	(943)
Saldo em 31/12/2016			
Valor bruto	13.545	25	13.570
Imparidade acumulada	(3.222)	-	(3.222)
Valor líquido	<u>10.322</u>	<u>25</u>	<u>10.348</u>

Os valores de adições registados nos exercícios de 2015 (€3.892 milhares) e 2016 (€2.031 milhares) referem-se a imóveis recebidos no âmbito de processos de recuperação de crédito.

Durante o exercício de 2016 foram alienados 15 imóveis, registados ao valor de €943 milhares, dos quais resultaram, em termos líquidos, €125 milhares de menos-valias (2015: alienados 3 imóveis, registados ao valor de €584 milhares, dos quais resultaram €13 milhares de mais-valias). Em 2016 foi reforçada a imparidade registada para imóveis em €866 milhares (2015: reversão de €88 milhares).

O movimento ocorrido na imparidade encontra-se explicitado na Nota 6.12.

6.8 Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

	Imóveis de serviço próprio	Equipamento	Ativos tangíveis em curso	Outros ativos tangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015					
Custo	9.610	3.531	50	95	13.287
Amortizações acumuladas	(2.830)	(3.123)	-	(3)	(5.957)
Valor líquido	<u>6.779</u>	<u>409</u>	<u>50</u>	<u>93</u>	<u>7.330</u>
Movimentos no exercício de 2015					
Saldo líquido de abertura	6.779	409	50	93	7.330
Adições	-	67	57	-	124
Transferências	-	54	(71)	-	(17)
Abates	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regularizações)	-	-	-	-	-
Amortizações do exercício	(195)	(154)	-	-	(349)
Saldo líquido de encerramento	<u>6.584</u>	<u>376</u>	<u>36</u>	<u>93</u>	<u>7.088</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015					
Custo	9.610	3.652	36	95	13.394
Amortizações acumuladas	(3.026)	(3.277)	-	(3)	(6.306)
Valor líquido	<u>6.584</u>	<u>376</u>	<u>36</u>	<u>93</u>	<u>7.088</u>
Movimentos no exercício de 2016					
Saldo líquido de abertura	6.584	376	36	93	7.088
Adições	-	80	13	-	94
Transferências	-	26	(26)	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regularizações)	-	-	-	-	-
Amortizações do exercício	(195)	(142)	-	-	(337)
Saldo líquido de encerramento	<u>6.388</u>	<u>341</u>	<u>23</u>	<u>93</u>	<u>6.844</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016					
Custo	9.610	3.759	23	95	13.487
Amortizações acumuladas	(3.221)	(3.419)	-	(3)	(6.643)
Valor líquido	<u>6.389</u>	<u>340</u>	<u>23</u>	<u>92</u>	<u>6.844</u>

As adições mais significativas realizadas na rubrica de Equipamento durante o ano 2016 compreendem a aquisições de ATMs (€34 milhares), de equipamento informático (€18 milhares), de mobiliário diverso (€9 milhares), de equipamento de ar condicionado (€9 milhares) e de máquinas contadoras de notas e moedas (€8 milhares).

Do saldo da rubrica de Ativos tangíveis em curso a 31 de dezembro de 2015, foram passados a definitivo €16 milhares referentes a investimentos realizados na rede de Terminais de Pagamento Automático da CEMAH e € 10 milhares de equipamentos informáticos.

A aquisição mais significativa verificada nos ativos tangíveis em curso (€11 milhares) diz respeito a ATMs. Em 2016 não foram abatidos ao ativo quaisquer equipamentos.

6.9 Ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e 2015 analisa-se como segue:

	Sistemas tratamento automático de dados	Ativos intangíveis em Curso	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015				
Custo	2.672	172	77	2.920
Amortizações acumuladas	(2.025)	-	(62)	(2.086)
Valor líquido	<u>647</u>	<u>172</u>	<u>15</u>	<u>834</u>
Movimentos no exercício de 2015				
Saldo líquido de abertura	647	172	15	834
Adições	35	107	-	142
Transferências	-	-	-	-
Amortizações do exercício	(134)	-	(15)	(149)
Saldo líquido de encerramento	<u>548</u>	<u>279</u>	<u>(0)</u>	<u>827</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015				
Custo	2.707	279	77	3.061
Amortizações acumuladas	(2.158)	-	(77)	(2.234)
Valor líquido	<u>548</u>	<u>279</u>	<u>(0)</u>	<u>827</u>
Movimentos no exercício de 2016				
Saldo líquido de abertura	548	279	(0)	827
Adições	50	272	-	322
Transferências	-	-	-	-
Amortizações do exercício	(117)	-	-	(117)
Saldo líquido de encerramento	<u>481</u>	<u>551</u>	<u>(0)</u>	<u>1.032</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016				
Custo	2.756	551	77	3.384
Amortizações acumuladas	(2.274)	-	(77)	(2.351)
Valor líquido	<u>481</u>	<u>551</u>	<u>(0)</u>	<u>1.032</u>

Das adições registadas em 2016 na rúbrica de sistemas de tratamento automático de dados €41 milhares dizem respeito a renovação de licenciamento, €6 milhares a sistemas de backups e €3 milhares a software de Reporting.

A 31 de dezembro em 2016, do saldo de valor da rubrica Ativos intangíveis em curso constam €177 milhares referentes ao investimento num módulo de fluxo de aprovação e gestão de crédito, €50 milhares de investimento na ferramenta utilizada no sistema de prevenção do branqueamento de capitais e €17milhares de investimento numa ferramenta de Business Intelligence. O montante restante diz respeito ao projeto de Reporting regulamentar.

6.10 Impostos Ativos e Passivos

A origem dos saldos em balanço dos impostos correntes e diferidos, ativos e passivos, pode ser analisada no quadro que se segue:

	2016-12-31		2015-12-31	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Impostos correntes				
IRC	-	679	340	-
	<u>-</u>	<u>679</u>	<u>340</u>	<u>-</u>
Impostos diferidos				
Provisões tributadas:				
- Crédito hipotecário	849	-	848	-
- Excesso Aviso 3/95 - Crédito	187	-	72	-
- Excesso Aviso 3/95 - Imóveis	-	-	-	-
- Riscos gerais de crédito	-	-	-	-
- Risco país	-	-	4	-
Prémios de antiguidade	22	-	32	-
Títulos (reserva justo valor)	115	-	32	-
Responsabilidades passadas Plano Complementar	45	-	-	-
Reavaliação imóveis	(18)	-	(19)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.200</u>	<u>-</u>	<u>969</u>	<u>-</u>
Total de impostos em balanço	<u>1.200</u>	<u>679</u>	<u>1.309</u>	<u>-</u>

A 31 de dezembro de 2016, da rubrica dos Impostos correntes consta imposto a pagar no montante de €679 milhares, resultante da estimativa do imposto a pagar (resultado da diferença entre o lucro tributável apurado, €3.431 milhares, e o prejuízo fiscal relativo ao exercício de 2015, € 433 milhares,

adicionada dos montantes referentes às derramas municipal e estadual e da tributação autónoma) deduzida do valor das retenções na fonte efetuadas por terceiros.

O saldo de IRC a liquidar em 31 de dezembro de 2016 e 2015 decompõe-se assim da seguinte forma:

	2016-12-31
Imposto corrente do exercício	707
Pagamentos por conta, especial por conta, adicional por conta e retenções na fonte	(28)
	<u>679</u>
	2015-12-31
Imposto corrente do exercício	31
Pagamentos por conta, especial por conta e adicional por conta e retenções na fonte	(371)
	<u>(340)</u>

6.11 Outros ativos

A rubrica de Outros ativos apresenta a seguinte decomposição:

	2016-12-31	2015-12-31
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo	-	-
Devedores por bonificações a receber	1.130	1.264
Outros devedores	247	280
	<u>1.377</u>	<u>1.544</u>
Outros activos		
Outras disponibilidades	5	8
Outros imóveis	-	-
Economato	52	45
Numismática e outros metais preciosos	11	11
Outros	27	-
	<u>95</u>	<u>64</u>
Despesas com encargo diferido		
Outras despesas com encargo diferido	78	87
	<u>78</u>	<u>87</u>
Outras contas a regularizar		
Outras operações a regularizar	162	147
	<u>162</u>	<u>147</u>
	<u>1.712</u>	<u>1.842</u>

A rubrica Devedores por bonificações a receber contém os valores a receber do Governo Regional dos Açores (€1.129 milhares) e da Direção Geral do Tesouro (€1 milhar) relativos a bonificações (2015: €1.261 milhares e €1 milhar, respetivamente).

O saldo da rubrica Outras despesas com encargo diferido diz respeito à mensuralização de contratos com fornecedores, a reconhecer nos meses seguintes.

As outras contas a regularizar incluem a 31 de dezembro de 2016 €90 milhares referentes a operações de transferência de moedas metálica para depósito no banco de Portugal.

6.12 Provisões e imparidades

Os movimentos registados nas provisões e imparidades da Caixa durante o exercício de 2016 resumem-se conforme segue:

Movimentos em 2016					
	Saldo em 2015-12-31	Aumentos	Reposições/ (Reversões)	Utilizações/ Transferências	Saldo em 2016-12-31
Provisões para risco-país	18			(18)	-
Outras Provisões	71				71
Total Provisões	89	-	-	(18)	71
Imparidade em crédito	6.990	909	(1.977)	(40)	5.882
Imparidade em tít. e part. financeiras	-	109	(127)	18	-
Imparidade em ativos não financeiros	2.438	930	(64)	(81)	3.222
Total Imparidades	9.428	1.947	(2.168)	(103)	9.104
Total provisões e imparidades	9.517	1.947	(2.168)	(121)	9.175

Movimentos em 2015					
	Saldo em 2014-12-31	Aumentos	Reposições/ (Reversões)	Utilizações/ Transferências	Saldo em 2015-12-31
Provisões para risco-país	-	18	-	-	18
Outras Provisões	58	71	-	(58)	71
Total Provisões	58	89	-	(58)	89
Imparidade em crédito	7.897	7.701	(8.588)	(20)	6.990
Imparidade em tít. e part. financeiras	-	-	-	-	-
Imparidade em ativos não financeiros	1.381	1.895	(777)	(61)	2.438
Total Imparidades	9.278	9.596	(9.365)	(81)	9.428
Total provisões e imparidades	9.337	9.686	(9.365)	(139)	9.517

A partir de 1 de janeiro de 2016, e conforme o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, a CEMAH passou a registar nas suas Contas apenas os valores apurados no âmbito das imparidades.

Das reversões de imparidade para crédito efetuadas em 2016 consta o montante de €1.360 milhares resultante do excedente apurado relativamente a 30 de junho na sequência da revisão realizada do modelo de imparidade da CEMAH.

Relativamente aos acréscimos e reversões da imparidade em ativos não financeiros, estes resultam das avaliações periodicamente efetuadas aos imóveis recebidos para reembolso de crédito próprio.

6.13 Recursos de bancos centrais

Esta rubrica não inclui qualquer valor a 31 de dezembro de 2016.

6.14 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica inclui os depósitos à ordem de outras instituições de crédito num montante global de €28 milhares (31 de dezembro de 2015: €24 milhares).

6.15 Recursos de Clientes

O saldo desta rubrica é composto, quanto à sua natureza, como se segue:

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Recursos de Clientes		
Depósitos à ordem	86.250	65.503
Depósitos a prazo	205.818	184.420
Depósitos de poupança	59.079	89.092
Cheques e ordens a pagar	1.854	2.185
	<u>353.001</u>	<u>341.200</u>
Juros a Pagar	886	1.893
	<u>353.886</u>	<u>343.094</u>

Quanto à duração residual, estes recursos decompõem-se da seguinte forma:

<u>Prazos</u>	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Exigível à vista	89.707	69.582
Exigível a prazo		
Até 3 meses	86.498	74.677
De três meses a um ano	177.605	198.248
De um a cinco anos	75	587
	<u>264.179</u>	<u>273.512</u>
	<u>353.886</u>	<u>343.094</u>

A 31 de dezembro de 2016, as taxas de remuneração dos depósitos à ordem eram de 0% (31 de dezembro de 2015: oscilavam entre 0% e 2%), e as referentes a depósitos a prazo e de poupança variavam entre 0,25% e 2,75% (31 de dezembro de 2015: 0,35% e 4%). Esta descida significativa das taxas de juro testemunha o esforço desenvolvido no sentido da aproximação das taxas praticadas às taxas de referência do mercado.

6.16 Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta a seguinte decomposição:

	2016-12-31	2015-12-31
Responsabilidade com Pensões e outros Benefícios		
Responsabilidades totais (ver Nota 6.18)	20.873	18.970
Valor patrimonial do fundo (ver Nota 6.18)	(18.542)	(17.997)
	<u>2.331</u>	<u>973</u>
Credores e outros recursos		
Outros recursos	15	15
Sector público administrativo	216	285
Outros credores	819	220
	<u>1.050</u>	<u>519</u>
Encargos a pagar		
Serviços prestados por terceiros	57	-
Gastos com pessoal	420	414
Gastos gerais administrativos	23	88
Responsabilidades com prémio de antiguidade (ver Nota 6.16)	58	151
	<u>558</u>	<u>653</u>
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	1.093	2.166
	<u>1.093</u>	<u>2.166</u>
Outros Passivos	<u>5.031</u>	<u>4.311</u>

A rubrica Outros credores, inclui valores a pagar por fornecimento de bens e serviços e €300 milhares referentes a um adiantamento recebido por conta da venda de um imóvel detido para venda. Dos valores a pagar por fornecimentos de serviços destaca-se o montante de €177 milhares referente ao investimento numa aplicação de Business Intelligence.

A rubrica serviços prestados por terceiros inclui o montante vencido e ainda não liquidado de comissões a pagar às entidades gestoras das carteiras de títulos.

As Outras operações a regularizar referem-se essencialmente a movimentos de compensação dos levantamentos em caixas Multibanco por clientes da CEMAH e de débitos diretos junto da SIBS.

6.17 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa com menos de 90 dias de maturidade inicial resumem-se conforme segue:

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Caixa	7.889	7.269
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	29.077	39.505
Disponibilidades à vista em outras IC's	10.654	11.841
Aplicações em IC's com prazos inferiores a 3 meses	21.446	22.425
	<u>69.067</u>	<u>81.040</u>

6.18 Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios

6.18.1 Plano de Pensões, SAMS e Subsídio por Morte

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, encargos com o Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) e responsabilidades com o pagamento do subsídio por morte após reforma, encontram-se asseguradas por um fundo de pensões e são calculadas em conformidade com o estabelecido no IAS 19R. O mesmo se verifica relativamente às responsabilidades com o complemento de pensões.

O BPI Pensões é a entidade responsável por efetuar as avaliações atuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades acima referidas e pela gestão do respetivo fundo de pensões. A avaliação atuarial tem por base o método “Projected Unit Credit” e os seguintes pressupostos atuariais e financeiros:

Plano de Pensões ACT

Hipóteses financeiras

Taxa de desconto	2,00%	2,50%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50%
Taxa de rentabilidade do Fundo	2,50%	2,50%

Hipóteses demográficas

Tábua de mortalidade	TV 88/99	TV 88/99
Tábua de invalidez	50% da EKV 80	50% da EKV 80
Tábua de saídas	n.a.	n.a.
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos

Diferença de idades entre os cônjuges

	<u>Pressupostos</u>	
	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
	2,00%	2,50%
	1,00%	1,00%
	0,50%	0,50%
	2,50%	2,50%
	TV 88/99	TV 88/99
	50% da EKV 80	50% da EKV 80
	n.a.	n.a.
	65 anos	65 anos
	As mulheres são 3	As mulheres são 3
	anos mais novas que	anos mais novas que
	os respectivos	os respectivos
	maridos	maridos
	80,0%	80,0%

Percentagem de Casados

Método de valorização atuarial

Project Unit Credit Method

Plano de Pensões Complementar**Pressupostos****2016-12-31****Hipóteses financeiras**

Taxa de desconto	2,00%
Taxa de crescimento salarial	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%
Taxa de rentabilidade do Fundo	2,50%

Hipóteses demográficas

Tábua de mortalidade	TV 88/99
Tábua de invalidez	N/A
Tábua de saídas	n.a.
Idade normal da reforma	65 anos
Diferença de idades entre os cônjuges	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos
Percentagem de Casados	80,0%

Método de valorização atuarial

Project Unit Credit Method

De salientar que as alterações impostas pelo Decreto-Lei nº 1-A/2011 de 3 de janeiro (ver Nota 2.3.7) implicaram uma revisão ao modelo atuarial adotado, com vista ao reconhecimento futuro do carácter de complementaridade ao RGSS.

O reconhecimento gradual da transferência parcial da cobertura de reforma por velhice está em conformidade com a orientação dada pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em 31 de dezembro de 2016 a Caixa tem 172 participantes no Plano de Pensões ACT, dos quais 124 são trabalhadores no ativo, 31 são reformados, 17 são pensionistas e 12 são ex-trabalhadores (31 de dezembro 2015: 115, 54, 31, 18 e 12, respetivamente). Durante o exercício de 2016 registou-se a saída de um colaborador por rescisão de contrato de trabalho e a inclusão de 59 participantes que terão direito ao benefício do SAMS na reforma.

O Plano de pensões complementar tem, a 31 de dezembro de 2016, 1 participante.

No que respeita à esperança média de vida dos participantes dos planos, estas apresentavam a seguinte decomposição:

Plano de Pensões ACT	2016-12-31	2015-12-31
Esperança média de vida (anos)		
Ativos	40.9	30.1
Ex-Trabalhadores	30.5	30.2
Reformados	15.5	14.9
Pensionistas	12.9	11.9

Plano de Pensões Complementar 2016-12-31**Esperança média de vida (anos)**

Ativos 23.7

As responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS, Subsídio de Morte e respetiva cobertura do Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2016 resumem-se como segue:

Plano de Pensões ACT	2016-12-31	2015-12-31
Responsabilidades por serviços passados		
Ativos e ex-trabalhadores	11.068	9.719
Reformados e pensionistas	9.189	9.251
Inscritos na SS antes de 2011	59	-
	<u>20.315</u>	<u>18.970</u>
Situação patrimonial do fundo de pensões	18.056	17.997
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	<u>(2.260)</u>	<u>(973)</u>
Plano de Pensões Complementar	2016-12-31	-
Responsabilidades por serviços passados		
Ativos	557	
	<u>557</u>	
Situação patrimonial do fundo de pensões	486	
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	<u>(71)</u>	

Por forma a dar cumprimento ao mínimo de financiamento exigido pelo Banco de Portugal, €1.243 milhares para o Plano de Pensões ACT e €44 milhares para o Plano Complementar, (correspondendo a 95% das responsabilidades passadas com ativos e 100% das responsabilidades com reformados e pensionistas), em fevereiro de 2017 a CEMAH efetuou uma contribuição no montante de €500 milhares, sendo que o restante montante a financiar será efetuado através da entrega de 2 imóveis ao Fundo, o que se prevê que venha a ocorrer ainda durante o primeiro trimestre de 2017.

A evolução do valor atual das responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS e Subsídio por morte pode ser analisada como segue:

Plano de Pensões ACT	2016-12-31	2015-12-31
Responsabilidades no início do exercício	18.970	19.134
Custo do serviço corrente	37	58
Custo dos juros	467	472
Pensões Pagas	(672)	(593)
Alterações ao Plano	(219)	-
Remensurações	1.731	(101)
Responsabilidades no fim do exercício	20.315	18.970

Plano de Pensões Complementar	2016-12-31
Responsabilidades no início do exercício	-
Custo do serviço corrente	16
Custo dos juros	13
Pensões Pagas	-
Alterações ao Plano	499
Remensurações	29
Responsabilidades no fim do exercício	557

Em 31 de dezembro de 2016 a duração média das responsabilidades destes benefícios é de 14,46 anos (31 de dezembro de 2015: 14,95 anos) para o plano ACT e de 15,7 anos para o plano complementar.

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2016 e de 2015, relativo aos valores dos ativos dos Fundos de Pensões foi como segue:

Plano de Pensões ACT	2016-12-31	2015-12-31
Valor do Fundo de Pensões no início do exercício	17.997	15.860
Contribuições	486	2.537
Pagamento de Pensões, SAMS e Prémio Seguro de Vida	(709)	(690)
Rendimento esperado dos activos	455	392
Remensurações	(173)	(103)
Valor do Fundo de Pensões no final do exercício	18.056	17.997

Plano de Pensões Complementar	2016-12-31
Valor do Fundo de Pensões no início do exercício	0
Contribuições	474
Pagamento de Pensões, SAMS e Prémio Seguro de Vida	0
Rendimento esperado dos activos	10
Remensurações	1
Valor do Fundo de Pensões no final do exercício	486

A taxa de rentabilidade real do Plano de pensões ACT em 2016 foi de 1,87% (2015: 1,8%). A taxa de rentabilidade real do Plano de pensões complementar em 2016 foi de 1,87%.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os montantes reconhecidos na demonstração de resultados da CEMAH relacionados com a cobertura de responsabilidades com pensões, SAMS e Subsídio de morte resumem-se como segue:

Plano de Pensões ACT	2016-12-31	2015-12-31
Custo dos serviços correntes	38	58
Custo dos juros	467	472
Rendimento esperado dos ativos	(455)	(391)
Contribuições dos participantes e reembolso GRA	(51)	(50)
Prémio de seguro	43	38
Alterações ao plano	(219)	
Total incluído em Custos com pessoal	(176)	127

Plano de Pensões Complementar	2016-12-31
Custo dos serviços correntes	16
Custo dos juros	13
Rendimento esperado dos ativos	(10)
Contribuições dos participantes e reembolso GRA	-
Prémio de seguro	-
Alterações ao plano	499
Total incluído em Custos com pessoal	518

Em 31 de dezembro de 2016, os montantes reconhecidos em balanço relacionados com responsabilidades com pensões, SAMS, subsídio de morte e respetiva cobertura encontram-se refletivos na nota 6.16.

As remensurações do exercício, registadas em Outro rendimento integral, decompõem-se como segue:

Plano de Pensões ACT	2016-12-31	2015-12-31
Taxa de rentabilidade do Fundo	(173)	(102)
Responsabilidades nas pensões	(284)	101
Outros	(1.441)	(58)
	(1.898)	(59)

Plano de Pensões Complementar

	<u>2016-12-31</u>
Taxa de rentabilidade do Fundo	1
Responsabilidades nas pensões	14
Outros	(43)
	<u>(28)</u>

As remensurações decompõem-se pelas seguintes categorias:

Plano de Pensões ACT

	<u>2016-12-31</u>		
	<u>Passivo do plano</u>	<u>Ativo do plano</u>	<u>Total</u>
Desvios financeiros	-	173	173
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	284	-	284
Desvios de alteração de pressupostos	1.447	-	1.447
	<u>1.731</u>	<u>173</u>	<u>1.904</u>

Plano de Pensões ACT

	<u>2015-12-31</u>		
	<u>Passivo do plano</u>	<u>Ativo do plano</u>	<u>Total</u>
Desvios financeiros	-	102	102
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	(101)	-	(101)
	<u>(101)</u>	<u>102</u>	<u>1</u>

Plano de Pensões Complementar

	<u>2016-12-31</u>		
	<u>Passivo do plano</u>	<u>Ativo do plano</u>	<u>Total</u>
Desvios financeiros	-	(1)	(1)
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	(14)	-	(14)
Desvios de alteração de pressupostos	43	-	43
	<u>29</u>	<u>(1)</u>	<u>28</u>

A 31 de dezembro de 2016, os ativos do Fundo apresentam a seguinte decomposição:

	2016-12-31		2015-12-31	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Obrigações	10.324	55,7%	8.927	49,5%
Ações	4.173	22,5%	3.216	17,9%
Imobiliário	131	0,7%	206	1,1%
Retorno Absoluto	844	4,6%	657	3,7%
Liquidez	3.070	16,6%	4.991	27,7%
	<u>18.542</u>	<u>100,0%</u>	<u>17.997</u>	<u>100,0%</u>

6.18.2 Prémio de Antiguidade

O montante das responsabilidades com serviços passados relativas ao prémio de permanência a 31 de dezembro de 2016 é de €58 milhares. O montante das responsabilidades com serviços passados relativas ao prémio de antiguidade a 31 de dezembro de 2015 era de €151 milhares. Estas responsabilidades encontram-se registadas na rubrica Outros passivos (ver Nota 6.16).

6.18.3 Análises de Sensibilidade

Os impactos das análises de sensibilidade efetuadas para o plano de pensões, plano complementar e para o prémio de permanência (prémio de antiguidade em 2015) são as seguintes:

	2016			2015		
	P plano de Pensões ACT	P plano de Pensões Complementar	Prémio de Permanência	P plano de Pensões ACT	P plano de Pensões Complementar	Prémio de Antiguidade
Taxa de desconto - 0.5%	1623	46	6	1503	-	6
Taxa de desconto +0.5%	(1447)	(42)	(5)	(1341)	-	(6)
Taxa de crescimento das pensões - 0.5%	(1101)	(30)	-	(1024)	-	-
Taxa de crescimento das pensões +0.5%	1209	33	-	1119	-	-
Taxa de crescimento dos salários - 0.5%	(428)	(13)	(3)	(426)	-	(6)
Taxa de crescimento dos salários +0.5%	464	13	4	459	-	6
Esperança de vida + 1ano	710	19	-	(667)	-	-
Esperança de vida - 1ano	(710)	(19)	-	663	-	-

6.19 Capital, reserva de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

Capital

Em 31 de dezembro de 2016, o capital estatutário da Caixa é de €18.148 milhares encontrando-se totalmente realizado (31 de dezembro de 2015 €18.122 milhares). A Caixa é detida a 100% pela Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Conforme deliberação da Assembleia-geral de 21 de março de 2016, o resultado líquido da Caixa referente ao exercício de 2015, no montante de €549 milhares foi distribuído da seguinte forma: €389 milhares para resultados transitados para amortização do impacto do acréscimo das responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31 de dezembro de 2005; €58 milhares para resultados transitados para amortização do impacto das remensurações decorrentes da aplicação da versão revista do IAS 19; €26 milhares para Capital; €26 milhares para Reserva Legal, €26 milhares para Reserva Estatutária e €26 milhares para Resultados Transitados, montante este correspondente ao valor que, na sequência da orientação emitida pelo Banco de Portugal, não foi possível distribuir ao acionista.

No decurso do exercício de 2016, o capital registou então um aumento de cerca de €26 milhares, resultante da afetação anual do resultado líquido do exercício (de acordo com os Estatutos da Instituição – art.º 30.º, os resultados da CEMAH, depois de feitas as amortizações, constituídas as devidas provisões e deduzidos os encargos e gastos legais e institucionais, devem ter, sem prejuízo das disposições da Lei, a seguinte aplicação: 25% para reserva legal até ser atingido o respetivo limite legal de formação; 25% para reserva especial e do remanescente, 50% deve ser aplicado no aumento do capital institucional da CEMAH e os restantes 50% serão entregues à SCMAH).

Reserva de reavaliação

Os saldos das contas de reserva de reavaliação decompõem-se da seguinte forma:

	31-12-2016	31-12-2015
Reserva reavaliação		
Reserva de justo valor (Ver Nota 6.4)	(548)	(153)
Reservas de reavaliação legal	569	569
	<u>22</u>	<u>416</u>
Impostos diferidos	115	32
	<u>137</u>	<u>448</u>

A rubrica reserva de justo valor diz respeito à variação do justo valor dos títulos registados em ativos financeiros disponíveis para venda.

O saldo apresentado na rubrica Reserva de reavaliação legal em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, no montante de €569 milhares, resulta da reavaliação efetuada em exercícios anteriores dos imóveis de serviço próprio, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro. Não foi efetuada qualquer reavaliação de ativos tangíveis durante os exercícios de 2016 e de 2015.

A reserva de reavaliação legal apenas poderá ser movimentada quando se considerar realizada, total ou parcialmente, e de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- (i) para corrigir qualquer excedente que se verifique, à data da reavaliação, entre o valor líquido contabilístico dos elementos reavaliados e o seu valor real atual;
- (ii) para cobrir prejuízos acumulados até à data a que se reporta a reavaliação, inclusive; e
- (iii) para incorporação no capital social, na parte remanescente.

Outras reservas e resultados transitados

Os saldos das contas de outras reservas e resultados transitados decompõem-se da seguinte forma:

	2016-12-31	2015-12-31
Reserva legal	2.061	2.035
Reserva Especial	4.029	4.004
Resultados Transitados	(3.397)	(2.731)
	<u>2.693</u>	<u>3.308</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	2016-12-31	2015-12-31
Reserva legal		
Saldo em 1 de janeiro	2 035	2 035
Transf. Resultados Transitados	26	-
Transf. Para Capital	-	-
Saldo no fim do período	<u>2 061</u>	<u>2 035</u>
Reserva especial		
Saldo em 1 de janeiro	4 004	4 004
Transf. Resultados Transitados	26	-
Saldo no fim do período	<u>4 030</u>	<u>4 004</u>
Resultados Transitados		
Saldo em 1 de janeiro	(2 731)	(2 137)
Resultado líquido ano anterior	447	(342)
Aplicação de resultados - Adoção NIC	827	-
Alocação impostos variaçõe patrimoniais	(39)	-
Amortização de diferença em responsabilidades com pensões (Transição NCA)	-	(194)
IAS 19 - Remensurações	(1 926)	(58)
Transf.p/ Capital	26	-
Distribuição dividendos	-	-
Transf.p/ reserva legal	-	-
Transf.p/ outras reservas	-	-
Impostos diferidos	-	-
Saldo no fim do período	<u>(3 397)</u>	<u>(2 731)</u>
	<u>2 693</u>	<u>3 308</u>

A reserva legal destina-se a ocorrer a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias, conforme o artigo 7.º dos Estatutos da CEMAH. Também estatutariamente, o montante a creditar anualmente foi estabelecido para 25% do lucro líquido anual, percentagem essa, superior ao mínimo fixado legalmente. Durante o exercício de 2016 esta reserva sofreu um acréscimo de €26 milhares (2015: €0 milhares).

De acordo com os normativos em vigor, e previsto no artigo 8.º dos mesmos Estatutos, as instituições de crédito devem constituir reservas especiais destinadas a reforçar a situação líquida ou a cobrir prejuízos que a conta de lucros e perdas não possa suportar. Neste âmbito, e conforme estabelecido nos Estatutos, o montante a creditar anualmente é de 25% do lucro líquido anual, tendo esta reserva registado um acréscimo de €26 milhares durante o exercício de 2016 (2015: €0 milhares).

A 1 de janeiro de 2016, como resultado da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade na sequência da aplicação do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, a CEMAH apurou um ajustamento positivo no seu capital próprio no montante de €827 milhares.

Do montante de €-1.926 milhares de remensurações registadas, €-1.490 milhares teve origem na alteração da taxa de desconto considerada de 2,5% para 2%.

6.20 Contas extrapatrimoniais

As rubricas extrapatrimoniais apresentam a seguinte decomposição:

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	9.095	9.206
Outras garantias prestadas e outros passivos eventuais	30	30
Ativos dados em garantia (i)	6.591	5.652
	<u>15.715</u>	<u>14.888</u>
Garantias recebidas		
Garantias pessoais/institucionais		
Garantias e avales - Residentes	57.350	37.150
Garantias reais (activos recebidos em garantia)		
Créditos - Residentes	165.189	246.841
	<u>222.538</u>	<u>283.991</u>
Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis		
Crédito autorizado ao abrigo de contratos de mútuo, não utilizado	18.235	18.353
Outros compromissos	872	872
Linhas de crédito revogáveis	1.524	1.579
	<u>20.630</u>	<u>20.804</u>
Compromissos assumidos por terceiros		
Por compromissos irrevogáveis		
Por linhas de crédito irrevogáveis (ii)	4.000	2.900
	<u>4.000</u>	<u>2.900</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores	44	44
De cobrança de valores	1.499	1.224
	<u>1.544</u>	<u>1.268</u>
Serviços prestados por terceiros		
Por depósito e guarda de valores - Ativos sob gestão (iii)	105.798	81.117
	<u>105.798</u>	<u>81.117</u>
Outras contas extrapatrimoniais		
Créditos abatidos ao ativo	1.633	1.503
Juros vencidos	117	138
Contas diversas (iv)	137.847	126.816
	<u>139.597</u>	<u>128.457</u>

- (i) Diz respeito aos títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos e ao Banco de Portugal no valor de €6.591 milhares (2015: €5.652 milhares);
- (ii) Linha de crédito intradiária no Banco de Portugal;
- (iii) Inclui ativos financeiros administrados por terceiros, representados por títulos, disponibilidades e aplicações a prazo (carteiras de títulos com contrato de gestão);
- (iv) Inclui os valores de crédito vivo e vencido dos contratos renegociados.

6.21 Margem Financeira

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades s/ Bancos Centrais	0	1
Disponibilidades s/ Instituições de Crédito	2	4
Aplicações Instituições de Crédito		
Mercado monetário interbancário	39	63
Depósitos	131	397
Crédito clientes		
Empresas e Administrações Públicas		
Descontos e out. cred. titulados p/ efeitos	427	584
Empréstimos	3.572	4.116
Crédito conta corrente	53	77
Descobertos DO	1.043	1.516
Particulares		
Habitação	589	583
Consumo	566	674
Outras finalidades		
Descontos e out. cred. titulados p/ efeitos	47	104
Empréstimos	1.516	1.528
Crédito conta corrente	9	14
Descobertos DO	193	278
Outros créditos e valores a receber (titulados)	146	163
Crédito vencido	520	315
Juros e rendimentos similares outros activos	1.281	1.050
Devedores e outras aplicações	-	-
Comissões recebidas associadas a operações de crédito	104	109
	<u>10.238</u>	<u>11.576</u>
Juros e encargos similares:		
Recursos de bancos Centrais	-	-
Recursos IC país	-	-
Depósitos à ordem	44	128
Depósitos a prazo do tipo promissória	2.587	3.766
Depósitos a prazo do tipo poupança	1.068	2.397
	<u>3.699</u>	<u>6.291</u>
Margem financeira	<u>6.539</u>	<u>5.285</u>

Em 2016, das variações registadas na margem financeira, salienta-se a redução verificada tanto nos juros das aplicações como dos juros dos recursos da CEMAH, o que é resultado tanto da redução das taxas de juro de mercado face ao ano anterior como, no particularmente no caso dos juros dos depósitos de clientes, da aproximação do preçário da CEMAH às condições do mercado. Face a 2015, os juros das aplicações a prazo da CEMAH registaram uma redução de €290 milhares, os juros do crédito um decréscimo de €1.270 milhares e os juros dos recursos de clientes uma diminuição de €2.592 milhares (apesar de um aumento de cerca de €10.000 milhares registado no volume de depósitos).

Os juros e rendimentos similares de outros ativos, que registaram um crescimento de €231 milhares relativamente a 2015, correspondem ao rendimento dos ativos financeiros disponíveis para venda, que sofreram um aumento de aproximadamente €26.000 milhares face a 31 de dezembro de 2015, como uma alternativa de aplicação do excedente de liquidez da CEMAH diferente dos depósitos em outras instituições de crédito e da sua manutenção junto do Banco de Portugal, onde se encontraria sujeito a uma taxa de juro negativa.

6.22 Rendimentos de instrumentos de Capital

Dos €159 milhares do valor da rubrica Rendimentos de instrumentos de capital constam €37 milhares de dividendos recebidos da participação na SIBS.

6.23 Comissões Líquidas

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Outras comissões recebidas		
Por serviços bancários prestados	257	203
Por garantias prestadas	371	420
Emissão de cheques	84	91
Comissões de processamento	465	468
Multibanco	647	637
Comissões de manutenção	14	18
Comissão levantamento numerário	55	55
Outras	9	6
	<u>1.902</u>	<u>1.898</u>
Outras comissões pagas		
Por operações realizadas por terceiros	(88)	(119)
Outras	(785)	(523)
	<u>(873)</u>	<u>(642)</u>
	<u>1.028</u>	<u>1.256</u>

Das comissões recebidas associadas ao Multibanco, €270 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário. Das Outras comissões pagas, €252 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário.

Ainda das Outras comissões pagas constam €429 milhares de comissões pagas às entidades gestoras e depositárias da carteira de títulos da CEMAH.

6.24 Resultados líquidos em operações financeiras

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Ganhos e perdas em diferenças cambiais	251	158
Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	926	1.579
Ganhos e perdas em investimentos detidos até à maturidade (ver Nota 6.6)	-	-
	<u>1.176</u>	<u>1.737</u>

Os resultados cambiais relacionam-se essencialmente com ganhos associados aos câmbios EUR/USD e EUR/CAD, que registaram um aumento de €93 milhares face ao ano anterior.

Os ganhos e perdas registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda em 2016 foram inferiores em € 653 milhares aos realizados em 2015.

6.25 Outros resultados de exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Rendimentos e receitas operacionais		
Ganhos em outros ativos tangíveis	14	27
Outras receitas operacionais	459	128
	<u>472</u>	<u>155</u>
Encargos e gastos operacionais		
Quotizações e donativos	20	32
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	0	12
Perdas em activos não financeiros	57	13
Outros gastos operacionais	277	155
Outros impostos	54	34
	<u>408</u>	<u>246</u>
	<u>64</u>	<u>(92)</u>

Os ganhos em outros ativos tangíveis e as perdas em ativos não financeiros respeitam, respetivamente, a mais-valias e menos-valias realizadas na alienação de imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio.

Dos valores registados em outras receitas operacionais constam, entre outros, rendas de imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio, recebimentos de créditos considerados incobráveis e os incentivos recebidos do Governo Regional associados à promoção do emprego (PIIE e Integra).

Dos outros gastos operacionais constam, entre outros, as perdas suportadas pela CEMAH aquando de abatimentos ao ativo, pagamentos efetuados pela utilização dos serviços da Bloomberg e do BPnet do Banco de Portugal, bem como a contribuição para os Fundos de Resolução e Único de Resolução.

6.26 Custos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	313	237
Remunerações dos empregados	2.377	2.316
Encargos sociais obrigatórios	1.268	886
Outros custos com pessoal	71	145
	<u>4.029</u>	<u>3.584</u>

Durante os exercícios de 2016 e 2015 o número médio de empregados e administradores executivos ao serviço da CEMAH apresenta-se como segue:

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Administradores executivos	3	2
Quadros superiores	10	12
Outros quadros	18	17
Administrativos	18	15
Outros colaboradores	63	60
	<u>112</u>	<u>106</u>

6.27 Gastos gerais administrativos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Gastos gerais administrativos		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	82	81
Material de consumo corrente	109	106
Publicações	4	5
Material de higiene e limpeza	4	4
Outros fornecimentos de terceiros	58	48
Com serviços		
Rendas e alugueres	110	111
Comunicações	290	232
Deslocações, estadas e representação	92	49
Publicidade e edição de publicações	79	72
Conservação e reparação	165	154
Formação de pessoal	33	36
Seguros	25	24
Serviços especializados	1.132	1.305
Outros serviços de terceiros	22	21
	<u>2.207</u>	<u>2.248</u>

No âmbito dos gastos gerais administrativos suportados pela CEMAH assumem particular relevância os valores referentes aos serviços especializados, no montante de €1.132 milhares (2015: €1.305 milhares), representando àquela data cerca de 51% (2015: 58%) do total de gastos gerais administrativos. Estes incluem essencialmente a prestação de serviços pela SIBS e os honorários dos auditores e outros consultores externos.

Assumem também valores significativos os gastos referentes a comunicações, no montante de €290 milhares (2015: 232 milhares), necessárias ao desenvolvimento da atividade da Caixa.

Também a necessidade de se proceder à manutenção e reparação contínua do património imobiliário tem exigido um esforço financeiro significativo à CEMAH, conforme se pode verificar pelo peso da respetiva rubrica no total dos gastos gerais administrativos que em 31 de dezembro de 2016 ascende a €165 milhares (2015: €154 milhares).

Dando cumprimento à alínea b) do n.º1 do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, os montantes totais pagos pelos serviços contratados durante o exercício de 2016 com a sociedade de revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados resumem-se conforme:

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Revisão Legal de Contas	122	120
Outros serviços de garantia e fiabilidade	-	58
Outros	80	99
	<u>202</u>	<u>277</u>

Os honorários relativos à revisão legal de contas incluem os serviços no âmbito da emissão dos relatórios sobre a imparidade de crédito, bem como os serviços no âmbito da emissão do Parecer sobre o sistema de controlo interno.

Os honorários relativos a serviços distintos de auditoria incluem serviços de assistência fiscal e serviços de revisão do modelo de imparidade de crédito a clientes, ambos em curso no decorrer do exercício de 2016.

6.28 Impostos sobre lucros

Os lucros apurados pela CEMAH são tributados em sede de IRC. A liquidação e pagamento do IRC são efetuados com base na declaração modelo 22, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos fiscais, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

Apuramento do imposto corrente do exercício

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Resultado antes de impostos	2.379	749
Variações patrimoniais não dedutíveis	1.385	(252)
Provisões/Imparidades não dedutíveis ou acima dos limites fiscais	157	3.635
Reversão de provisões/Imparidades tributadas	(863)	(4.582)
Mais e menos valias fiscais	1	-
Outros valores	372	(55)
Resultado fiscal	<u>3.431</u>	<u>(504)</u>

A taxa nominal de imposto é de 21% (ver Nota 2.3.9). A taxa efetiva de imposto encontra-se influenciada este ano, essencialmente, pelas variações patrimoniais relacionada com o Fundo de Pensões e com a transição para as Normas Internacionais de Contabilidade.

Relativamente ao exercício de 2015 a CEMAH apurou um prejuízo fiscal (€433 milhares), que poderá ser integralmente deduzido ao lucro tributável de 2016. A esta diferença serão adicionados os valores referentes às derramas municipal (€11 milhares) e estadual (€58 milhares) e tributação autónoma (€9 milhares), tendo o montante do imposto a pagar referente a 2016 um valor estimado em €707 milhares. Este montante foi alocado a capital próprio (€323 milhares) e a resultados do exercício (€384 milhares) em função do peso das variações patrimoniais na matéria coletável.

Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço em 31 de dezembro de 2016:

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Imposto corrente do exercício	384	31
Regularização de estimativa do exercício anterior	(10)	(67)
	<u>374</u>	<u>(36)</u>

Apuramento do imposto diferido do exercício

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o valor dos impostos diferidos ativos e passivos registados em balanço é como segue:

	<u>2016-12-31</u>	<u>2015-12-31</u>
Impostos diferidos:		
Ativos	1.200	969
Passivos	-	-
	<u>1.200</u>	<u>969</u>
Registados por contrapartida de:		
Resultados do exercício	(136)	(250)
Reservas de reavaliação (justo valor)	83	257
Outras reservas e resultados transitados	-	-
	<u>(53)</u>	<u>8</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados durante os exercícios de 2016 e 2015 é como segue:

2016	Impostos diferidos					
	Base para imposto		Balanço		Resultados	Reserva
	01.01.2016	31.12.2016	01.01.2016	31.12.2016	31.12.2016	justo valor 31.12.2016
Descrição						
Provisões tributadas:						
- Crédito hipotecário	4.032	4.045	848	849	1	-
- Excesso Aviso 3/95 - Crédito	1.707	891	72	187	(169)	
- Excesso Aviso 3/95 - Imóveis	-	-	-	-	-	
- Riscos gerais de crédito	-	-	-	-	-	
- Riscos país	18	-	4	-	(4)	
Prémios de antiguidade	151	106	32	22	(9)	
Títulos (reserva justo valor)	153	548	32	115	-	83
Resp. passadas fundo complementar	-	213	-	45	45	
Reavaliação imóveis	(93)	(88)	(19)	(18)	1	
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	-	
	<u>5.968</u>	<u>5.714</u>	<u>969</u>	<u>1.200</u>	<u>(136)</u>	<u>83</u>

2015	Impostos diferidos					
	Base para imposto		Balanço		Resultados	Reserva
	01.01.2015	31.12.2015	01.01.2015	31.12.2015	31.12.2015	justo valor 31.12.2015
Descrição						
Provisões tributadas:						
- Crédito hipotecário	1.646	4.032	346	848	502	-
- Excesso Aviso 3/95 - Crédito	3.592	1.707	754	72	(682)	
- Excesso Aviso 3/95 - Imóveis	419	-	88	-	(88)	
- Riscos gerais de crédito	-	-	-	-	-	
- Riscos país	-	18	-	4	4	
Prémios de antiguidade	168	151	35	32	(4)	
Títulos (reserva justo valor)	(1.071)	153	(225)	32	-	257
Reavaliação imóveis	(97)	(93)	(20)	(19)	1	
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	-	
	<u>4.657</u>	<u>5.968</u>	<u>978</u>	<u>969</u>	<u>(266)</u>	<u>257</u>

Os ativos e passivos por impostos diferidos correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre a base contabilística dos ativos e passivos e a sua base fiscal. Os impostos diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo, mais concretamente à taxa de 21%.

A já referida revogação do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95 e a entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 5/2016 levaram a que a CEMAH apurasse um montante de imposto a pagar de €284 milhares, correspondente ao imposto referente a provisões para crédito não hipotecário que, no âmbito do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, haviam sido aceites como custo fiscal em períodos de tributação anteriores. Este montante foi refletido no balanço NIC na rubrica de impostos diferidos associados a crédito não hipotecário.

6.29 Transações com entidades relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as entidades relacionadas da Caixa são as seguintes:

Acionista

Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Outras empresas relacionadas

SOMAR, Lda.

Membros do Conselho de Administração

António Gabriel Fraga Martins Maio

Eduardo Barbosa do Couto

Maria Laurentina Nunes Mendes

Membros do Conselho Fiscal

José António de Azevedo Pereira (até junho de 2016)

João Pedro Mendes de Menezes Cardoso

Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira

Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins (após junho de 2016)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o montante global dos ativos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas resume-se como segue:

31 de Dezembro de 2016	Membros				Total
	Acionista	Entidades relacionadas	do Conselho de Administração	do Conselho Fiscal	
Ativos					
Crédito	1.708	447	48	-	2.203
	<u>1.708</u>	<u>447</u>	<u>48</u>	<u>-</u>	<u>2.203</u>
Passivos					
Depósitos	448	-	240	8	696
	<u>448</u>	<u>-</u>	<u>240</u>	<u>8</u>	<u>696</u>
Proveitos					
Juros e rendimentos similares	1	6	0	0	7
Comissões recebidas	0	0	-	-	0
	<u>1</u>	<u>6</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>7</u>
Custos					
Juros e encargos similares	4	-	2	-	6
Donativos	-	-	-	-	-
	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>6</u>
Extrapatrimoniais					
Garantias prestadas e outros passivos e	0	-	-	-	0
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>0</u>

31 de Dezembro de 2015	Membros				Total
	Acionista	Entidades relacionadas	do Conselho de Administração	Membros do Conselho Fiscal	
Ativos					
Crédito	1.283	391	49	-	1.723
	<u>1.283</u>	<u>391</u>	<u>49</u>	<u>-</u>	<u>1.723</u>
Passivos					
Depósitos	441	-	208	-	649
	<u>441</u>	<u>-</u>	<u>208</u>	<u>-</u>	<u>649</u>
Proveitos					
Juros e rendimentos similares	2	15	1	-	18
Comissões recebidas	0	0	-	-	0
	<u>2</u>	<u>15</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>18</u>
Custos					
Juros e encargos similares	6	-	5	-	11
Donativos	-	-	-	-	-
	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>11</u>
Extrapatrimoniais					
Garantias prestadas e outros passivos e	0	24	-	-	24
	<u>-</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24</u>

De salientar que todas as operações passivas e ativas com entidades relacionadas foram transacionadas de acordo com o preço normal da Caixa.

O movimento nos exercícios de 2016 e 2015 referente a crédito concedido e depósitos recebidos de entidades relacionadas resume-se como segue:

	Acionista		Entidades relacionadas		Membros do Conselho de Administração		Membros do Conselho Fiscal	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Empréstimos								
Empréstimos em 1 de janeiro	1.283	1.732	391	451	49	50	-	-
Empréstimos emitidos durante o ano	1.900	1.900	260	301	37	37	-	-
Empréstimos pagos durante o ano	(980)	(2.349)	(204)	(361)	(38)	(38)	-	-
Empréstimos em 31 de dezembro	<u>2.203</u>	<u>1.283</u>	<u>447</u>	<u>391</u>	<u>48</u>	<u>49</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Rendimento de juros	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>6</u>	<u>15</u>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Depósitos								
Depósitos em 1 de janeiro	441	136	-	-	208	143	-	-
Movimentos líquidos do ano	7	304	-	-	32	65	8	-
Depósitos em 31 de dezembro	<u>448</u>	<u>441</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>240</u>	<u>208</u>	<u>8</u>	<u>-</u>
Custo de juros de depósitos	<u>4</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

6.30 Passivos contingentes

Passivos contingentes originados pelo Fundo de Resolução

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal em 3 de agosto de 2014 decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do nº5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”), que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito. De acordo com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei nº 31-A/2012, de 10 de fevereiro.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou Euros 4.900 milhões. Desse montante Euros 377 milhões correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução de Euros 700 milhões, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (Euros 3.823 milhões) teve origem num empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Os fundos que possam vir a ser gerados com a venda do Novo Banco serão integralmente afetos ao Fundo de Resolução.

Em 29 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas, de montante nominal aproximadamente Euros 2 mil milhões, e que foram destinadas a investidores institucionais, e procedeu a um ajustamento final do perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão transferidos para o Novo Banco.

Ainda durante o mês de dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) ao Banco Santander Totta, por 150 milhões de euros, no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado de Euros 2.255 milhões que visou cobrir contingências futuras, financiado em Euros 489 milhões pelo Fundo de Resolução e em Euros 1.766 milhões diretamente pelo Estado Português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos a alienar. No contexto desta medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do

seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de Euros 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português. No Banif, que será alvo de futura liquidação, permanecerão um conjunto restrito de ativos, bem como as posições acionistas, dos credores subordinados e de partes relacionadas.

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 31-A/2012, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o setor bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

Decorrente das deliberações referidas acima, o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução é significativo, bem como o risco de uma eventual insuficiência de recursos para assegurar o cumprimento das responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos contraídos.

É neste enquadramento que, no segundo semestre de 2016, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução por forma a preservar a estabilidade financeira, por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução. Para o efeito, foi recentemente formalizado um aditamento aos contratos de empréstimo ao Fundo de Resolução, que introduz um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, às taxas de remuneração e outros termos e condições associados a esses empréstimos por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

Neste contexto, tendo por base a informação atualmente disponível, é entendimento do Conselho de Administração, que são reduzidos os riscos de que possam resultar encargos adicionais para a Caixa a respeito do conjunto de responsabilidades acima explicitadas e que recaem sobre o Fundo de Resolução.

6.31 Eventos subsequentes

Não foram identificados quaisquer factos relevantes ocorridos após 31 de dezembro de 2016.

- : - : - : - : - : -

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da CEMAH. Verificámos a evolução das contas, numa base trimestral, bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da CEMAH e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pelo Revisor Oficial de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., dos quais recebemos o Relatório Adicional nos termos dos n.º 1, 2 e 6 do artigo 24.º do Decreto-Lei 148/2015 e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordamos.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da CEMAH, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da CEMAH evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da CEMAH com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

jud
S
E

Angra do Heroísmo, 17 de março de 2017



João Pedro Mendes de Menezes Cardoso (Presidente do Conselho Fiscal)



Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira (Vogal do Conselho Fiscal)



Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins (Vogal do Conselho Fiscal)

Os Membros do Conselho Fiscal

João Pedro Cardoso
Paula Teixeira
Carla Bretão Martins

Certificação Legal de Contas



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (a CEMAH), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 382.580 milhares de euros e um total de capital próprio de 22.846 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 1.868 milhares de euros), a demonstração de resultados, a demonstração de rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da CEMAH nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Imparidade de crédito a clientes**Divulgações relacionadas com a imparidade de crédito a clientes apresentadas nas notas 2.3.1.1, 6.5 e 6.12 do anexo às demonstrações financeiras**

A significativa expressão da rubrica de Crédito a clientes e as perdas por imparidade que lhes estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte da gestão no que respeita à identificação, quer do momento do reconhecimento quer do correspondente montante, justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2016, o valor bruto da rubrica de Crédito a clientes ascende a 210.475 milhares de euros (2015: 213.055 milhares de euros) e as perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a 5.882 milhares de euros (2015: 6.990 milhares de euros).

De acordo com o modelo de avaliação de imparidades em vigor na CEMAH as perdas por imparidade na carteira de crédito a clientes são apuradas em termos individuais, através de uma análise casuística de uma componente significativa da carteira, sendo que para o remanescente da carteira a imparidade é apurada em termos coletivos, nos termos que a seguir resumimos:

- Para os clientes que apresentem exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante das suas responsabilidades ou da existência de indícios de incumprimento, bem como clientes classificados em função de determinados critérios definidos internamente, a CEMAH desenvolveu um processo de análise individual. Nestes casos, a imparidade é apurada através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente individualmente, tendo por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão no futuro ser gerados pelo cliente para o cumprimento das suas

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a revisão dos controlos instituídos pela CEMAH no que se refere à aprovação, registo e monitorização do crédito concedido a clientes, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pela gestão no apuramento das perdas por imparidade. Estes procedimentos abrangeram, de entre outros, o teste detalhado aos controlos de gestão do risco de crédito, com particular ênfase nos controlos internos subjacentes à atempada identificação, correta mensuração e registo das perdas por imparidade.

Neste âmbito, testámos o desenho e a eficácia operacional dos controlos chave instituídos pela CEMAH que compreenderam os relacionados com (i) a atempada identificação dos clientes com indícios de imparidade ou em situação de incumprimento; (ii) a conversão de dados dos sistemas informáticos de base para os modelos de cálculo de imparidade e os resultados destes para as demonstrações financeiras da CEMAH; (iii) a própria calculatória do modelo de imparidade definido pela CEMAH, incluindo os inputs e pressupostos da gestão; (iv) a estimativa do valor recuperável dos colaterais; e (v) as práticas do governo interno associado ao processo de aprovação e apuramento das perdas por imparidade.

Relativamente aos clientes analisados individualmente pela CEMAH, para uma amostra representativa da carteira de crédito a clientes em 31 de dezembro de 2016, os procedimentos desenvolvidos consistiram em: (i) rever a documentação associada ao processo de concessão de crédito; (ii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes, e confirmar o registo desses colaterais a favor da CEMAH; (iii) desafiar e confirmar a tempestividade das avaliações dos colaterais que se encontravam disponíveis; (iv) apreciar a evolução das exposições; e (iv) desafiar a visão

Matérias relevantes de auditoria

responsabilidades ou (ii) a valorização dos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, nos casos em que se preveja a sua recuperação por via da dação/execução desses mesmos colaterais.

- Para as exposições não abrangidas pela análise individual a CEMAH desenvolveu e aplica um modelo de análise coletiva para apuramento das perdas por imparidade. Quando um grupo de ativos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais desses ativos e os dados históricos relativos a perdas em ativos com características de risco de crédito similares. Sempre que a CEMAH entende necessário, a informação histórica é atualizada com base nos dados correntes observáveis, para que esta reflita os efeitos das condições atuais.

Síntese da abordagem de auditoria

dos responsáveis da CEMAH quanto à situação económico-financeira dos clientes e quanto à previsão de fluxos de caixa esperados do seu negócio, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos. Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum input ou pressuposto utilizado pela gestão, procedemos a um novo cálculo do montante de imparidade e comparámos os resultados por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.

Para a carteira cuja imparidade é apurada em análise coletiva, testámos uma amostra de inputs do modelo definido pela CEMAH e avaliámos a própria metodologia de cálculo. Para esse efeito, desenvolvemos um conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pela gestão, para efeitos do modelo de imparidade, contemplavam as variáveis de risco consideradas relevantes por comparação ao histórico de desempenho e recuperações da carteira de crédito a clientes da CEMAH, às condições macroeconómicas a que cada cliente se encontra exposto, bem como ao nosso conhecimento das atuais práticas no sector. Os procedimentos desenvolvidos consistiram em: (i) apreciar a informação constante da carteira de crédito a 31 de dezembro de 2016 e os dados históricos considerados no modelo; (ii) rever e testar a segmentação e a classificação dos créditos quanto à existência de indícios de imparidade ou de incumprimento; (iii) rever, testar e desafiar os parâmetros de risco utilizados no cálculo da imparidade, estimados pela CEMAH para cada segmento; (iv) desafiar os principais pressupostos e fontes de informação utilizadas nas recuperações futuras incorporadas no apuramento dos parâmetros de risco (por amostragem); (v) rever e testar as recuperações históricas incorporadas no apuramento dos parâmetros de risco (por amostragem); e (vi) rever e analisar os resultados dos testes de calibragem realizados pela CEMAH.



<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
<p>Valorização de imóveis</p> <p><i>Divulgações relacionadas com a valorização de imóveis apresentadas nas notas 2.3.2, 2.3.4, 6.7 e 6.8 do anexo às demonstrações financeiras.</i></p> <p>Dada a significativa expressão dos imóveis no balanço da CEMAH, os quais se encontram refletidos nas rubricas de (i) Ativos não correntes detidos para venda (ANCDV) e (ii) Outros ativos tangíveis (OAT), estes constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria pois a sua valorização requer a aplicação de pressupostos e julgamentos por parte da gestão no que respeita à determinação, quer do momento do reconhecimento quer do montante das correspondentes perdas por imparidade. De acordo com as políticas em vigor na CEMAH, os imóveis são objeto de avaliações periódicas que dão origem ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações, líquido de custos de venda, seja inferior ao seu valor contabilístico.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2016, o valor bruto destes imóveis nas rubricas de ANCDV e OAT ascende a 13.545 milhares de euros e 9.610 milhares de euros, respetivamente (2015: 12.458 milhares de euros e 9.610 milhares de euros, respetivamente) e o montante de perdas por imparidade e/ou depreciações acumuladas reconhecidas a essa data ascende a 3.222 milhares de euros e a 3.221 milhares de euros, respetivamente (2015: 2.437 milhares de euros e 3.025 milhares de euros, respetivamente).</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a apreciação dos controlos chave instituídos pela CEMAH para identificar os imóveis com indícios de imparidade e determinar os correspondentes montantes, assim como a realização de diversos testes.</p> <p>Para uma amostra de imóveis, foi analisada a sua valorização e, se aplicável, a subsequente perda por imparidade registada com base nas avaliações elaboradas por peritos avaliadores registados na CMVM. Sempre que necessário, efetuámos reuniões para compreensão, entendimento e desafio dos julgamentos e pressupostos adotados na valorização atribuída aos imóveis em análise. Nas situações em que se verificaram dúvidas sobre a adequação dos pressupostos utilizados ou da qualidade ou tempestividade da informação utilizada, foi solicitada nova avaliação a outros peritos avaliadores de imóveis, igualmente registados na CMVM, de forma a comparar os resultados.</p> <p>Adicionalmente, testámos uma amostra de imóveis cuja venda tenha ocorrido durante o exercício de 2016, comparando o valor de alienação com a última avaliação obtida, de forma a aferir sobre a razoabilidade das avaliações obtidas pela CEMAH.</p>
<p>Benefícios pós-emprego dos colaboradores</p> <p><i>Divulgações relacionadas com benefícios pós-emprego apresentadas nas notas 2.3.7 e 6.18.1 do anexo às demonstrações financeiras.</i></p> <p>Em 31 de dezembro de 2016 as responsabilidades por serviços passados da CEMAH com “Benefícios pós-emprego dos</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a identificação e a apreciação dos processos e controlos instituídos pela CEMAH para assegurar que é correta e completa a informação recolhida e fornecida ao atuariário para calcular as responsabilidades e as necessidades de financiamento do plano. Neste</p>

Matérias relevantes de auditoria

colaboradores” ascendem a 20.872 milhares de euros (2015: 18.970 milhares de euros), abrangendo benefícios por pensões de reforma e sobrevivência, cuidados médicos e subsídio por morte, nomeadamente os que estão previstos no Acordo Coletivo de Trabalho Vertical (ACTV) do Setor Bancário. Os colaboradores contratados após 1 de janeiro de 2011 encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS).

Estas responsabilidades são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por atuário externo certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação, as tábuas de mortalidade e invalidez, as taxas de crescimento das pensões e dos salários, de entre outros, os quais correspondem à melhor estimativa da gestão quanto às características dos benefícios e da população dos colaboradores e ao comportamento atual e futuro dessas variáveis. No caso concreto da taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais, esta é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo do pagamento dos benefícios do plano.

Neste contexto, alterações que se venham a registar no futuro nos pressupostos financeiros e atuariais podem originar impactos materiais nas responsabilidades líquidas e nos ativos associados a estes benefícios, pelo que este tema foi considerado uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

âmbito, testámos ainda os controlos instituídos pela CEMAH para assegurar a adequacidade do processo de apuramento do justo valor dos ativos do fundo, dos pressupostos atuariais e de avaliação seguidos.

Os nossos trabalhos incluíram reuniões com a gestão a fim de identificar as metodologias e as opções consideradas na definição dos principais pressupostos financeiros e atuariais adotados. Face à relevância dos julgamentos requeridos à gestão, procedemos à avaliação da razoabilidade dos principais pressupostos comparando-os com os dados que, de forma independente, nos foi possível obter. Ainda neste âmbito, procedemos à revisão da conformidade (i) do histórico da informação dos colaboradores utilizada para efeitos do cálculo das responsabilidades; (ii) do reconhecimento contabilístico de cortes ou liquidações dos planos, de custos respeitantes a serviços passados e outras alterações de pressupostos e estimativas ocorridas ao longo do exercício; e (iii) do justo valor dos ativos do fundo, calculando-o sempre que possível, de forma independente para uma amostra de ativos detidos.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da CEMAH de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da CEMAH de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da CEMAH.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da CEMAH;



- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da CEMAH para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a CEMAH descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a CEMAH, não identificámos incorreções materiais.



**Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE)
n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da CEMAH pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 12 de agosto de 2011 para um mandato compreendido entre 2009 e 2012. Fomos nomeados/eleitos na assembleia geral de acionistas realizada em 23 de janeiro de 2014 para um segundo mandato compreendido entre 2013 e 2016 e na assembleia geral de acionistas realizada em 16 de outubro de 2015 para um terceiro mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da CEMAH em 16 de março de 2017.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à CEMAH durante a realização da auditoria.

16 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


António Alberto Henriques Assis, R.O.C.

